

Anais do seminário de pesquisa

IMPRESSOS QUE EDUCARAM NO SÉCULO XX



Literatura: Linguagens, História e Memórias



Anais do Seminário de Pesquisa:
IMPRESSOS QUE EDUCARAM
NO SÉCULO XX - 2026



CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Alda Maria do Nascimento Osório / UFMS
Dr^a. Alexandra Ayach Anache / UFMS
Dr. Amaury de Souza / UFMS
Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório / UFMS
Dr^a. Carla Dupont – França / Vercors
Dr^a. Eurize Caldas Pessanha / UFMS
Dr^a. Fabiany de Cássia Tasvares Silva / UFMS
Dr. Flávio Aristone / UFMS
Me. Horacio Porto Filho / UTCD-PY
Dr. Leo Dayan – Univ. de Paris 1 / Sorbonne
Dr. Luiz Otavio Saraiva Ferreira / UNICAMP
Dr^a. Margarita Victoria Rodriguez / UFMS
Dr^a. Maria Dilnéia Espindola Fernandes / UFMS
Dr^a. Myrna Wolf B. dos Santos / UFMS
Dr^a. Regina Tereza Cestari de Oliveira / UCDB
Dr^a. Soraia Napoleão de Freitas / UFSM
Dr^a. Silvia Helena Andrade de Brito / UFMS
Dr^a. Tatiana Calheiros Lapas Leão / SED-MS

UMA PUBLICAÇÃO DA



ISBN 978-65-84383-37-1

1ª Edição - Ano 2026

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora. Como pesquisa é permitido desde que citada a fonte.

Kênia Hilda Moreira (UFGD)
Ana Maria de Oliveira Galvão (UFMG)
Raquel Discini de Campos (UFU)
Mônica Yumi Jinzenji (UFMG)
(Organização)

Anais do Seminário de Pesquisa:
IMPRESSOS QUE EDUCARAM
NO SÉCULO XX - 2026

1ª Edição - 2026

Campo Grande – MS



ORGANIZAÇÃO

Kênia Hilda Moreira (UFGD)
Ana Maria de Oliveira Galvão (UFMG)
Raquel Discini de Campos (UFU)
Mônica Yumi Jinzenji (UFMG)

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Financiado pelo edital CNPq/MCTI, Chamada 10/2023

PARCERIAS:

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación - Chile
Universidade de Granada - Espanha
Universidade de Salamanca – Espanha
Universidade de Turim - Itália
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

COMISSÃO DE APOIO:

Lais Niz dos Reis (mestranda UFGD)
Shamira Mikená Reis Amorim (mestranda UFGD)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Maria de Oliveira Galvão (UFMG)
Carolina Alegre (Universidade de Granada)
Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS)
Kênia Hilda Moreira (UFGD)
Marco Antonio de Santana (UFJ)
Mônica Yumi Jinzenji (UFMG)
Paolo Bianchini (Universidade de Turim)
Paula Alejandra Serrao (Universidade de Turim)
Raquel Discini de Campos (UFU)
Sara Evelin Urrea Quintero (UFPR)

PUBLICAÇÃO DA



1ª Edição - 2026

www.editoraoeste.com.br

contato@editoraoeste.com.br

As ideias e opiniões expressas nos trabalhos submetidos ao "Seminário de Pesquisa: Impressos que educaram no século XX", bem como a revisão desses materiais, são de inteira responsabilidade de suas autoras e seus autores.

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A532

Anais do Seminário de Pesquisa: impressos que educaram no século XX / Organização de Kênia Hilda Moreira, Ana Maria de Oliveira Galvão, Raquel Discini de Campos, et al. – Campo Grande: Oeste, 2026.

Outra organizadora: Mônica Yumi Jinzenji.

Livro em PDF

ISBN 978-65-84383-37-1

1. História da educação. 2. Pesquisa. 3. Anais de eventos. I. Moreira, Kênia Hilda (Organizadora). II. Galvão, Ana Maria de Oliveira (Organizadora). III. Campos, Raquel Discini de (Organizadora). IV. Título.

CDD 370.9

Índice para catálogo sistemático

I. História da educação



Anais do Seminário de Pesquisa:

IMPRESSOS QUE EDUCARAM NO SÉCULO XX - 2026

Apresentação

O Seminário *Impressos que Educaram no século XX* foi realizado, de forma presencial, entre os dias 9 e 11 de julho de 2026, na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul. O evento fez parte da programação da 10ª. edição da Feira Literária de Bonito (FLiB), ocorrida no período de 7 a 12 de julho, e compõe as atividades do projeto de pesquisa *Impressos que educaram no século XX: janelas interpretativas para a culturas do escrito* (CNPq/MCTI, Chamada 10/2023, processo n. 408191/2023-6).

Com o objetivo de discutir as potencialidades e os desafios envolvidos na utilização de impressos como fonte e objeto no campo da História da Educação, o encontro contou com a presença de pesquisadores/as de diversos estados brasileiros e de outros países. Além da apresentação de trabalhos sobre o tema, cujos resumos expandidos estão publicados nestes Anais, o seminário também teve, em sua programação, palestras e mini-cursos sobre a temática.

Os resumos expandidos estão organizados em sete eixos e os critérios para classificá-los nesses agrupamentos foram diversos, respeitando-se, na medida do possível, os objetivos explicitados por seus autores/as. Assim, os eixos dizem respeito aos sujeitos aos quais os impressos prioritariamente se destinavam, como mulheres, populações negras e indígenas e infâncias; aos conteúdos neles expressos, como o anticomunismo, o humor e a morte; à sua tipologia, como os impressos pedagógicos e os manuais escolares.

Esperamos que a divulgação dos trabalhos, por meio destes Anais, contribua para o aprofundamento do debate em torno, de um lado, da compreensão dos modos pelos quais os impressos operaram como instâncias educativas ao longo do século XX e, de outro, dos desafios teórico-metodológicos ainda presentes em sua mobilização como fontes e objetos de pesquisa no campo da História da Educação.



SUMÁRIO

EIXO 1 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MULHERES PELOS IMPRESSOS 7

Formação da mulher de classe média urbana pelas páginas da coluna Lar Doce Lar na revista O Cruzeiro (1940–1950)

Aline Silva e Silva 8

Revista AMAE Educando: um impresso pedagógico criado por mulheres e seu papel na formação de professoras em Minas Gerais no período de 1967 a 1972

Flávia Abrão de Castro Viana; Daniela Oliveira Ramos dos Passos; Daniela Perri Bandeira
.....15

Educar olhares, disciplinar corpos: as representações do feminino nas páginas d'A Noite Ilustrada (1930–1954)

Ana Carolina de Carvalho Guimarães21

O cuidado como pedagogia da domesticidade no Jornal das Moças (1960–1961)

Shamira Mikená Reis Amorim; Maria Eduarda Ferro27

EIXO 2 – IMPRESSOS E POPULAÇÕES NEGRAS E INDÍGENAS.....33

Letramento literário no impresso Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro (1948–1950)

Ana Luísa Reis Maciel 34

Educação para os indígenas na primeira metade do século XX: conteúdos de educação feminina na revista Bem-Te-Vi

Cristiane Pereira Peres40

EIXO 3 – IMPRESSOS E INFÂNCIAS.....44

A anatomia do encantamento: contos de fadas e práticas formativas na revista O Tico-Tico (1905–1915)

Bárbara Portilho Teixeira; Raquel Discini de Campos45

Análise gráfica do livro Histórias da Baratinha à luz da literatura infantil



Rosiane Maria de Jesus; Estela Natalina Mantovani Bertoletti	49
Educação e impressos para a infância (1940–1950): os casos de Terra Querida e Tudo é Fácil	
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza; Lorena Ariston Galhano; Maria Vitória da Silva Mesquita	54
EIXO 4 – IMPRESSOS E EDUCAÇÃO ANTICOMUNISTA NO SÉCULO XX	
Boletín de Educación Paraguaya (1956–1971): relação entre materialidade, seções editoriais do impresso e a ditadura de Stroessner	
Cinthya Lorena Larrea Viera	61
Educação, imprensa e anticomunismo no projeto de Acción Cultural Popular e em seu jornal El Campesino (1958–1974)	
Sara Evelin Urrea Quintero	67
EIXO 5 – IMPRESSOS E HUMOR.....	
O humor na imprensa estudantil: moralização e controle na revista O Ginásio na cidade de Campo Grande (Mato Grosso, Brasil) nas décadas de 1930 e 1940	
Jaíne Massirer da Silva	71
Chiquinho e Buster Brown: humor, violência e civilidade, uma análise transnacional (revista O Tico-Tico, 1905–1906)	
Paulo Eduardo Santos de Faria; Raquel Discini de Campos	77
EIXO 6 – MORTE E EDUCAÇÃO PARA A MORTE PELOS IMPRESSOS	
Os retiros espirituais do/no Ginásio Imaculada Conceição de Corumbá/MT nas páginas do periódico O Imaculada na década de 1940	
Cristian Lopez Gomes	85
Entre obituários e esperança: representações do morrer na cultura impressa adventista	
Michela Walevein	91
EIXO 7 – IMPRESSOS PEDAGÓGICOS E MANUAIS ESCOLARES.....	
Escola primária rural, imprensa pedagógica e circulação de ideias: a Revista de Pedagogía (1922–1936), Madrid/Espanha	



Agnes Iara Domingos Moraes99

Representação docente em revistas pedagógicas (1927–1970)

Laís Niz dos Reis103

Manuais escolares de História no ensino fundamental do Haiti: uma análise do processo de descolonização entre o final do século XX e o início do século XXI

Wadner Belvy 108



Eixo 1 - História da Educação de Mulheres pelos impressos



Formação da mulher de classe média urbana pelas páginas da coluna *Lar Doce Lar* na revista *O Cruzeiro* (1940-1950)

Aline Silva e Silva

Eixo Temático: história da educação das mulheres.

A presente comunicação objetiva compreender como a coluna *Lar Doce Lar*, escrita por Helena Sangirardi e publicada semanalmente na revista *O Cruzeiro* entre as décadas de 1944 e 1950, colaborou para a formação da mulher de classe média urbana por meio de prescrições relacionadas à economia doméstica, ao casamento, ao consumo e à administração e modernização do lar. Partimos da hipótese de que as publicações de Helena Sangirardi atuavam organizando práticas cotidianas e orientando formas de comportamento consideradas adequadas para as mulheres inseridas nos espaços urbanos. Nesse sentido, questionamos: quais indícios nas prescrições de *Lar Doce Lar* indicam que a leitora visada era a mulher de classe média pertencente à área urbana? As prescrições presentes em *Lar Doce Lar* participavam da formação da mulher de classe média urbana nas décadas de 1940 e 1950? De que maneira os conselhos relacionados ao consumo, à economia doméstica e à administração do lar participavam da formação dessas mulheres?

As fontes analisadas foram selecionadas a partir das edições digitalizadas da revista *O Cruzeiro* disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. O levantamento documental permitiu identificar publicações da coluna *Lar Doce Lar* entre os anos de 1944 e 1950, sendo selecionadas para a análise as correspondências enviadas pelas leitoras à coluna, uma vez que essas cartas permitem observar indícios das experiências das leitoras da coluna. Nas correspondências aparecem agradecimentos pelas receitas e conselhos já publicados, mas predominam dúvidas relacionadas ao preparo de alimentos, à organização da casa e à condução da vida conjugal. As leitoras, identificadas por pseudônimos, escreviam buscando orientações para dificuldades práticas do cotidiano doméstico, o que evidencia a centralidade do lar na experiência dessas mulheres.



O referencial teórico que sustenta a análise fundamenta-se a partir das discussões sobre representações, compreendendo que estas participam da construção das realidades sociais e das formas de percepção do mundo, que segundo Chartier (2002, p. 17), as “representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. O autor possibilita compreender a representação como uma construção social produzida historicamente, vinculada a interesses, práticas e formas de organização da vida cotidiana. Dialogamos ainda com Umberto Eco (1988), na discussão sobre a leitora visada, considerando os mecanismos textuais que preveem determinados destinatários e orientam possibilidades interpretativas, pois, a noção de leitora visada permite compreender a construção da leitora imaginada pela coluna, pois “o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo” (Eco, 1988, p. 39), dessa forma, a leitora construída em *Lar Doce Lar* é produzida pelo próprio texto, que pressupõe determinados modos de viver, consumir, organizar e interpretar o mundo. As publicações analisadas não pertencem a um projeto pedagógico formal, entretanto, por oferecerem prescrições para mulheres, podem ser compreendidas como “impressos que educam” conceito desenvolvido por Galvão e Moreira (2021) para indicar que esses impressos, ainda que desvinculados da escola, atuam na formação de modos de ser, agir e sentir.

As discussões sobre economia doméstica e condutas femininas aparecem articuladas às transformações urbanas vivenciadas pelo Brasil nas décadas de 1940 e 1950. A emergência de impressos voltados à civilidade, à etiqueta e à economia doméstica esteve relacionada às preocupações em reorganizar comportamentos e formas de sociabilidade em uma sociedade marcada pela urbanização e pela ampliação do consumo. Nesse contexto, fazia sucesso como conselheira feminina, Helena Bechuati Sangirardi (1915–1989), famosa radialista com atuação na Rádio Nacional, onde apresentou o programa Consultório Sentimental (1939–1955), e na Rádio Tupi, com os programas Bazar Feminino e O Cruzeiro em Revista, além da presença radiofônica, Sangirardi construiu uma trajetória no campo editorial, publicou ainda na década de 1940, o livro *A Alegria de Cozinhar*, nos anos seguintes, consolidou sua produção com a *Coleção Feminina* (1968) e com *A Nova Alegria de Cozinhar* (1988), dirigiu a coluna *Lar Doce Lar*, durante as décadas de 1940 a 1950, uma coluna voltada ao público feminino e organizada a partir de conselhos relacionados ao casamento, à maternidade, à economia do lar e às relações



familiares, inseria-se em um conjunto de impressos destinadas à orientação das mulheres acerca da organização da vida doméstica, da administração do lar e das formas de comportamento consideradas adequadas para a vida urbana.

Os indícios de que a leitora visada em *Lar Doce Lar* era uma mulher de classe média urbana aparecem nas correspondências e nas respostas de Helena Sangirardi. As cartas publicadas tratam principalmente de economia doméstica, preparo de alimentos, organização da casa, casamento e vida familiar, temas ligados ao cotidiano da dona de casa urbana. A origem das correspondências reforça esse perfil, a maior parte das cartas vinha da região Sudeste, especialmente do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, principais centros urbanos do período. Também havia presença significativa de cartas da Bahia e de Pernambuco, grandes centros urbanos da região nordeste. Essa concentração em grandes cidades indica uma leitora urbana das camadas médias brasileiras. Helena Sangirardi comenta que “embora o preço da fruta não ande animador ultimamente” (Sangirardi, 25 jan. 1944, p. 77), demonstrando preocupação com o custo de vida e com a gestão das despesas da casa, em outras publicações, recomendava que as leitoras aprendessem a “aproveitar tudo”, incentivando economia e reaproveitamento de alimentos. As respostas às correspondências evidenciam orientações relacionadas à racionalização dos gastos, ao reaproveitamento de alimentos, à supervisão de empregadas domésticas e ao uso de novos aparelhos domésticos, indicando que a leitora é uma mulher distante das elites econômicas e das camadas mais pobres da população, ou seja, dirigisse a classe média.

Modernizar o lar, educar a mulher

As transformações urbanas e a ampliação do consumo foram associadas à modernização do espaço doméstico, as publicações de Helena Sangirardi mobilizavam referências relacionadas ao conforto, à praticidade e à organização racional da casa, frequentemente vinculadas ao uso de novos produtos e aparelhos domésticos. Nesse contexto, a modernização do lar era apresentada como parte da modernização da própria mulher, responsável pela administração eficiente da casa e pela manutenção da harmonia familiar. O término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, produziu um clima de otimismo e renovação em diferentes partes do mundo. Os anos posteriores ao conflito ficaram conhecidos como “Anos Dourados”,



marcados por crescimento econômico, confiança no futuro e ampliação do consumo. No Brasil, esse período esteve associado à urbanização, à modernização dos costumes e à incorporação de novos padrões de sociabilidade, especialmente entre as camadas médias urbanas.

As transformações ocorridas no período impactaram diretamente o cotidiano das mulheres, a ampliação do acesso aos eletrodomésticos, ao rádio, ao telefone, ao cinema e, posteriormente, à televisão, alterou práticas relacionadas à organização da vida doméstica e às formas de sociabilidade urbana. Nesse contexto, a modernização do lar aparecia articulada à modernização da própria mulher, responsável pela administração eficiente da casa, pelo controle dos gastos e pela manutenção da harmonia familiar. Os conselhos de Helena Sangirardi buscam indicar as melhores formas de conforto, à praticidade e à racionalização do cotidiano doméstico, frequentemente associadas ao consumo de novos produtos e aparelhos domésticos. Embora *O Cruzeiro* não fosse uma revista exclusivamente feminina, dedicava parte de suas publicações ao público feminino, especialmente por meio de colunas relacionadas ao casamento, à moda, à maternidade, à vida doméstica e ao comportamento, portanto, como observa Buitoni (2009, p. 103):

[...] o texto na imprensa feminina sempre vai procurar dirigir-se à leitora, como se estivesse conversando com ela, servindo-se de uma intimidade de amiga. Esse jeito coloquial, que elimina a distância, que faz as ideias parecerem simples, cotidianas, frutos do bom senso, ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa.

Helena Sangirardi dirigia-se à “leitora e amiga”, produzindo uma escrita próxima e intimista, como pontua Moreira (2025, p.2) “sempre tendo a mulher como público-alvo. Ela se dirigia a mulheres jovens, esposas, mães e donas de casa, com aconselhamentos, dicas e prescrições de comportamento.” em diferentes publicações, observamos orientações relacionadas ao reaproveitamento de alimentos, ao controle dos gastos e à racionalização da vida doméstica, aspecto recorrente no contexto do pós-guerra e das transformações urbanas vivenciadas pelo Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Conforme Jinzenji (2010), a constituição das mulheres como leitoras visadas produzia também um ideal de mulher compreensiva e obediente, a ampliação do público feminino leitor representava a abertura de novos mercados consumidores, a produção de discursos destinados à educação das mulheres, organizados a



partir de interesses históricos, sociais, culturais e políticos, pois as discussões sobre economia doméstica e comportamento feminino se articulavam às transformações educacionais e sociais, com a escolarização das mulheres associada às necessidades da vida doméstica e familiar.

Para Sangirardi, essa mulher ideal precisava ser hábil na cozinha, disciplinada na administração doméstica e exemplar na educação dos filhos, desempenhando seu papel com alegria e dedicação. Não se tratava apenas de realizar tarefas, mas de incorporar um estilo de vida que fizesse do lar e do seu cotidiano um espaço de realização pessoal e moral. Para Certeau (1997), o cotidiano é também um campo de produção simbólica, e nesse contexto, a dona de casa ideal se vê convidada a operar dentro de um conjunto de regras que delimitam sua posição no mundo. A coluna prescreve modos de ser e agir que não apenas ensinam, mas educam.

As prescrições relacionadas à economia doméstica evidenciam esse processo, em diferentes edições, Sangirardi orienta suas leitoras acerca da necessidade de evitar desperdícios, organizar despesas e racionalizar os gastos da casa. Ao responder cartas enviadas pelas leitoras, recomenda o consumo de bananas, observando que “embora o preço da fruta não ande animador ultimamente” (Sangirardi, 25 jan. 1944, p. 77). O comentário evidencia preocupações relacionadas ao custo de vida e à administração cotidiana das despesas domésticas. As discussões relacionadas ao consumo e à modernização do cotidiano doméstico aparecem nas propagandas e orientações publicadas na coluna. Em edição de 1953, Sangirardi apresenta um aparelho doméstico afirmando: “Em dois tempos, prepara maravilhas na copa e na cozinha. Cremes, refrescos, maioneses, sopas, coquetéis. E é o único que permite adaptar esses acessórios exclusivos: misturador de massas, descascador de batatas, centrífuga e picador de legumes. Que outro lhe oferece tantas vantagens?” (Sangirardi, 8 set. 1953, p. 78). A valorização da praticidade, da rapidez e da eficiência doméstica evidencia a associação entre modernização do lar e modernização da própria mulher urbana. As propagandas de móveis e produtos domésticos também reforçam esse perfil de leitora. Em publicação de 1954, Helena Sangirardi afirma: “Veja o conforto e a beleza destes ambientes! Os móveis artísticos Z, pela linha elegante de seus desenhos funcionais, dão a todo o conjunto uma nota de refinamento, bom gosto e definição. Por seu preço razoável, são móveis de classe ao alcance da maioria” (Sangirardi, 14 abr. 1954, p. 79).



A referência ao “preço razoável” e aos “móveis de classe ao alcance da maioria” sugere uma leitora distante das elites econômicas, mas também não pertencente às camadas mais pobres da população. As respostas de Helena Sangirardi demonstram preocupação com as condições econômicas das leitoras e com a administração do orçamento doméstico. Em publicação de 1945, a autora questiona: “Será que os orçamentos de todas as nossas leitoras permitem obedecer a menus estabelecidos por uma estranha aos seus problemas domésticos, embora amiga de vocês?” (Sangirardi, 12 maio de 1945, p. 68). Ao reconhecer diferenças relacionadas às condições financeiras das leitoras, Sangirardi evidencia preocupações com a administração cotidiana da casa. A autora trazia orientações sobre organização racional da casa, supervisão de empregadas domésticas e uso de produtos e aparelhos voltados ao conforto do lar. Assim, a dona de casa ideal construída por *Lar Doce Lar* era apresentada como uma mulher responsável pela administração eficiente da casa, pelo controle dos gastos e pelo acompanhamento das transformações da vida urbana no pós-guerra.

Fonte:

SANGIRARDI, Helena. *Lar Doce Lar*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 20, 11 mar. 1944.

SANGIRARDI, Helena. *Lar Doce Lar*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 25 jan. 1944, p. 77.

SANGIRARDI, Helena. *Lar Doce Lar*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 12 maio de 1945, p. 68.

SANGIRARDI, Helena. *Lar Doce Lar*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 8 set. 1953, p. 78.

SANGIRARDI, Helena. *Lar Doce Lar*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1954, p. 79.

Referências:

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ECO, Umberto. *Lector in fabula: la cooperación interpretativa en el texto narrativo*. Barcelona: Lumen, 1993.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Impressos que educam? In: Impressos que Educam. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2021.



Revista AMAE Educando: um impresso pedagógico criado por mulheres e seu papel na formação de professoras em Minas Gerais no período de 1967 a 1972¹

Flávia Abrão de Castro Viana²
Daniela Oliveira Ramos dos Passos³
Daniela Perri Bandeira⁴

Eixo temático: História da Educação de Mulheres pelos impressos

O objetivo desta pesquisa é compreender como a Revista AMAE Educando exerceu a função de formar professoras em Minas Gerais nos seus primeiros cinco anos de circulação (1967-1972) e se consolidou como um importante meio de comunicação, que circulou por 46 anos (1967–2013), totalizando 400 edições. A Revista AMAE Educando foi um impresso pedagógico idealizado por alunas do Curso de Administração Escolar (CAE) do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG). A revista surgiu em 1967 com o principal objetivo de divulgar os conteúdos das Jornadas Pedagógicas, cursos que eram ministrados pela equipe do CAE em várias cidades mineiras, aproximando suas professoras das professoras do interior de Minas Gerais. O CAE foi uma referência no ensino do estado de Minas Gerais e de todo o Brasil e tinha como principal objetivo formar profissionais de ensino, como diretores/as, inspetores/as escolares e orientadores/as. Ele surgiu em 1946 após a extinção da Escola de Aperfeiçoamento (1929-1946) e era constituído por professoras efetivas que atuavam no magistério estadual selecionadas por meio de avaliações rigorosas.

A intenção de realizar este estudo parte da relevância que esse impresso pedagógico teve para a educação mineira durante quase meio século de publicações ininterruptas. A escolha de pesquisar os cinco primeiros anos de circulação da revista (1967-1972) justifica-se por

¹ Este estudo insere-se no âmbito de uma pesquisa em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE - FaE/UEMG), em nível de mestrado. A pesquisa é conduzida pela primeira autora, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Daniela Oliveira Ramos dos Passos e coorientação da Prof^a Dr^a. Daniela Perri Bandeira, contando com financiamento do Programa de Bolsas Institucionais de Pós-Graduação (ProBPG/UEMG).

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE - FaE/UEMG); Mestre em Tradução Técnica e Científica. Graduada em Letras e Pedagogia. E-mail: flaviaabrao@gmail.com

³ Doutora em Sociologia; Mestre em História; Graduada em História. Professora efetiva na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) nos cursos de História e Pedagogia. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana (PPGE - FaE/UEMG). E-mail: daniela.passos@uemg.br

⁴ Doutora em Educação; Mestre em Educação; Graduada em Letras. Professora efetiva da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) e-mail: daniela.bandeira@uemg.br



abranger o ano de criação deste impresso no cenário educacional de Minas Gerais, seus primeiros anos de circulação, o contexto do período da ditadura civil-militar, a criação do Curso de Pedagogia do IEMG (1968), a Reforma do Ensino (Lei 5.692/71) e o papel da revista na apresentação das mudanças no currículo e organização do 1º e 2º graus a partir desta lei.

Portanto, o foco desta pesquisa, que se encontra em andamento, está em compreender o papel da Revista AMAE Educando como impresso pedagógico capaz de exercer a função de formar professoras nos seus primeiros anos de circulação (1967-1972) na capital e no interior de Minas Gerais. Assim, pretendemos dar ênfase aos seguintes pontos: explorar a história da revista e a participação das mulheres na sua idealização, criação e consolidação; analisar as Jornadas Pedagógicas como meio de comunicação entre professoras da capital e do interior e examinar materiais publicados, como artigos, cartas das leitoras e informes, para compreender os modos de comunicação construídos pela revista para promover a formação docente.

Para compreendermos a criação de uma revista por mulheres, é importante destacar que no final do século XIX, segundo Guacira Lopes Louro (2004), o magistério no Brasil passou por um processo intenso de feminização. Com a urbanização e a industrialização, novas oportunidades de trabalho surgiram para os homens, que gradualmente abandonaram a docência primária. Apesar da presença majoritária feminina, a regra era a desvalorização: salários menores que os dos professores, associação do magistério ao cuidado materno e baixo prestígio social. No entanto, o CAE foi uma exceção a essa regra, pois o seu propósito era qualificar professoras em gestoras e lideranças pedagógicas, criando uma hierarquia interna dentro do próprio magistério feminino. O curso produzia nas alunas uma dupla identidade: eram professoras, sim, mas também gestoras, detentoras de um conhecimento técnico que as diferenciavam da docência vista como mera extensão do cuidado. Foi nesse lugar singular que se gestou a vontade coletiva que culminaria na criação da revista AMAE Educando.

Além disso, esta pesquisa está inserida no campo da história cultural e nos interessa, sobretudo, o conceito de representação proposto por Roger Chartier. Para o autor, cabe à história cultural investigar como “[...] uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p.17). O autor destaca que não há neutralidade nas formas de perceber o social, já que daí emergem estratégias e práticas que buscam se sobrepor às demais. Assim, as lutas em torno das representações são tão importantes quanto as lutas econômicas, pois integram



os mecanismos utilizados pelos diferentes grupos sociais na tentativa de fazer prevalecer sua visão de mundo social. Com base nas ideias de Chartier, podemos analisar a função formativa da Revista AMAE Educando como um espaço de produção e disputa de representações sobre o que significava ser professora e gestora. A revista não apenas difundia ideias pedagógicas, mas também tentava impor uma determinada visão legítima do magistério feminino, concorrendo com outras representações sociais. Nesse sentido, sua atuação formativa ocorria, além da instrução direta, pela construção simbólica de um modelo profissional desejado, moldando percepções, práticas e identidades.

Ademais, esta pesquisa se insere também no campo de estudos que se dedica a abordar as culturas do escrito. Segundo a definição de cultura escrita adotada por Ana Galvão, essa noção se refere ao “lugar - simbólico e material - que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade” (Galvão, 2010, p.218). Partindo dessa acepção, esta pesquisa alinha-se aos estudos que investigam as culturas do escrito, buscando compreender qual o papel da Revista AMAE Educando na disseminação de ideias e práticas pedagógicas. Nesse contexto, o impresso pedagógico é encarado como uma ferramenta que favorece a aproximação dos sujeitos com a escrita.

Além disso, outra discussão que se torna essencial é sobre a definição de revista. Conforme Isabel Frade (2000), a definição do que é uma revista, ainda que presente nos dicionários, não consegue abranger a produção multifacetada desse produto nem as funções diferenciadas que ele cumpre. Desta maneira, sua definição deve ser feita de forma contextualizada e histórica, o que torna a pesquisa sobre uma revista específica algo único.

Ana Galvão e Kênia Moreira (2021) discutem sobre qual a melhor denominação para se atribuir a impressos que são objetos de estudo de pesquisadores/as da área da História da Educação: “Imprensa pedagógica? Educativa? Educacional? Estudantil? Escolar? O que quer dizer cada um desses termos?” (Galvão, Moreira, 2021, p.16).

As autoras prosseguem na discussão e fazem a seguinte denominação:

Imprensa periódica educacional, nessa perspectiva, incluiria, portanto, os impressos, tais como jornais, revistas, boletins e anuários, que têm como objetivo a circulação de temáticas que envolvem os processos de educação, dentro ou fora do espaço escolar, produzidos por/para professores, alunos, pais, associações, instituições. (Galvão, Moreira, 2021, p.17)



Em relação à Revista AMAE Educando, partindo destes pressupostos e levando em consideração que foi um impresso vinculado a uma instituição de ensino e feito por e para professoras, pode-se dizer que se trata de um impresso pedagógico destinado, principalmente, à formação docente.

Este estudo adotará como principal procedimento metodológico a análise sistemática de impressos, fundamentada na pesquisa documental dos exemplares da Revista AMAE Educando publicados em seus primeiros anos de circulação (1967-1972). A investigação se desenvolverá através de eixos analíticos complementares, por meio de uma abordagem histórica e documental, analisando os conteúdos publicados pela revista, a sua estrutura e as interações estabelecidas com suas leitoras. Serão analisados 52 exemplares da revista publicados entre 1967 e 1972. É importante destacar que eram publicados, em média, de 9 a 10 exemplares por ano (de janeiro a dezembro e pulavam-se alguns meses) e que os exemplares tinham entre 40 a 60 páginas.

Em relação aos conteúdos publicados escolhidos para análise, eles serão provenientes dos informes sobre as Jornadas Pedagógicas, da seção de cartas das leitoras e de artigos que se destinavam à professora, muitas vezes em busca de aprimorar sua prática, dos quais serão levantados temas principais, como: didática, currículo e psicologia da educação, que irão assim compor as categorias. O objetivo é compreender quais instruções o material analisado passava à professora primária naquele período. Além disso, busca-se refletir com quais conteúdos se formava uma professora e quais eram as práticas pedagógicas mais difundidas.

Além disso, as cartas das leitoras serão classificadas em três categorias: elogios, críticas e pedidos e, a partir desses levantamentos, serão feitas inferências sobre o grau de satisfação do público, permitindo à equipe editorial identificar pontos fortes a serem ampliados, pontos fracos a serem enfrentados, além de levantar outras demandas que apareciam através dos pedidos. Essa sistematização transforma as cartas não apenas em um espaço de manifestação, mas em um instrumento diagnóstico para o aperfeiçoamento da revista.

Primeiramente, será empregada a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), visando uma categorização temática dos materiais selecionados. O processo seguirá três etapas: a pré-análise, com a seleção dos artigos e das cartas; a exploração do material, com leitura minuciosa, grifando trechos sobre a formação de professoras e atribuindo códigos conforme os



temas emergentes e a classificação das cartas por categorias; e o tratamento dos resultados, agrupando os códigos em categorias consolidadas. A partir daí, será possível analisar a frequência e a relação entre tais categorias, permitindo inferências fundamentadas nas teorias de formação de professores, história da educação e movimentos políticos.

Paralelamente, será seguida a abordagem de Ana Galvão e Juliana Melo (2019) para exame minucioso dos aspectos materiais e editoriais que configuraram a produção da revista, incluindo desde suas dimensões físicas - formato, número de páginas e qualidade de impressão - até elementos gráficos como tipografia, hierarquia visual e organização espacial do conteúdo. A análise abrangerá ainda elementos como capa, contracapa e anúncios, além de possíveis indicadores de circulação e utilização. A partir deste exame, serão construídas tabelas para categorizar e organizar todas as informações levantadas. Porém, vale ressaltar que, segundo as autoras, a análise da materialidade somente ganha relevância quando nos fornece elementos para compreender os sentidos que busca produzir no leitor.

Por fim, este estudo busca entender os modos de comunicação construídos pela revista para promover a formação das professoras. Além dos artigos teóricos, a publicação apresentava sugestões de atividades, relatos de prática e orientações didáticas, configurando-se, possivelmente, como um material pedagógico acessível. Investigar sua linguagem, estrutura e estratégias editoriais pode nos levar a compreender se a revista se adaptava às necessidades das leitoras e como era recebida por elas.

Referências:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO, Maria Inês de Matos. et al. **Escola Normal - IEMG: Reconstrução da História da Educação Elementar (MG, 1906-69)**. Relatório de pesquisa com apoio do INEP-MEC, 1990.

FRADE, Isabel. Cristina Alves da Silva. **Imprensa pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores**. 2000. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei (orgs.). **Cultura Escrita e Letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 218-248.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (orgs.). **Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas** - 1. ed. - Belo Horizonte [MG] : Fino Traço, 2019. P.223-259.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MOREIRA, Kênia Hilda. Impressos que educam? In: MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.). **Impressos que educam** - 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2021. p. 13-43.

LOURO, Guacira. Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443–479.

Educar olhares, disciplinar corpos: as representações do feminino nas páginas d'
A Noite Ilustrada (1930–1954)



Autoria: Ana Carolina de Carvalho Guimarães

Eixo temático: História da Educação de Mulheres pelos impressos

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações do feminino nas páginas da revista *A Noite Ilustrada*, entre os anos de 1930 e 1954, observando de que modo esse impresso participou da produção, circulação e legitimação de discursos sobre o corpo, a vestimenta e o comportamento das mulheres. Inserida no campo da História das Mulheres e em diálogo com a História da Educação, a pesquisa compreende a imprensa como espaço que produzia (mas também reiterava) sensibilidades, comportamentos e imaginários sociais. Nesse sentido, parte-se da compreensão de que os impressos não apenas registravam acontecimentos, mas também ensinavam modos de ser, vestir-se, portar-se e ocupar — ou não — determinados espaços sociais.

A investigação fundamenta-se nas contribuições de Scott (2011), ao compreender as mulheres como sujeitos históricos e ao destacar a necessidade de pensar suas posições variáveis na história; de Chartier (1991), especialmente no que diz respeito às práticas de representação e atribuição de sentidos; e de Perrot (2005, 2013), ao problematizar os silenciamentos e marcas masculinas presentes nas fontes históricas sobre as mulheres. Também dialoga com autoras como Rago (1995) e Soihet (2000), que permitem compreender a construção social das identidades femininas e a ridicularização das mulheres envolvidas em lutas por direitos.

O referencial teórico mobilizado articula ainda discussões sobre hibridismo cultural, a partir de Canclini (2011), educação por meio dos impressos, com base em De Luca (2012), Martins (2001) e Campos (2012), e educação das sensibilidades, conforme Taborda Oliveira (2020). Esses aportes são fundamentais para compreender a revista *A Noite Ilustrada* como um espaço de produção de sentidos e de circulação de representações sobre o feminino.

A pesquisa parte da compreensão de que a educação não se restringe aos espaços escolares ou às práticas institucionalizadas de ensino. Ao contrário, considera-se que a formação dos sujeitos também ocorre de maneira difusa, assistemática e culturalmente situada, por meio de diferentes linguagens, objetos e práticas sociais. Nesse sentido, jornais, revistas, fotografias, ilustrações, anúncios publicitários, cinema e demais produtos da cultura impressa



podem ser interpretados como instâncias formativas, pois ensinam modos de ver, sentir, desejar e agir no mundo.

Este trabalho busca, portanto, dialogar com estudos que têm ampliado o conceito de fonte histórica e de objeto educativo, especialmente aqueles que analisam a imprensa não pedagógica como espaço de produção de valores sociais, políticos, culturais e morais. A revista *A Noite Ilustrada* é compreendida, assim, simultaneamente como fonte e objeto de pesquisa: fonte, porque permite investigar representações femininas veiculadas no período; objeto, porque sua materialidade, sua linguagem gráfica, suas imagens e sua lógica editorial revelam formas específicas de intervenção na vida social.

Criada em 1930, em um contexto de modernização da imprensa brasileira, *A Noite Ilustrada* surgiu vinculada ao jornal *A Noite*, mas assumiu características próprias. A publicação se beneficiou das transformações técnicas do período, especialmente da rotogravura, que possibilitou maior qualidade de impressão, uso expressivo de imagens, ampliação das tiragens e maior apelo visual. Esses elementos aproximavam a revista dos ideais de modernidade então em circulação, especialmente no Rio de Janeiro, cidade apresentada frequentemente como espaço urbano, cosmopolita e moderno.

A hipótese central deste estudo é a de que *A Noite Ilustrada* produziu e reproduziu estereótipos sobre as mulheres a partir de uma perspectiva social e de gênero marcada pelo domínio masculino, ainda que seus discursos fossem atravessados por ambiguidades. A revista ora colocava as mulheres em evidência — nas capas, nas matérias sobre moda, beleza, cinema, rádio, esportes e concursos de Miss —, ora as relegava a posições secundárias ou as reduzia a imagens idealizadas de juventude, beleza, brancura, elegância e domesticidade. Desse modo, o feminino aparecia como signo de modernidade, mas também como objeto de controle simbólico.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na análise de capas, imagens, legendas e artigos publicados em *A Noite Ilustrada*, com atenção especial às representações femininas. O levantamento realizado identificou 1.338 edições da revista, das quais 657 traziam mulheres em suas capas. Desse total, 191 capas pertencem à década de 1930, 325 à década de 1940 e 141 ao período de 1950 a 1954. A recorrência dessas imagens indica que a presença feminina não



era ocasional, mas integrava uma estratégia editorial voltada à atração do público leitor e à construção de um imaginário visual sobre a mulher moderna.

A análise das capas evidencia que a revista contribuiu para a construção de um modelo de feminilidade associado à modernidade urbana, ao consumo, ao lazer e à cultura visual internacional, especialmente hollywoodiana. Nas décadas de 1930 e 1940, são recorrentes imagens de atrizes, cantoras, misses, mulheres em trajes de banho, frequentadoras de praias, clubes e eventos sociais. Essas representações indicam a circulação de novos modos de sociabilidade feminina, mas também revelam a permanência de padrões normativos bastante restritos.

As mulheres representadas nas capas eram, em sua maioria, brancas, jovens, magras e alinhadas a um ideal estético eurocentrado. A visibilidade feminina, portanto, não significava necessariamente emancipação. Ao contrário, muitas vezes funcionava como mecanismo de seleção e normatização de corpos e comportamentos considerados desejáveis. A revista ensinava, por meio de suas imagens, quais corpos deveriam ser admirados, quais gestos eram aceitáveis, quais roupas expressavam modernidade e quais modos de ser mulher eram socialmente valorizados.

Nesse sentido, as capas analisadas revelam o que Neiva (2021) chama de “pedagogia da beleza”. A revista educava o olhar de leitores e leitoras ao apresentar determinadas imagens como naturais, belas, modernas e desejáveis. O corpo feminino era exibido como símbolo de juventude, saúde, graça e progresso, mas permanecia submetido a formas de vigilância moral. O traje de banho, por exemplo, aparece como importante marcador dessas tensões: ao mesmo tempo em que sinalizava liberdade corporal, lazer urbano e modernização dos costumes, também evidenciava os limites impostos à exposição do corpo das mulheres.

A presença de atrizes de Hollywood nas capas e matérias da revista reforça a influência dos modos de vida estadunidenses na construção dos imaginários femininos brasileiros. O cinema, o rádio e a publicidade contribuíram para a difusão de padrões de beleza, gestualidade, consumo e comportamento. A mulher moderna apresentada por *A Noite Ilustrada* era, muitas vezes, uma mulher inspirada no glamour cinematográfico: sorridente, elegante, jovem, ativa, vaidosa e visualmente disponível ao olhar público.



Contudo, essa modernidade era ambígua. A mulher podia aparecer como esportiva, urbana e aparentemente autônoma, mas sua imagem continuava sendo organizada a partir de expectativas sociais relacionadas à beleza, ao casamento, à respeitabilidade e à feminilidade normativa. A revista, portanto, articulava tradição e modernidade: ao mesmo tempo em que incorporava novidades gráficas, comportamentais e culturais, reafirmava papéis sociais e padrões de gênero já consolidados.

A ausência de mulheres negras ou de mulheres idosas também constitui um dado importante para reflexão. Esses silêncios revelam que o imaginário feminino difundido pela revista era seletivo e excludente. Ao privilegiar um modelo branco, jovem, urbano e de camadas médias ou altas, *A Noite Ilustrada* contribuía para a naturalização de uma ideia restrita de feminilidade moderna. Assim, aquilo que a revista mostrava é tão relevante quanto aquilo que ocultava.

Os resultados da pesquisa indicam que *A Noite Ilustrada* atuou como um impresso educativo ao produzir uma educação dos sentidos, dos corpos e das sensibilidades. Suas imagens e textos ensinavam formas de perceber a modernidade, de desejar determinados estilos de vida e de reconhecer certas mulheres como modelos de beleza, sucesso e comportamento. A revista não apenas refletia transformações sociais em curso, mas também participava ativamente da construção de valores e expectativas sobre o feminino.

Conclui-se que a análise de *A Noite Ilustrada* contribui para ampliar os estudos em História da Educação ao demonstrar que impressos não escolares também desempenharam papel formativo relevante. A revista constituiu-se como espaço de circulação de saberes, valores e imaginários, participando da educação social de seus leitores e leitoras. Ao investigar suas capas e representações femininas, torna-se possível compreender como a imprensa ilustrada brasileira produziu pedagogias de gênero, ensinando modos de ser mulher em um período marcado por intensas transformações urbanas, culturais e midiáticas.

Desse modo, entre tradição e modernidade, *A Noite Ilustrada* revelou-se um importante objeto para pensar a educação para além da escola. Suas páginas permitem observar como a imprensa educava olhares, disciplinava corpos, difundia padrões de beleza e ajudava a consolidar imaginários sociais sobre o feminino no Brasil da primeira metade do século XX.



Palavras-chave: História da Educação, História das Mulheres; Impresses; A Noite Ilustrada; Revistas Ilustradas.

Referências

ARAÚJO, José Carlos; SCHELBAUER, Anaete Regina. **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2011.

CAMPOS, Raquel Discini. **No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação**. Revista Brasileira de História da Educação, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: **Estudos Avançados**, 5(11), 1991. p. 173– 191. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>

LUCA, Tania Regina de. **Mulher em revista**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001.

NEIVA, Renata. **Pedagogias da beleza: a história da educação do corpo feminino no Correio da Manhã (1925-1972)**. Uberlândia. 2018. Tese de Doutorado. 190 pág.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle; **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S Corrêa. São Paulo: Contexto. 2013

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopez (Org.). **Cultura e história em debate**. São Paulo: Afiliada, 1995.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Pesquisa sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades na História da Educação: algumas indicações teórico-metodológicas. In.: **Revista História da Educação** (online), v.24: e97469, 2020, p. 1 – 32.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 63-95.

SOIHET, R. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In.: **Revista Brasileira de Educação**. 2000. Setembro;



(15): 97–117. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJxm348crdgLd4mgqnwMHcd/>> Acesso em: 07 de julho de 2023.

O CUIDADO COMO PEDAGOGIA DA DOMESTICIDADE NO *JORNAL DAS MOÇAS* (1960–1961)



Shamira Mikena Reis Amorim (UFGD/Dourados)⁵

Maria Eduarda Ferro (UEMS/Dourados)

Eixo temático: História da Educação de Mulheres pelos Impressos

A revista *Jornal das Moças* fundada e circulada em todo o Brasil entre 1914 e 1965 foi considerada uma das mais importantes revistas femininas durante o século XX. A revista tinha como público principal mulheres urbanas das camadas médias, que possuíam condições financeiras e níveis educacionais propícios para terem acesso a revista, o periódico tratava de assuntos como: beleza, moda, família, casamento, educação dos filhos e comportamento. A partir de orientações e insinuações, mais do que informar e entreter, a revista se tornava o manual feminino para todas as mulheres que buscassem excelência ao cumprirem os papéis de mãe, esposa e dona de casa que a sociedade esperava, o *Jornal das Moças* atuava como um espaço de formação cultural, construindo modelos de feminilidade da sua época e para as épocas que viriam.

A domesticidade constituiu-se historicamente como um modelo social responsável por delimitar os papéis femininos no interior da família e da sociedade. Conforme discutem Michelle Perrot e Joan Scott, a modernidade ocidental consolidou a associação entre mulher, maternidade e espaço privado, atribuindo às mulheres a responsabilidade pela manutenção da ordem moral e afetiva do lar. No Brasil, autoras como Mary Del Priore e Rachel Soihet salientam como tais representações foram historicamente reforçadas por diferentes instituições culturais, entre elas a imprensa periódica feminina.

Nesse contexto, destaca-se o *Jornal das Moças*, revista ilustrada publicada no Rio de Janeiro entre 1913 e 1964, voltada principalmente às mulheres urbanas de classe média. O periódico circulava nacionalmente e reunia conteúdos relacionados à moda, beleza, comportamento, casamento, maternidade e organização doméstica. A revista atuava como entretenimento ao mesmo tempo em que atuava como um verdadeiro manual de conduta

⁵ O presente resumo expandido decorre de pesquisa desenvolvida pela primeira autora, sob orientação da segunda autora, apresentada na forma de artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano de 2025, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).



feminina, orientando comportamentos sociais, familiares e conjugais (Moraes e Martelli, 2017). A análise das fontes foi realizada considerando os pressupostos da pesquisa histórica, que compreende os impressos não como reflexos neutros da realidade, mas como produções situadas em contextos sociais, culturais e políticos específicos. Nesse sentido, buscou-se problematizar os discursos veiculados pelo periódico, atentando para seus objetivos editoriais, seu público-alvo e as relações de poder presentes em suas narrativas, tal cuidado metodológico permitiu compreender o *Jornal das Moças* como agente ativo na produção de representações sobre as mulheres, evitando interpretações que tomem seus conteúdos como simples retratos da experiência feminina da época.

Tipo de Fonte	Material Analisado	Objetivo da Análise
Fonte documental	96 edições do <i>Jornal das Moças</i> (1960-1961), disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional	Identificar representações de feminilidade, cuidado, maternidade, casamento e domesticidade
Textos Jornalísticos	Reportagens, colunas e matérias da revista	Analisar discursos normativos dirigidos às mulheres
Fontes Visuais	Fotografias, ilustrações e capas	Investigar representações visuais da feminilidade
Propagandas	Anúncios de cosméticos, medicamentos, eletrodomésticos e colunas.	Compreender relações entre consumo, beleza e papéis femininos
Bibliografia Especializada	Obras sobre história das mulheres, imprensa feminina e cultura impressa	Fundamentar teoricamente a interpretação das fontes

Fonte: Elaborado pelas autoras

A pesquisa analisou as representações femininas presentes nas edições do *Jornal das Moças* que circularam nos anos de 1960 e 1961, buscando compreender de que forma o



periódico reforçava ideais de feminilidade centrados no cuidado, na domesticidade e na subordinação da mulher às demandas familiares. A escolha do recorte temporal justifica-se pelo fato da década de 1960 representar um período marcado por tensões entre permanências conservadoras e transformações culturais relacionadas aos papéis femininos.

A investigação caracteriza-se como histórica, documental e bibliográfica. O corpus documental foi composto por 96 edições do *Jornal das Moças*, disponibilizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foram analisados textos, imagens, propagandas e colunas fixas da revista, buscando identificar discursos recorrentes relacionados à feminilidade, maternidade, casamento, beleza e organização do lar. Paralelamente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre história das mulheres, imprensa feminina e cultura impressa, dialogando especialmente com estudos desenvolvidos por Almeida (2007), Santos (2019), Soares e Silva (2013), Torres (2010) e Moraes e Martelli (2017).

A análise das fontes demonstrou que o periódico atribuía à mulher a responsabilidade central pelo cuidado doméstico e familiar. Colunas como *A vida no lar* e *Evangelho das mães*, reforçavam continuamente que o principal dever feminino consistia em dedicar-se ao marido, aos filhos e à administração da casa. A maternidade aparecia representada como missão suprema da mulher, enquanto o casamento era apresentado como principal horizonte de realização feminina.

O *Jornal das Moças* colaborava para a construção de uma identidade feminina pautada na submissão ao marido e na centralidade da vida doméstica. Essa lógica aparece reiteradamente nas edições analisadas, nas quais a boa esposa era descrita como paciente, compreensiva e responsável pela estabilidade emocional da família. O cuidado, nesse sentido, ultrapassava a dimensão prática e assumia caráter moral, funcionando como atributo essencial da feminilidade (Santos, 2019).

As atividades domésticas também eram frequentemente elevadas à condição de virtude. Organizar a casa, cozinhar, bordar, cuidar das roupas e receber visitas eram apresentados como sinais de elegância, competência e refinamento feminino. Como apontam Soares e Silva (2013), a revista contribuía para pedagogizar o cotidiano das mulheres, ensinando comportamentos, modos de vestir, formas de agir e até maneiras consideradas adequadas de sentir.



Além dos textos, as imagens e propagandas desempenhavam importante função pedagógica. Diversos anúncios associavam o valor feminino à juventude, à beleza e à capacidade de agradar ao marido. Cosméticos, medicamentos e eletrodomésticos eram divulgados como instrumentos capazes de aperfeiçoar o desempenho da mulher em suas funções domésticas e conjugais. Conforme analisa Torres (2010), a imprensa feminina das décadas de 1950 e 1960 articulava modernidade e conservadorismo: apresentava novidades relacionadas ao consumo e à aparência, mas preservava modelos tradicionais de gênero.

Mesmo quando surgia espaço para o chamado “autocuidado”, este aparecia subordinado às expectativas familiares. A mulher deveria cuidar da aparência não para si mesma, mas para manter a harmonia conjugal e garantir a admiração masculina. Observa-se, portanto, que o cuidado de si era frequentemente capturado pela lógica do consumo e pela obrigação de servir ao outro.

Paralelamente, a revista pouco abordava temas relacionados à autonomia feminina, à sexualidade ou ao conhecimento do próprio corpo. Em plena década de 1960, marcada pela difusão da pílula anticoncepcional e pela ampliação dos debates feministas em diferentes países, o *Jornal das Moças* mantinha silêncio sobre questões ligadas à emancipação feminina e aos direitos reprodutivos. Tal ausência revela o caráter conservador do periódico e sua atuação na manutenção de valores patriarcais.

Outro aspecto recorrente refere-se ao disciplinamento emocional das mulheres. As leitoras eram constantemente orientadas a controlar sentimentos como ciúme, raiva e frustração, zelando por uma imagem de serenidade, paciência e delicadeza. O equilíbrio familiar era apresentado como responsabilidade feminina, atribuindo à mulher o dever de administrar o lar, suas emoções e comportamentos.

As representações visuais reforçavam esse modelo idealizado de feminilidade. Mulheres sorridentes, elegantemente vestidas e inseridas em ambientes domésticos figuram frequentemente nas páginas da revista, comunicando que a feminilidade estava associada à delicadeza, à organização do lar e à dedicação aos outros. Dessa forma, o periódico operava como uma pedagogia visual da domesticidade, ensinando modelos de comportamento feminino considerados desejáveis.



Diante do exposto, considera-se que o *Jornal das Moças* funcionou como importante instrumento de produção e circulação de representações femininas pautadas na renúncia pessoal, na centralidade do cuidado e na valorização da domesticidade. Mais do que informar ou entreter, a revista educava suas leitoras para determinados modos de ser mulher, reforçando desigualdades de gênero e contribuindo para a manutenção de valores patriarcais na sociedade brasileira. Embora situado em um contexto histórico específico, muitos dos discursos identificados permanecem ressignificados na contemporaneidade, demonstrando permanências históricas nas expectativas dirigidas às mulheres.

Referências

ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de. Revistas femininas e educação da mulher: o *Jornal das Moças*. In: 16o Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 2007, Campinas. **Caderno de atividades - Resumos**. Campinas: ALB/UNICAMP, 2007. v. único. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf Acesso em: 15 maio 2026.

MORAES, Patrícia Canabarro Coelho; MARTELLI, Andréa Cristina. *Jornal das Moças*: as enunciações midiáticas e a noção de gênero e imaginário feminino no século XX. **Travessias**, Cascavel, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093256> Acesso em: 15 maio 2026.

SANTOS, Vanessa Luzia de Castro Quadrado dos. **A representação da mulher na revista feminina *Jornal das Moças* durante a primeira metade do século XX**. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOARES, Diego dos Santos; SILVA, Ursula Rosa da. O *Jornal das Moças*: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 e sua passagem por Pelotas nas décadas. **XII Seminário de História da Arte**. Centro de Artes – UFPel, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Arte/article/view/3013> Acesso em: 15 maio 2026.



TORRES, Livia Filgueiras Azevedo. **O modo e moda:** o feminino, feminismo e moda no olhar da imprensa das décadas de 50 e 60. Dissertação (Mestrado em Moda, Cultura da Moda e Arte) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/posmoda/wp-content/uploads/sites/349/2010/09/Livia-pdf.pdf> Acesso em: 15 maio 2026.



Eixo 2 - Impresses e População Negras e Indígenas

LETRAMENTO LITERÁRIO NO IMPRESSO *QUILOMBO: VIDA, PROBLEMAS*



E ASPIRAÇÕES DO NEGRO (1948-1950)

Ana Luísa Reis Maciel

Eixo: Impressos e educação das populações negras;

Esta comunicação, fruto de uma pesquisa mais ampla, tem como objetivo analisar as indicações de leitura veiculadas, principalmente na seção “Livros”, no jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, e os sentidos atribuídos pelo impresso ao letramento literário. Trata-se de um impresso produzido e organizado por um grupo de intelectuais negros, liderados por Abdias Nascimento, no final da década de 1940. O impresso faz parte de um conjunto de atividades desenvolvidas por esses intelectuais, compreendidas como mobilizações sociais em torno da questão racial. Circulou em dez edições entre os anos de 1948 e 1950; inicialmente com frequência mensal, mas com alguns momentos de interrupção. Propunha-se a promover o debate racial no Brasil, além de traçar estratégias de combate ao racismo e lutar pelos direitos da população negra.

Para compreendermos o lugar do letramento nas páginas do impresso, analisaremos a seção “Livros”. A seção em questão foi fixa até o número 6 do jornal e sugeria leituras, comentando o conteúdo da obra e elogiando o trabalho dos autores. Além do incentivo à leitura de modo geral, havia um forte aspecto racial, visto que, entre as obras indicadas, dois predicados se alternavam ou se combinavam: ou o tema do livro estava relacionado à questão racial e/ou o autor era negro. Tudo parecia estratégico na seção: afinal, a leitura formava o indivíduo, seus valores, gostos, práticas e, portanto, sua identidade. O letramento aparecia, nesse sentido, como central. Os usos da leitura e da escrita na prática social das pessoas negras era uma das maiores ferramentas usadas pelo grupo para a construção de uma identidade racial e para favorecer a ascensão social e econômica das pessoas negras, esse movimento foi nomeado pelo impresso como “elevação cultural”. Fora da seção, outras leituras também foram indicadas, mesmo depois do número 6, quando ela foi descontinuada. A literatura, ao lado de outros recursos, era utilizada pelo impresso no sentido de abordar e intervir na vida, nos problemas e nas aspirações da população negra; como anuncia o subtítulo do jornal.



A CONTRIBUIÇÃO negra à formação artística e literária norte-americana é das mais importantes, e seria impossível falarmos de arte ou literatura dos Estados Unidos sem enumerar a contribuição do homem de cor. [...] Na literatura, entretanto, a contribuição negra não se restringe ao mero fornecimento dos ricos temas folclóricos. Vai muito mais adiante. Aí o negro é o seu próprio porta-voz, anunciador de suas dores, seus problemas sociais e íntimos, seus anseios numa grande e nobre luta pela conquista dos seus direitos. [...] Dos romancistas, Richard Wright é sem dúvida alguma o que tem logrado a mais merecida aceitação no mundo (*Quilombo*, 1949, n. 3, p. 9)

O trecho acima se refere às obras de Richard Wright indicadas no impresso no número 3, por meio dele é possível observar que o *Quilombo* atribuía à literatura diferentes sentidos para as pessoas negras, desse os mais comuns como expor temas folclóricos relacionados à chamada “cultura negra”, mas também ser um espaço de denúncia onde as pessoas negras poderiam expor problemas sociais e íntimos. Além disso, o excerto demonstra que as pessoas negras poderiam ser grandes escritoras, descartando a ideia de inferioridade que alimentava o preconceito racial. É possível considerar que havia uma certa diferença de destaque entre as obras indicadas na seção “Livros” e as indicadas em outras seções no que se refere ao objetivo de formação do leitor. A seção “Livros” pretendia objetivamente formar leitores, enquanto a seção “Sociais”, por exemplo, visava prestigiar obras e acontecimentos que envolvessem a comunidade negra, como eventos, formaturas, lançamentos de peças e livros. A seção “Livros” era exclusivamente dedicada à literatura e à promoção da leitura como hábito. Os livros nela indicados eram selecionados em razão das características que o corpo editorial avaliava como eficientes para os objetivos do grupo enquanto movimento social. Por outro lado, nas outras seções, os critérios poderiam ser outros, como mencionado.

A lista de obras e os temas nelas tratados buscavam formar os leitores do *Quilombo*. O jornal se dirigia ao seu público comunicando o que pessoas negras poderiam e deveriam ler e escrever, além de indicar que os dilemas, aspirações e interesses das pessoas negras também eram contemplados pela literatura, e por isso ela merecia atenção. A escolha das obras também revela o leitor visado⁶ pelo impresso, em alguns momentos nomeado: as pessoas negras e as pessoas brancas interessadas no reconhecimento e na superação do racismo como problema

⁶ A estratégia utilizada aqui para determinar o leitor visado do *Quilombo* se baseia na metodologia utilizada por Galvão e Jinzenji (2011), Trata-se do leitor previsto pelo autor e/ou editor no momento da produção do objeto de leitura.



nacional. Esse é, inclusive, o perfil dos autores indicados: os que não são pessoas negras, são pessoas brancas tratando de temas relacionados à comunidade negra. Além de promover a literatura entre a comunidade negra, quando alcançava um público que extrapolava seus leitores visados, por meio dessa seleção, o jornal também informava que poderia convencer eventuais contestadores das ideias veiculadas pelo impresso de seus postulados: a ideia de que havia desigualdade e discriminação racial no Brasil e que ela deveria ser combatida, visto que as pessoas negras eram capazes de compreender e produzir qualquer conteúdo cultural, desde que lhes fosse oportunizado o acesso.

Boa parte das obras escritas por e sobre pessoas negras indicadas pelo jornal possuem caráter biográfico, isso estava relacionado ao objetivo de formação de identidade e à propagação da ideia de “elevação cultural”. A seção “Livros” do número 5 do impresso parece uma prévia de uma biografia anunciada por Ironildes Rodrigues: “Na biografia de Cruz e Souza que tentarei escrever, quero deixar patente uma coisa: é o grande coeficiente de alma negra que há em sua poesia” (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 4). Apesar da matéria ser extensa e ter um caráter biográfico, a obra de fato parece nunca ter sido escrita ou, se escrita, não foi publicada, visto que não há registros de biografias do poeta de autoria de Rodrigues. No entanto, outras biografias posteriores de Cruz e Souza, como Prandini (2015) e Alves (2015), revelam que o abolicionismo foi central na vida do autor, visto que ele nasceu de um relacionamento entre escravizados alforriados e participou de várias conferências abolicionistas. O sentimento de impotência e ansiedade relacionados acima podem indicar que o poeta vivia num limbo entre ser um indivíduo com alguns privilégios, considerando os outros indivíduos negros naquele contexto do país, e a vida de seus pais, visto que já nasceu livre, teve acesso à educação e, ainda em vida, teve seus trabalhos reconhecidos por membros da elite intelectual da época, como Olavo Bilac. Mesmo assim, ainda fazia parte de um grupo subalternizado e sentia os efeitos psicológicos e as barreiras sociais impostas pelo racismo em sua vida, além de observá-los na sociedade.

O romance *Negrinho*, de Richard Wright, e *As memórias de Josephine Baker*, de Marcel Sauvage, também são de caráter biográfico e, somados a outros casos, formam um compilado de obras que remetem à estratégia de educar pelo exemplo, rememorando a vida de pessoas negras que, apesar dos desafios e angústias, encontraram formas de lidar e eventualmente



superar a subalternização por meio da educação, do acesso e da reprodução das expressões culturais consideradas elevadas ou superiores, como sugere o próprio jornal. As biografias, na maior parte das vezes, cumprem esse papel de elaborar o biografado como um exemplo. No caso de biografados negros, mais do que um exemplo, essas obras apresentavam a esperança, visto que demonstravam que pessoas de um grupo social minorizado poderiam ascender social e economicamente, além de indicar caminhos para a ascensão.

Entre as obras indicadas, muitas têm como tema a crítica social e as dificuldades sistemáticas enfrentadas pela população negra, como desigualdade social e econômica, discriminação e violência policial. Mesmo que algumas delas sejam ficção, cumprem o papel de estimular reflexões nesse sentido. O livro *Poemas duma vida simples*, de Solano Trindade, indicado no número 4, se enquadra nesse tipo de obra. Solano Trindade, além de importante poeta, era teatrólogo, pintor, escritor, estudioso das tradições populares e também integrava o TEN. Teve sua trajetória como artista e militante marcada pela fundação da Frente Negra Pernambucana (1936); juntamente com Abdias do Nascimento e outros ativistas, do Teatro Experimental do Negro (1944); do Teatro Popular Brasileiro (1950), com Edison Carneiro; e do Centro Cultural Afro-brasileiro (1998).⁷ O livro indicado foi lançado no mesmo ano de fundação do TEN (1944) e, além de tecer críticas à desigualdade racial, apresentava poemas relacionados à miséria e à exploração do trabalhador. O poema “Tem gente com fome”, que mais tarde se tornou um dos mais famosos do autor, aborda a fome a partir de associações com o transporte público, o autoritarismo e o silenciamento impostos aos trabalhadores.

A poesia foi especialmente relevante para o *Quilombo*; ao lado dos conteúdos sociais, o lirismo apareceu com notável recorrência. Analisando o quadro, podemos entender que a poesia (como forma e como tema), a crítica social e o estudo das expressões da cultura negra caracterizam as escolhas feitas pelo corpo editorial para a formação do leitor. A expressão do gênero lírico demonstra certo deleite pela leitura, escrita e literatura, que não se restringem, para o corpo editorial, ao papel utilitário da cultura escrita. A seção “Livros” e a preocupação em transformar a literatura num hábito para os leitores indicavam que as palavras não tinham apenas o papel de comunicar e denunciar, mas também o de entreter, encantar e promover auto-reflexões.

⁷ Para mais informações, ver o verbete “O poético militante Solano Trindade”, de Silva (2023).



Além de formar leitores, estimular a leitura e a escrita, e construir uma identidade racial capaz de organizar uma agenda política para a valorização das pessoas negras e a superação do racismo, havia uma face voltada à carreira dos membros do corpo editorial. Muitas das obras indicadas foram escritas pelos colaboradores do jornal, e essas indicações tinham, provavelmente, a intenção de impulsionar esses trabalhos. Mesmo que sejam inegáveis as aspirações coletivas do grupo que agia na configuração do que hoje entende-se como movimento social, há de se pensar que se tratava de um esforço de trabalho. Muitos dos intelectuais que integravam o corpo editorial estavam buscando estratégias para se firmar como escritores.

As sugestões de leitura, os comentários tecidos nas indicações e os debates suscitados pelas obras demonstram que o *Quilombo* promovia entre seus leitores um letramento racializado: o uso da leitura e da escrita era pensado para a população negra e também para despertar a consciência sobre os impactos da racialidade na experiência social das pessoas, numa sociedade construída com base na subalternização racial. Ou seja, mais do que incentivar a leitura, o *Quilombo* propunha uma leitura estratégica, visando à compreensão e participação no debate público a respeito das desigualdades raciais e sociais no país, bem como a elaboração e crítica das políticas para superação do quadro social apontado pelas obras. Além disso, no que se refere a despertar o gosto pela leitura, era importante que as obras se comunicassem com o mundo do leitor, para estimular o interesse, a adesão e a ideia de possível recompensa — ganhar prestígio social e ascender economicamente — pela tarefa de ler, o que tornaria os leitores do *Quilombo* “cultos”. A leitura apareceu associada a outros hábitos ligados à noção elevada de cultura, tais como a educação formal, o balé, o teatro, e até mesmo como uma forma de acessar essas manifestações, como é o caso da relação entre a alfabetização e o teatro. Verifica-se, portanto, que o projeto de “elevação cultural”, apesar de influenciado pelo ideal liberal desenvolvimentista, era tão progressista e coletivo quanto possível para o período, já que combinava estratégias para a superação de um quadro social que afligia a população negra, por meio do acolhimento, da esperança, da identificação e da colaboração entre pares.

Referências



ALVES, Uelington Farias. Cruz e Sousa: *Dante negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; JINZENJI, Mônica Yumi. A quem se destinava o Boletim Vida Escolar?. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). *Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17-53.

PRANDINI, Paola. *Cruz e Sousa: retratos do Brasil negro*. São Paulo: Selo Negro, 2015.

SILVA, Assunção de Maria Sousa. O poético militante Solano Trindade. In: Literafro: O portal da literatura Afro-Brasileira, 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/teatro/28-critica-de-autores-masculinos/427-o-poetico-militante-solano-trindade-critica>. Acesso em: 23 jul. 2025.

EDUCAÇÃO PARA OS INDÍGENAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FEMININA NA REVISTA *BEM-TE-VI*

Educação escolar indígena pelos impressos

RESUMO



Este trabalho analisa os conteúdos de educação feminina divulgados na revista protestante *Bem-te-vi* na primeira metade do século XX, que foram utilizados na educação e formação de mulheres indígenas, das etnias Kaiowá, Guarani e Terena na Reserva Indígena de Dourados (RID), pelos missionários da Missão Evangélica Caiuá (MEC). Para isso, foi preciso recorrer ao impresso periódico protestante, a revista *Bem-te-vi*, que circulou na primeira metade do século XX na Escola da Missão (Escola Primária General Rondon) e na Reserva. O referencial teórico pautou-se nos estudos de Burke (2008), Carvalho (2007) e Panizzolo (2014). As análises apontaram que os conteúdos apresentados na revista *Bem-te-vi* na primeira metade do século XX e direcionados a educação de mulheres, buscavam inserir padrões de comportamentos e valores, do universo feminino não indígena às meninas e mulheres indígenas, com o objetivo de substituir as culturas indígenas pela cultura não indígena. Ao inserir novas formas de se relacionarem com a família, a religiosidade e com os cuidados com a casa. Constata-se, ainda, que a Revista em análise, no período, constitui-se em um veículo de divulgação dos valores protestantes metodistas que ultrapassa os espaços de fé do protestantismo, que permitiu compreender e refletir sobre os processos educativos e formativos de mulheres em espaços indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Impresso. Educação. Mulheres indígenas. Reserva Indígena de Dourados.

Introdução

As pesquisas sobre educação indígena, a educação para os povos indígenas e a educação escolar indígena, estão articuladas aos movimentos indígenas desde a década de 1970 e à abertura gerada pela nova historiografia da educação. A partir do final da década de 1980, essa abordagem passou a ser produzida no Brasil, trazendo um olhar investigativo voltado à cultura, à história cultural e aos estudos culturais (Burke, 2008). Isso ocorre porque “[...] as questões lançadas pela chamada Nova História Cultural vêm redesenhando as fronteiras e redefinindo os métodos e objetos da história da educação no Brasil” (Carvalho, 2007, p. 116).

Ao abordar a educação para os indígenas, este trabalho objetiva analisar os conteúdos de educação feminina divulgados na revista protestante *Bem-te-vi* na primeira metade do século XX, que foram utilizados na educação e formação de mulheres indígenas, das etnias Kaiowá, Guarani e Terena na Reserva Indígena de Dourados (RID), pelos missionários da Missão Evangélica Caiuá (MEC).

No ano de 1917, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) fundou, em Dourados, a Reserva Indígena de Dourados (RID), por meio do Decreto nº 404, de 3 de setembro. O documento estabeleceu uma extensão de 3.539 hectares, que passou a ser habitada pelas etnias Kaiowá,



Guarani e Terena⁸. Posteriormente, em 1929, estabeleceu-se na Reserva a MEC, que iniciou seus contatos principalmente com os Kaiowá e, mais tarde, com os Guarani e Terena. A Missão teve como fundadores os missionários americanos, o reverendo Alberto Sidney Maxwell e sua esposa, a Sra. Mabel Davis Maxwell, vinculados à Igreja Presbiteriana.

A atuação escolar na RID consolidou-se por meio de estudos bíblicos e do ensino da leitura e escrita. Ao inserir as crianças e adultos indígenas em dinâmicas de evangelização, "civilização" e escolarização. A educação escolar para os indígenas atendia aos objetivos de missionários protestantes e de representantes do Estado, que objetivaram a assimilação, nacionalização e integração das etnias à sociedade não indígena.

Deste modo, a educação escolar e não escolar desenvolvidas na RID, esteve direcionada a assimilação de comportamentos cristãos, patrióticos, de higiene e laborais por parte dos indígenas. Tratava-se, também, de uma estratégia de atender aos ideais republicanos da primeira metade do século XX.

A Revista *Bem-Te-Vi* e o Projeto de Educação e Civilização Protestante para as Mulheres Indígenas da RID

De acordo com Carvalho (2004), o processo de educação escolar na Reserva teve início entre 1929 e 1930, quando a alfabetização de adultos foi inserida por meio de práticas cristãs, como cultos e aulas dominicais. Para isso, os protestantes fizeram uso de revistas como a revista *Bem-te-vi*.

A Revista teve sua estreia impressa em 1922 e continua em circulação até o presente. O projeto, até o ano de 1967, visava contemplar prioritariamente o público infantil cristão, independentemente de sua filiação religiosa. A partir de então, o material sofreu uma transição, na qual passou a ter “[...] um caráter instrumental voltado à catequese metodista, tendo sua destinação especificamente voltada para uso nas aulas das escolas dominicais” (Panizzolo, 2014, p. 274).

A publicação *Bem-te-vi*, ao longo do recorte temporal analisado — a primeira metade do século XX —, publicava em suas edições mensais narrativas de cunho religioso, com o

⁸ Documento do Posto Indígena Francisco Horta. julho 1966. Museu do Índio, Rio de Janeiro. (microfilme n.7, planilha 91).



intuito de moldar crianças disciplinadas, cristãs e bondosas. Para atrair o público infantil para a leitura, a inserção de animais nos conteúdos era recorrente, englobando gatos, cães, cavalos, coelhos, elefantes, entre outros.

A educação doméstica esteve presente nas páginas da Revista na primeira metade do século XX, com a presença de receitas que eram preparadas pelas mulheres da família, “[...] as mulheres aparecem nas imagens sempre realizando serviços manuais/domésticos, como cozinhar, organizar a casa, cuidar dos filhos, passando a mensagem de que a mulher é responsável pelo desenvolvimento dos serviços domésticos e pela paz e harmonia da família” (Peres; Furtado, 2021, p. 37).

Durante a primeira metade do século XX, a revista *Bem-te-vi* veiculou conteúdos voltados à educação e formação de mulheres. Ao inserir esse material na educação para os indígenas, o periódico contribuiu com os objetivos dos protestantes de estabelecer novos hábitos e comportamentos entre as mulheres indígenas da RID.

Infer-se que os conteúdos da revista *Bem-te-vi*, ao serem abordados com as etnias da RID, buscaram provocar mudanças nas culturas e saberes tradicionais. Contudo, diante das imposições culturais e de educação do não indígena, os povos originários se reorganizaram para resistirem as relações multiétnicas que estavam sendo estabelecidas na Reserva.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuais de pedagogia, materialidade do impresso e circulação de modelos pedagógicos no Brasil. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá/Colombia, n. 52, p.114-135, enero/junio, 2007.

PANIZZOLO, Claudia. A revista Bem-te-vi e o projeto civilizatório metodista nas mãos da criança brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 14, n. 2 (35), p. 271-293, maio-ago., 2014.

PERES, Cristiane Pereira; FURTADO, Alessandra Cristina. Educação e formação de mulheres: a revista Bem-te-vi na primeira metade do século XX. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 30-45, jul./set. 2021.

Documento



SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Documento do Posto Indígena Francisco Horta**. julho 1966. Museu do Índio, Rio de Janeiro. (microfilme n. 7, planilha 91).



Eixo 3: Impressos e Infâncias

A ANATOMIA DO ENCANTAMENTO: CONTOS DE FADAS E PRÁTICAS FORMATIVAS NA REVISTA *O TICO-TICO* (1905–1915)⁹

Bárbara Portilho Teixeira¹⁰

⁹ Esta comunicação resulta da participação nos seguintes projetos de pesquisa: Os impressos que educaram no século XX: janelas interpretativas para a(s) cultura (s do) escrito” (CNPq/MCTI No 10/2023 – UNIVERSAL) e Rir da escola e da educação: as ilustrações satíricas de J. Carlos (1884- 1950) e a subversão do poder pelo humor (CNPQ/MCTI 44/2024 – UNIVERSAL).

¹⁰ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de



Raquel Discini de Campos¹¹

Eixo temático: Infância e Educação no e pelos impressos

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento e examina os contos de fadas publicados na revista *O Tico-Tico* entre 1905 e 1915. Ao dialogar com o Seminário de Pesquisa “Impressos que Educaram no século XX”, o estudo analisa de que maneira os impressos atuaram na educação da infância brasileira. Vinculada à Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), e ao Grupo de Estudos Interdisciplinares em História da Educação (Cnpq/UFU), a investigação toma o periódico como artefato cultural e dispositivo pedagógico que articulou narrativas, ilustrações e formação moral no interior da cultura impressa (Rosa, 2002; Vergueiro; Santos, 2005; Gonçalves, 2019). Inserida no contexto da Primeira República (1889-1930), *O Tico-Tico* integrou um projeto editorial afinado com ideais de instrução, moralização e civilidade, convertendo a infância em alvo de expectativas de determinado tipo de cidadania. O recorte temporal adotado nessa pesquisa, corresponde à primeira década de circulação da revista, momento relevante para observar a consolidação de seu projeto editorial e a recorrência dos contos de fadas em suas páginas. Trata-se de um período em que o periódico afirmava com maior nitidez sua proposta de instruir, moralizar e entreter, articulando repertórios narrativos, ilustrações e expectativas de formação voltadas à infância. Desse modo, a delimitação entre 1905 e 1915 permite examinar, em uma fase específica da publicação, como o maravilhoso foi mobilizado no interior do periódico. O objetivo central da comunicação consiste em apresentar de que maneira os contos de fadas publicados em *O Tico-Tico* atuaram como práticas formativas, constituindo-se como dispositivos de prescrição de condutas e de modelagem dos sentimentos da infância leitora. Metodologicamente, a pesquisa ancora-se nos pressupostos da História Cultural e adota abordagem qualitativa, articulando levantamento bibliográfico e análise documental. O *corpus* foi constituído por investigações sistemáticas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no acervo físico da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), com atenção à

Uberlândia (PPGED/UFU). E-mail: barbaraportilhoo@gmail.com.

¹¹ Doutora, Professora efetiva da faculdade de Educação/ Universidade Federal de Uberlândia – PPGED, dentro da linha de História e Historiografia da Educação. E-mail: raqueldiscini@uol.com.br.



materialidade editorial do impresso, à paginação, à presença de ilustrações e às diferentes formas de inserção das narrativas nas edições. Nessa direção, os impressos são tratados como dispositivos que buscam modelar práticas de leitura (Chartier, 1990; Galvão; Moreira, 2021). Privilegia-se a análise da dimensão verbo-visual do impresso, considerando que a organização das páginas, o uso de cores e a presença de ilustrações orientam sentidos dirigidos à infância (Campos; Guillier, 2024). Nessa perspectiva, a revista não é tomada apenas como suporte de circulação de textos, mas como artefato histórico que organizava práticas de leitura, modos de visibilidade e formas de endereçamento à infância. A observação da disposição dos contos nas edições, de sua relação com as imagens e de sua inserção em páginas de destaque permite compreender que o impresso para além de veicular narrativas, produzia uma experiência de leitura orientada. Assim, a análise da fonte considera que a materialidade editorial participava ativamente da construção de sentidos e do modo como os contos de fadas eram oferecidos à criança leitora. Os resultados parciais evidenciam uma espécie de “anatomia do encantamento”, na qual o maravilhoso opera como forma de tornar a moral legível e desejável pelos pequenos. A recorrência dos contos de fadas nas páginas iniciais do periódico, sobretudo nos primeiros anos de circulação, indica a centralidade editorial desse repertório, organizado de modo a atrair a atenção da criança e introduzi-la em uma experiência de leitura que conjugava divertimento e formação. A recorrência desses contos no periódico se explica tanto por sua presença na tradição literária infantil quanto por sua adequação ao próprio projeto formativo da revista. Ao articularem provas morais, recompensas e sanções, tais narrativas favoreciam a difusão de valores e expectativas de conduta, pois associavam o apelo do imaginário à organização de lições morais. Nesse sentido, o conto de fadas, em *O Tico-Tico*, pode ser compreendido como uma forma narrativa que articulava encantamento e formação no interior da cultura escrita destinada à infância. Assim, narrativas como “O Bem Recompensado” mostram que o elemento feérico foi utilizado para validar virtudes associadas ao trabalho, à obediência e à caridade, recompensando a operosidade mediante a intervenção da fada. No interior da narrativa, a recompensa não se apresenta como efeito fortuito do maravilhoso, mas como consagração de uma conduta considerada exemplar. A presença da fada, nesse caso, legitima valores como dedicação, bondade e submissão ao dever, convertendo o encantamento em recurso de confirmação moral. Ao oferecer à criança uma personagem recompensada por sua disposição



ao trabalho e à caridade, o conto associa o universo de encantamento à valorização de comportamentos socialmente desejáveis, articulando prazer narrativo e orientação de conduta. Já no conto “As duas fadas”, a estrutura narrativa organiza-se em torno de uma prova moral que contrapõe o prazer imediato ao cumprimento do dever, reforçando a associação entre felicidade, resignação e sacrifício, ao mesmo tempo em que difunde expectativas de conduta e modelos de feminilidade vinculados à domesticidade e ao zelo familiar. Nessa narrativa, o maravilhoso opera menos como promessa de evasão do sofrimento e mais como meio de ordenar escolhas e hierarquizar valores. A oposição entre as duas fadas confere forma narrativa a um dilema moral, no qual a felicidade vinculada ao dever se sobrepõe ao gozo imediato e ao conforto sem esforço. Ao inscrever essa lição em uma personagem feminina, o conto também reforça um ideal de feminilidade associado à renúncia, à obediência e ao cuidado, mostrando como o universo feérico podia funcionar, no interior da revista, como linguagem de naturalização de expectativas sociais dirigidas às meninas. Nesses casos, o encantamento não elimina a moral da história; ao contrário, a inscreve em uma experiência de leitura mediada pelo enredo, pela ilustração e pela composição da página. Assim, ao examinar o maravilhoso nessas duas narrativas, demonstraremos que *O Tico-Tico* não apenas divertiu, mas buscou educar os afetos dos leitores, procurando integrar a formação da infância moderna aos ideais compartilhados por determinados grupos sobre o Brasil republicano em franca construção.

Palavras-chave: *O Tico-Tico*; contos de fadas; infância; práticas formativas; História da Educação.

FONTES

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN (BBM). *O Tico-Tico*. São Paulo - SP, 1905 - 1962.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *O Tico-Tico*. Rio de Janeiro, 1905-1960. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

REFERÊNCIAS



CAMPOS, Raquel; GUILLIER, Béatrice. **Subversão e reiteração na representação do mundo na imprensa infantil franco-brasileira: considerações sobre La Semaine de Suzette e O Tico-Tico em 1905.** Revista História da Educação – RHE, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/qcM8d5RdcCN9xbw6f9G9tSK/?lang=pt>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As Aventuras d' O Tico-Tico: formação infantil no Brasil Republicano (1905-1962).** 2019. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MOREIRA, Kênia Hilda (orgs.). **Impressos que educam.** v. 1. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. (Série Histórias de Leitura).

MOREIRA, Kênia Hilda (coord.). **Os impressos que educaram no século XX: janelas interpretativas para a(s) cultura(s) do escrito.** Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq/MCTI, chamada n. 10/2023 – Universal. Dourados, MS, jul. 2023.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias.** 6. Ed., São Paulo: Ática, 2007. (Série Fundamentos, 2).

ROSA, Zita de Paula. **Sobre O Tico Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica.** Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002. 271 p. (Coleção Estudos CDAPH, série Historiografia).

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos (orgs.). **O Tico-Tico: centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil.** Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005.

ANÁLISE GRÁFICA DO LIVRO *HISTÓRIAS DA BARATINHA* À LUZ DA LITERATURA INFANTIL

Rosiane Maria de Jesus

Profª Drª Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Unidade Universitária de Paranaíba



RESUMO EXPANDIDO

O presente trabalho¹² tem como objetivo analisar os aspectos gráficos do livro infantil *Histórias da Baratinha* (1896), de Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), livro que faz parte da Coleção Biblioteca Infantil publicada pela Livraria Quaresma no final do século XIX, buscando compreender como esses recursos ajudam a construir sentidos e influenciam a experiência de leitura da criança. A análise fundamenta-se em estudos sobre a cultura escrita, com ênfase nos elementos gráfico-editoriais, como tipografia, organização da página, uso de imagens e espaçamento.

Os estudos sobre a cultura escrita mostram que o livro não deve ser visto apenas pelo que está escrito, mas também pela forma como esse conteúdo é apresentado, ou seja, o livro é um objeto que reúne diferentes linguagens, e não apenas palavras. Nesse sentido, observar os aspectos gráficos se torna essencial, principalmente quando tratamos de obras destinadas ao público infantil, em que o visual tem um papel muito importante na construção da narrativa.

Segundo Frade (2012), os impressos são formados por diversos elementos que influenciam diretamente a maneira como o leitor se relaciona com o texto. A autora afirma que “as formas também comandam os sentidos”, o que nos faz perceber que a organização visual do livro interfere na forma como a história é compreendida.

No caso da literatura infantil, essa relação é ainda mais evidente, já que o leitor entra em contato com a obra por meio da combinação entre texto, imagem e a maneira como tudo isso está organizado na página. Elementos como a tipografia, as ilustrações e a disposição do texto não estão ali apenas para acompanhar a história, mas fazem parte dela.

DESENVOLVIMENTO

A Coleção Biblioteca Infantil, publicada pela Livraria Quaresma no final do século XIX, constituiu um importante marco na consolidação da literatura infantil brasileira. Organizada por Figueiredo Pimentel, a Coleção era composta pelos livros *Contos da Carochinha* (1894), *Histórias da Avozinha*, *Histórias da Baratinha*, *Teatrinho Infantil*, *Os Meus Brinquedos*, *Castigo de um Anjo* e *Álbum das Crianças*. Essas obras buscavam aproximar os contos populares do universo infantil, utilizando uma linguagem mais acessível e próxima da oralidade. Sobre a organização da Coleção, Duarte (2019, p. 11) afirma que Figueiredo Pimentel “[...] dedicou-se à tradução, adaptação e à recolha de contos orais” na Biblioteca Infantil publicada pela Livraria Quaresma.

Figueiredo Pimentel destacou-se como jornalista, cronista e escritor, sendo reconhecido como um dos pioneiros da literatura infantil brasileira. Antes de se dedicar às obras infantis, atuou intensamente nos periódicos cariocas e publicou textos voltados ao público adulto. No entanto, foi sua produção para crianças que o tornou referência na história da literatura infantil nacional. Suas adaptações procuravam aproximar os contos europeus da realidade brasileira,

¹² Nesta comunicação, apresentam-se resultados parciais de pesquisa de Mestrado em Educação cuja dissertação tem como título “*Um estudo da Coleção Biblioteca Infantil, de Alberto Figueiredo Pimentel, publicada pela Livraria Quaresma (1894-1898)*”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).



utilizando uma escrita mais fluida e próxima da fala cotidiana. Sobre esse aspecto, a dissertação de Duarte (2019) destaca que o autor utilizava “[...] construções linguísticas mais próximas da oralidade, com o fim de suprir uma necessidade urgente daquele tempo decorrente da carência de obras infantis próximas da realidade do leitor mirim brasileiro”. (Duarte, 2019, p. 182)

A Livraria Quaresma teve papel fundamental na circulação de livros voltados à infância em um período em que predominavam traduções europeias e publicações pouco acessíveis às crianças brasileiras. A editora destacou-se pela publicação de obras populares e pela valorização de textos destinados ao público infantil, contribuindo para ampliar o acesso à leitura no Brasil. Nesse contexto, Duarte (2019, p. 12) ressalta que *Contos da Carochinha* foi o “[...] primeiro livro da coleção Biblioteca Infantil” publicada pela Livraria Quaresma, consolidando a atuação da editora na formação da literatura infantil brasileira. Em relação ao livro aqui analisado, *Histórias da Baratinha*, ao se observar seu aspecto gráfico percebe-se que ele não é apenas um suporte para o texto, mas um elemento que participa ativamente da construção da narrativa. A forma como as páginas são organizadas influencia diretamente a leitura e a maneira como o texto é compreendido.

Nesse sentido, a disposição dos elementos na página tem um papel fundamental. Como afirma Frade (2012, p. 173,174), “[...] o enunciado só faz sentido quando relacionado à estrutura espacial do escrito”. Isso mostra que a leitura não depende apenas das palavras, mas também de como elas aparecem no livro.

A tipografia utilizada é bastante uniforme, com letras serifadas¹³ e de tamanho reduzido, característica comum em edições mais antigas. Esse tipo de escolha favorece uma leitura mais contínua e linear, dando destaque ao texto verbal. Assim, a página se apresenta como um espaço mais voltado para a leitura do texto, em que o leitor precisa imaginar as cenas a partir do que está sendo narrado.

Figura 01: Página 11 com predominância de letras serifadas

¹³Serifadas refere-se às fontes tipográficas que apresentam pequenos traços ou prolongamentos nas extremidades das letras, denominados serifas, recurso gráfico amplamente utilizado em impressos antigos e textos acadêmicos por favorecer a fluidez, a legibilidade da leitura em textos longos e conferir aspecto mais formal ao texto. (Printi, 2024).



Tendo adormecido profundamente, com o narcótico, Julinha não viu coisa alguma que por acaso ocorresse de noite, e tornou para casa, desapontada.

Mariquinhas comunicou, ainda, que iria.

— “Como queres tu ser mais perspicaz do que nós” disseram as duas imãs. “Pois tu, com um olho só, queres ver melhor do que nós duas?”

A caçula não se importou com aquelas observações, e foi bater à porta do palacete da formosa Elvira.

A hora do chá, Mariquinhas, fingiu que engolia a beberagem, mas derramou-a no lenço.

Passado algum tempo, declarou que estava com muito sono, mas, alegando ter medo de dormir sôzinha, pediu à vizinha que a deixasse pernoitar no mesmo quarto.

Consentiu Elvira, e a filha da velha Andreza fez que adormecia.

Pelo meio da noite ouviu rumor nas janelas do quarto, parecendo-lhe um ruflar de asas.

A dona da casa, erguendo-se do leito, abriu-as de par em par. Voou para dentro um grande e lindo papagaio, com uma coroa real na cabeça, exclamando:

— “Dá-me leite! dá-me sangue! dá-me água! senão morro...”

Fonte: *Histórias da Baratinha* (Pimentel, 1959, p. 11).

Essa percepção fica ainda mais clara quando se analisam outras páginas do livro. Na página 12, por exemplo, há predominância de blocos de texto contínuos, com poucos espaços e sem ilustrações. Essa organização faz com que a leitura siga de forma sequencial, sem interrupções, exigindo maior atenção e envolvimento por parte do leitor.

Figura 02: Página 12 com o texto em sequência e organizada em blocos, com uso de travessão e asteriscos para dar movimento ao texto

12 BIBLIOTECA INFANTIL

das penas em brilhantes, safiras, rubis, topázios, pérolas e mil outras pedras preciosas.

Depois desencantou-se em um elegante esbelto mancebo.

Era o príncipe real do Limo Verde, que assim se transformara para ver a namorada.

Pela manhã, Mariquinhas regressou radiante, e narrou o que presenciara durante a noite.

Chegou, por último a vez de Andreza ir pedir hospedagem a Elvira.

Quando entrou para o quarto de dormir, disfarçou e colocou navalhas afiadíssimas na janela, por onde devia entrar a formosa ave.

O papagaio, entrando cortou-se todo, e disse para a namorada.

— “Ah! ingrata, nunca mais me verás! Só se mandares fazer uma roupa de ferro, e andares com ela até se acacar!...”

Bateu asas e voou.

*
*
*

Elvira, triste e desgostosa, encomendou a toda a pressa a roupa de ferro — saia, paletó, botina e chapéu.

Vestiu-a e saiu pelo mundo em fora, a procurar o Reino do Limo Verde.

Após longos e longos meses de jornada foi ter ao Reino da Lua.

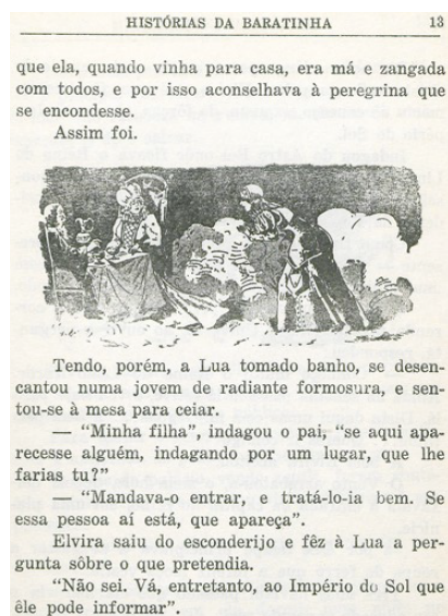
Fonte: *Histórias da Baratinha* (Pimentel, 1959, p. 12).



Nessa mesma página, o uso de travessões para marcar as falas das personagens, como em “— Ah! ingrata, nunca mais me verás!...” (Figueiredo, 1959, p. 12), contribui para dar mais ritmo e expressividade à narrativa. Esse recurso aproxima o texto da oralidade e ajuda o leitor a perceber o som das falas. Além disso, os asteriscos presentes no texto funcionam como pequenas pausas, ajudando a organizar a leitura.

Já na página 13, a organização muda de forma significativa. A presença de uma ilustração centralizada chama a atenção, fazendo com que o olhar do leitor vá primeiro para a imagem e só depois para o texto. Nesse caso, a ilustração não aparece apenas como um complemento, mas como um elemento que ajuda a contar a história.

Figura 03: Pagina 13 com ilustração central complementando o texto



Fonte: *Histórias da Baratinha* (Pimentel, 1959, p. 13)

Essa diferença entre as páginas mostra que o livro não segue um único padrão visual. Pelo contrário, ele alterna formas de organização, criando diferentes ritmos de leitura. Enquanto uma página exige mais imaginação por parte do leitor, a outra facilita a compreensão por meio da imagem, tornando a leitura mais dinâmica.

Segundo Frade (2012, p. 174), os elementos gráficos formam um “complexo figurativo”, ou seja, um conjunto de recursos que ajudam a construir os sentidos do texto. Assim, a alternância entre páginas com e sem ilustração revela diferentes formas de organização da narrativa e influencia diretamente a experiência de leitura.

Dessa forma, fica claro que elementos como a tipografia, a organização da página, o uso de imagens e até os sinais gráficos não são neutros. Eles ajudam a orientar a leitura e a maneira como o texto é interpretado, participando ativamente da construção da narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar o aspecto gráfico do livro *Histórias da Baratinha* (1896), de Figueiredo Pimentel, é possível compreender que os elementos visuais têm um papel muito importante na forma como a narrativa é construída. A tipografia, a organização das páginas e as ilustrações não aparecem de forma isolada, mas trabalham juntas, ajudando a dar sentido à história e a envolver o leitor.

Quando se observam páginas específicas do livro, percebe-se que a forma como ele é organizado propõe diretamente uma forma de leitura. Dependendo da página, a leitura pode ser mais contínua, mais visual ou mais dinâmica, o que mostra que o livro cria diferentes maneiras de interação com o texto. Por isso, é importante entender a literatura infantil como um conjunto, em que texto e imagem se complementam. Não se trata apenas do que está escrito, mas também de como isso é apresentado.

Assim, pode-se concluir que os aspectos gráficos não estão ali apenas para acompanhar a narrativa, mas fazem parte dela. Eles ajudam a construir a história e mostram como é importante olhar para o livro em sua totalidade para compreender melhor a leitura literária.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Cristina Rothier. *A literatura infantil brasileira do século XIX: adaptações para crianças em Contos da Carochinha, de Figueiredo Pimentel*. 2019. 267 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 171–208, 2012.

PRINTI. *Fonte serifada: quando usar e 8 exemplos*. 2024. Disponível em: Printin. Acesso em: 13 maio 2026.

EDUCAÇÃO E IMPRESSOS PARA A INFÂNCIA (1940-1950): OS CASOS DE *TERRA QUERIDA E TUDO É FÁCIL*



Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Lorena Ariston Galhano

Maria Vitória da Silva Mesquita

Eixo temático: Infância e Educação no e pelos impressos

Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar os manuais didáticos *Terra Querida* (1954) e *Tudo é fácil* (1959?), com especial ênfase nos elementos paratextuais (Genette, 2009) e nos conteúdos veiculados em ambos os impressos, conforme exposto nos sumários. Trata-se de uma pesquisa institucional em estágio inicial, realizada no âmbito do projeto de pesquisa *Quem escreve a educação? Manuais didáticos de autoria feminina (1940-1960)*, vinculada ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ). Conforme iluminado pelo título do projeto, os manuais didáticos em destaque neste estudo tiveram autoras e coautoras mulheres, quais sejam, Lúcia Alvarenga, como autora, e Irene de Albuquerque, como coautora, respectivamente.

A análise preliminar das fontes permite afirmar que os manuais didáticos eram voltados ao consumo de crianças do ensino primário brasileiro, em contexto escolar, e contava com elementos paratextuais que fossem ao encontro de parte das premissas dos referidos manuais, quais sejam, os de educar e instruir por meio de conteúdos que fossem, em alguma medida, lúdicos, de caráter interdisciplinar e, ainda, de valorização da pátria.

De natureza histórico-documental, tendo como base conceitos advindos da História Cultural (Chartier, 2002; Burke, 2005), esta investigação conta com o acesso às fontes primárias. Por um lado, *Terra Querida* compõe o acervo do grupo de pesquisa; por outro, *Tudo é Fácil* é possível de ser acessado on-line, em razão do trabalho de digitalização do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT).

No que concerne ao arcabouço teórico, destaquem-se o conceito de paratextos editoriais (Genette, 2009), em especial pelas análises em torno dos elementos que superam os conteúdos veiculados em ambos os manuais didáticos, com ênfase na capa, na contracapa, na quarta capa, na folha de rosto e no sumário. Ademais, o conceito de cultura escolar, segundo Julia (1995) e



Faria Filho *et al* (2004), constitui-se como base para as análises empreendidas, assim como as contribuições de Munakata (2012; 2016) acerca de livros didáticos e suas inflexões.

Busca-se, nos limites deste resumo expandido, observar a composição dos manuais didáticos elencados, salientando a materialidade deles, os conteúdos previstos para os anos de escolaridade em tela e aspectos relativos à cultura escolar e a práticas editoriais do período em análise.

Sobre *Terra Querida*

Terra Querida é um manual didático elaborado pela professora Lúcia Alvarenga, cuja ênfase é o ensino de língua portuguesa¹⁴. A análise se debruça na 24ª edição, de 1954, nº 08697, da Companhia Editora Nacional, conforme informações localizadas na capa e no verso dela. O material didático visa alunos do 4º ano do primário e possui, em seu conteúdo, “lições” de português, mas abre espaço, também, para questões de conhecimento geral a partir dos próprios textos iniciais de cada capítulo. As informações sobre os conteúdos programáticos (Português - textos para leitura. Explicações. Ditados. Exercícios de gramática), por sua vez, se revelam no decorrer da quarta capa. Maiores noções sobre as temáticas abordadas em cada lição são possíveis de serem observadas apenas ao estudar cada capítulo.

Ao examinar o índice do manual é viável verificar que constam 51 lições divididas em 170 páginas, com títulos que, ao considerar a totalidade do seu conjunto, fazem direta referência a elementos tratados como característicos da “construção de uma identidade nacional”, conforme observável pelos títulos dos capítulos, como *Porque me orgulho de ser brasileiro*, *A terra brasileira* e, ainda, *Cantos e danças do Brasil*. Tanto a folha de rosto quanto a quarta capa revelam que o livro foi autorizado pelo, até então, Ministério da Educação e Saúde (sendo o seu registro o de número 1953) e explicitam que os conteúdos estão de acordo com o programa oficial, que, dado o ano da edição, considera-se que se refere à reforma curricular de 1951 (Lei nº 1.359/1951).

Através de registros localizados no próprio manual, é possível supor que há uma alta demanda editorial, na época, por conteúdos produzidos pela autora, Lúcia Alvarenga, visto que

¹⁴ Sobre a autora, consultar Souza (2025).



seu nome aparece com certo destaque nos peritextos¹⁵ que acompanham a obra, o que pode demonstrar certo grau de credibilidade, embora tenham sido encontradas poucas referências sobre a autora, em pesquisa preliminar. Um dos elementos paratextuais localizados na parte inicial do manual indicia o seu modo de consumo, haja visto o espaço dedicado para o aluno colocar as suas informações pessoais, como nome, escola, endereço e ano de escolaridade.

Apesar de o manual ser em brochura, sua capa e contracapa são coloridas e possuem alta gramatura. Em ambos os elementos paratextuais, nota-se a presença de um menino lendo um livro, embora apresentem divergências. Na capa, além do destaque ao menino leitor, observam-se imagens que fazem referência a paisagens e obras brasileiras como uma marca d'água. Já na contracapa, o pequeno leitor encontra-se deitado de barriga para baixo, em uma posição que pressupõe deleite. É possível supor, assim, a busca por um público-alvo específico, qual seja, leitores proficientes dentro e fora da escola. Para além disso, a contracapa funcionava como uma espécie de expositor da Companhia Editora Nacional, apresentando seis coleções literárias infantis distintas e os preços correspondentes a cada livro, o que transforma o manual escolar não apenas em um instrumento de instrução, mas também em um importante veículo de propaganda e circulação do catálogo editorial da época. Ainda na contracapa, enfim, se observa que o preço do volume, na época, era de 20 cruzeiros.

Sobre *Tudo é Fácil*

O livro *Tudo é Fácil*, escrito e idealizado pela professora Irene de Albuquerque (1915-1999) e o professor Júlio Cesar de Mello e Souza (1895-1974), é um manual didático que tinha como objetivo auxiliar alunos e professores do antigo 3º grau primário. A obra buscava ensinar matemática através de histórias e ilustrações que se aliassem ao ensino de Linguagem, Ciências Sociais e Ciências da Natureza, lançando mão de exemplos reais e de mais fácil compreensão.

Trata-se da 7ª edição de *Tudo é Fácil*, na qual não consta o ano de publicação. Essa edição foi publicada pela Gráfica Editora Aurora e, pela quantidade de edições realizada entre 1937, ano de seu lançamento, até aquele período, é possível pressupor que suas edições tiveram relativo prestígio nos âmbitos editorial e escolar. Esse fato ficou ainda mais evidente quando,

¹⁵ O termo peritexto, cunhado pelo autor Gérard Genette em sua obra *Paratextos Editoriais* (2009), refere-se ao conjunto de elementos que cercam a obra dentro do próprio volume (capa, sumário, notas etc.).



na quarta página do livro, encontram-se dedicatórias de educadores renomados como Carneiro Leão, Delgado de Carvalho e Lourenço Filho, apontando a importância do livro e seu possível valor didático para o ensino da matemática.

Na página inicial, antes de nos depararmos com o título da obra, em tamanho caixa alta, o leitor é apresentado brevemente aos autores do livro, contendo seus nomes em negrito, suas formações e onde eles atuavam profissionalmente. Logo em seguida, ainda na mesma página, embaixo do título da obra, há a informação de que o livro trata sobre lições de matemática e é indicado para o 3º ano primário. Lê-se, outrossim, que o manual foi aprovado pela Comissão do Livro Didático do Distrito Federal e a edição em tela contava com as ilustrações de F. Acquarone. O livro possui 180 páginas que se dividem em 46 lições de matemática. Cada lição possui um texto-base e uma ilustração sobre o tema. Em média, cada lição possui de 5 a 6 exercícios a serem feitos e discutidos junto ao professor e, antes de cada lição, há o eixo temático que a lição irá trabalhar, a exemplo da lição um, cujo eixo temático é número e unidade.

Em sua última página, antes da contracapa, que é preta igual à capa – o que inviabiliza a sua análise –, uma ilustração chama a atenção: observa-se um grupo de povos originários avistando algo vindo do mar, cujos olhares, feições e instrumentos de caça que estão segurando dão a entender que há uma presença ameaçadora vindo do mar. Nesta mesma página, há a relação de obras escolares da mesma editora e dos mesmos autores, indicando, ainda, o preço pelo qual o livro deveria ser vendido na época, qual seja, 12 cruzeiros.

Considerações Finais

A análise de parte dos elementos paratextuais da 24ª edição do manual didático *Terra Querida* e da 7ª edição de *Tudo é Fácil*, escritos por autoras mulheres, é capaz de revelar intenções explícitas e implícitas de autores e editores, em especial ao destacar que os materiais eram elogiados por sujeitos de renome do campo educacional, assim como aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde, além de, ainda, indicar elementos biográficos dos autores, por exemplo.

O manual *Terra Querida*, de Lúcia Alvarenga, por exemplo, constitui um objeto de relevo para o estudo da cultura material escolar e da história da educação no Brasil, operando



na interseção entre a política pedagógica oficial e os interesses do mercado editorial da época. Ao alinhar as diretrizes nacionalistas da reforma curricular de 1951 (Lei nº 1.359/1951) a um projeto gráfico visualmente atraente e comercialmente estratégico, a Companhia Editora Nacional não apenas serviu como instrumento de legitimação da autoridade da autora, mas também transformou o manual em um veículo de propaganda de seu próprio catálogo e em um instrumento ativo na construção da identidade nacional e da cidadania do estudante do primário.

A análise das duas obras didáticas ilumina a importância delas no campo educacional. Ao olharmos com mais atenção para a obra *Tudo é Fácil*, vemos que os autores tiveram o cuidado de ir além da elaboração de apenas mais um material didático a ser utilizado em sala de aula, mas em um material didático que pudesse dialogar com outras disciplinas de ensino, como Linguagem, Ciências Sociais e Ciências Naturais, conversando diretamente com os discentes e docentes, a fim de estimular um conhecimento plural e que não se limitasse apenas a equações matemáticas. Ademais, a presença de ilustrações que visam chamar a atenção dos discentes demonstra um cuidado além da transmissão de um conteúdo pedagógico, mas de aproximação do leitor, com vistas à circulação de um material matemático que pudesse fugir do convencional à época.

Espera-se, enfim, que tenha sido possível, a partir da observação de parte dos elementos paratextuais de dois manuais didáticos que circularam em meados do século XX, iluminar aspectos relativos à educação, à instrução e à configuração editorial em destaque no período. Objetivou-se, ainda, destacar duas mulheres de relevo dos campos editorial e educacional do período, como forma de fazê-las “tremular por algum tempo na ponta do presente” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 212).

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Íntimas Histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico”. In.: **História: a arte de inventar o passado. Ensaio de Teoria da História**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 211-217.
- ALVARENGA, Lúcia. **Terra Querida**. Companhia Editora Nacional, 24a ed., São Paulo, 1954.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.



FARIA FILHO, Luciano Mendes et alli. “A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr., 2004.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v.20, n.50, p.119-138, set/dez, 2016.

SILVA, Márcia Cabral da; SOARES, Josiane de Souza. “Uma análise comparativa entre três edições do livro *Bisa Bia, bisa Bel*, de Ana Maria Machado”. José Antonio de Souza; Milka Helena Carrilho Slavez; Silvane Aparecida Freitas (Orgs.). **Linguagem, educação e cultura: abordagens, pesquisas e ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. 185-201.

SOUZA, Julio Cesar de Mello e; ALBUQUERQUE, Irene de. **Tudo é fácil: matemática infantil**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 7a ed., 1959?.

SOUZA, Mariana Elena Pinheiro dos Santos de. “**A juventude brasileira**” em foco: sujeitos e representações na revista *Vida Juvenil* (1949-1959). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2025.



Eixo 4: Impresses e Educação Anticomunistas no Século XX

**BOLETÍN DE EDUCACIÓN PARAGUAYA (1956-1971): RELAÇÃO ENTRE
MATERIALIDADE , SEÇÕES EDITORIAIS DO IMPRESSO E A DITADURA DE
STROESSNER**

Cinthya Lorena Larrea Viera

Eixo Temático: Impresses e educação anticomunista no século XX



Introdução

O presente trabalho analisa o periódico *Boletín de Educación Paraguaya* (BEP), publicado entre 1956 e 1971, como um dispositivo político-cultural do regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989). Apoiado nos pressupostos da Nova História Cultural e nos conceitos de estratégia de Michel de Certeau (1998) e Leitor Modelo de Umberto Eco (1986), centrando-se na compreensão das formas materiais por meio das quais os discursos pedagógicos e políticos ganharam corpo e circularam. Conforme afirma Roger Chartier “contra a abstração dos textos, a história literária deve lembrar que a produção, não somente dos livros, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escrita, as diversas etapas da impressão, as escolhas dos editores, o trabalho dos tipógrafos” (1998, p. 16). A partir dessa premissa teórica, assume-se que os suportes impressos não operam como veículos neutros; suas escolhas estéticas, diagramações, recursos visuais e redes de financiamento revelam as intencionalidades políticas e ideológicas de seus produtores.

O problema central desta pesquisa reside em mapear e analisar como as aproximações e distanciamentos na materialidade do BEP, perceptíveis na transição entre suas duas fases de publicação, Fase I: 1956-1960 e Fase II: 1963-1971, refletem as tensões entre o seu uso como estratégia de propaganda governamental, a prescrição de um modelo ideal de formação docente e a influência de organismos internacionais. O recorte temporal está delimitado pelo período de existência integral do periódico.

Entendemos que a trajetória do BEP é indissociável das condições político-ideológicas internacionais da Guerra Fria. O ordenamento autoritário de Alfredo Stroessner legitimava-se internamente sob o slogan “democracia sem comunismo”, amparando-se na Lei n. 294/1955 de Defesa da Democracia. De acordo com Soler (2018), na esfera das relações internacionais, o alinhamento antissubversivo e anticomunista do ditador garantiu o envio massivo de assistência técnica, econômica e militar por parte do governo dos Estados Unidos, integrando o país em programas estratégicos de segurança hemisférica.

Nesse cenário, o anticomunismo consolidou-se como tradição política para justificar o fechamento do regime. Segundo Soler (2018, p. 56), o fenômeno transcende o oportunismo,



pois a dedicação de certos agentes o transformou em “una tradición, un conjunto de representaciones y movimientos políticos [...] naturalmente apropiado de diversas maneras según el contexto”.

A educação escolar não ficou imune a essa geopolítica do controle. O regime stronista enxergava o aparato educativo como um canal de doutrinação moral e ideológica e, simultaneamente, como um foco potencial de instabilidade social que demandava mecanismos vigilantes de coação, prebendas e subornos (Rivarola, 2000). Desse modo, as intervenções modernizadoras e as sucessivas reformas no sistema educativo paraguaio, conduzidas sob o financiamento de agências norte-americanas como a Aliança para o Progresso e assessoria internacional de instâncias vinculadas à ONU, dependiam diretamente dessa aliança e do alinhamento político e ideológico do governo paraguaio com os Estados Unidos. Esse suporte financeiro funcionava em sintonia com a necessidade de frear o avanço do comunismo nos países sul-americanos, ao mesmo tempo em que fortalecia o poder do grupo que governava.

O projeto editorial do BEP dependeu das redes internacionais de apoio ao regime stronista e dividiu-se em dois momentos. A Fase I (1956-1960), protagonizada pelo equatoriano Emilio Uzcátegui (UNESCO), tinha caráter preparatório para a reforma educacional, com os ministérios paraguaios atuando apenas como financiadores. Já a Fase II (1963-1971), patrocinada pelo *Servicio de Ayuda Técnica*, marcou a transição da linha editorial para a elite paraguaia, passando a ser dirigida por nomes locais como Tomasa G. de Santander e Trífilo A. Salinas, com impressão a cargo do Ministério da Educação.

A supervisão do BEP nesta segunda fase foi exercida por figuras de confiança do regime: Francisco Barreiro Maffiodo, Luis Guillermo Benítez e Fabio Rivas. Maffiodo e Benítez ocuparam o cargo de Subsecretário de Estado da Educação. A assessoria internacional foi liderada pelo espanhol José María Plana Sala (UNESCO), cuja atuação se inseriu no Programa de Desenvolvimento da ONU. Esse aparato técnico-administrativo foi impulsionado pelos fundos econômicos e diretrizes técnicas da Aliança para o Progresso.

Formas do impresso: contraste entre as duas fases

A análise comparativa da materialidade do BEP revela mudanças significativas que apontam para um maior investimento técnico, financeiro e estético na segunda fase. Na Fase I, o periódico manteve o formato estável de 26,5x18cm e uma média de 44 páginas por edição.



Suas capas eram monocromáticas (preto e branco) e continham o sumário integrado.

Na Fase II, o formato foi compactado para 24 x 16,5cm, mas a densidade do conteúdo aumentou para uma média de 59 páginas. A transição estética foi marcada pela adoção de capas duras, pela evolução para o uso de três cores e por composições gráficas abstratas ou fotográficas que variavam a tipografia do título.

A periodicidade foi instável em ambos os períodos, colapsando em hiatos de inatividade no final da década de 1960. O contraste mais drástico reside no uso da imagem. A Fase I apresentou um uso discreto e monocromático de imagens (20 fotografias e 5 figuras), concentrando retratos das autoridades ministeriais como forma de agradecimento pelo suporte financeiro. A Fase II converteu a imagem em elemento central de comunicação, totalizando 137 reproduções fotográficas. Dessas, 26 retratavam edifícios ou novas instalações escolares. O restante do acervo iconográfico dividia-se em registros de reuniões solenes, entrega de condecorações e retratos do alto comando do regime.

A disposição dessas imagens funcionava como uma autêntica estratégia, nos termos propostos por Michel de Certeau (1998). Valendo-se do lugar de poder e de autoridade dos editores e do Governo, a diagramação visual calculava a produção de um sentido político específico: ao posicionar o ditador Stroessner no centro de inaugurações e seminários técnicos, construía-se uma retórica propagandística que visava impor e disseminar a narrativa de que a modernização educativa e o progresso cultural eram méritos diretos e concessões do líder autoritário. Longe de serem neutras, essas representações visuais ganhavam sustentação material concreta por meio da divulgação da construção dos Centros Regionais de Educação (CRE), monumentais complexos escolares financiados pelos Estados Unidos através da Aliança para o Progresso. Essas obras eram amplamente instrumentalizadas como vitrines dessa estratégia propagandística do regime stronista, servindo como prova da eficácia do governo e fortalecendo a aliança política, econômica e ideológica entre o Paraguai e os Estados Unidos.

As seções do BEP

As seções do BEP funcionaram como canais intencionais para intervir na educação e legitimar as ações governamentais. Na Fase I, de caráter assistemático, a seção *La reforma de la educación paraguaya juzgada en el exterior* buscava evidenciar o prestígio da reforma e



autopromover Emilio Uzcátegui e a UNESCO no Paraguai. Já *Libros útiles e Notas bibliográficas* recomendavam resenhas alinhadas à Escola Nova e manuais autorizados pelo regime. Na Fase II, a estrutura tornou-se mais profícua. Diferente da fase anterior, a publicação passou a contar sistematicamente com um texto editorial. Esse ineditismo nos levou à teoria de Umberto Eco para analisar o perfil do público visado pelo periódico. Com base em Eco (1986), evidenciamos que os editoriais não se dirigiam a um leitor genérico; pelo contrário, postulavam e construíam ativamente um Leitor Modelo dotado de competências linguísticas, enciclopédicas e ideológicas muito específicas.

Como alguns exemplos, a própria seleção do vocabulário operava como um filtro distintivo para delimitar esse público. O uso de um patrimônio léxico erudito, como as expressões em latim (*non multa sed multum*, para definir a qualidade do ensino) e os termos em francês (*parti pris*, para qualificar o nível de consciência exigido do docente), servia como marca de seleção desse Leitor Modelo.

Adicionalmente, o texto mobilizava termos em guarani (*ñande rape*) e menções explícitas à filosofia orteguiana para moldar a figura desse professor, concebido agora como um intelectual humanista. Ao mesmo tempo, por meio de uma narrativa de urgência, o editorial instava esse Leitor Modelo a abandonar o “imobilismo” tradicional, convocando-o a cooperar ativamente como o braço executor das reformas estatais, da modernização técnica e da erradicação do analfabetismo, então classificado como um “problema moral”.

A seção *Educación y desarrollo agrícola*, assinada por Catalina Correa Martínez, adaptava estudos da FAO e da UNESCO. Defendia o planejamento educativo condicionado às metas econômicas de elevação do PIB rurais. Os textos introduziam uma proposta de educação tecnocrática e prática para fixar o jovem no campo. Destaca-se o discurso de igualdade de acesso de gênero ao ensino técnico, embora a mulher ainda aparecesse atrelada às funções domésticas e familiares.

Última Hora: Seção dedicada a veicular decretos e normativas oficiais. Divulgou a aprovação do regulamento experimental que dividiu o ensino primário. Esta seção deu ampla publicidade à grande novidade do período: as escolas unitárias rurais. O texto revelava o caráter prescritivo do regime ao exigir que o docente fixasse residência obrigatória na comunidade e atuasse de forma polivalente, desenhando a representação do professor como um “missionário”



que sacrificava sua vida privada em prol da integração nacional.

A seção Perfil/ Datos biográficos: Dispositivo laudatório voltado a legitimar indivíduos fiéis ao governo. Destaca-se o perfil de Leopoldo Ramos Jiménez escrito por Barreiro Maffiodo; a seção operou com uma filtragem estratégica, silenciando o passado anarquista e revolucionário de juventude do poeta para exaltar apenas sua “vena patriótica” e sua lealdade final a Stroessner. Igualmente, a biografia do Ministro Raúl Peña foi utilizada para humanizar a autoridade máxima da pasta e evidenciar a “unidade granítica” e a sinergia entre as Forças Armadas, o Governo e o Partido Colorado.

Finalmente, as seções *Revistas de Revistas / Nuestras Publicaciones*: Atuavam como curadorias de informação, organizavam e catalogavam folhetos, cartilhas de alfabetização e boletins estrangeiros (recebidos via sistema de permutas), legitimando o que devia ser internalizado pelos professores como verdades pedagógicas validadas internacionalmente pela UNESCO e OEA.

Considerações Finais

O estudo procurou demonstrar como o *Boletín de Educación Paraguaya* serviu como um dispositivo político-cultural voltado a legitimar e promover o regime ditatorial de Alfredo Stroessner. Constatou-se que a transição para a segunda fase do periódico não representou apenas uma evolução estética, mas um calculado investimento político que converteu o uso de recursos visuais em uma peça central de propaganda governamental. A disposição das imagens nas páginas da revista gerava narrativa centralizava a figura do ditador em eventos solenes e inaugurações de construções escolares, financiados pela Aliança para o Progresso, disseminando a narrativa de que a modernização escolar e o desenvolvimento do país eram concessões diretas e méritos do líder autoritário em conformidade com as exigências dos organismos internacionais.

A análise das seções do BEP evidenciou que o periódico não se limitou a divulgar conteúdos pedagógicos, ele funcionou como uma ferramenta estratégica para moldar o pensamento dos professores e garantir o apoio ao governo. Se na Fase I o espaço das seções serviu como vitrine de divulgação das ações da UNESCO e legitimação inicial das reformas, na Fase II a publicação tornou-se muito mais planejada. Ao usar os editoriais para construir um Leitor Modelo, o Boletim conseguiu unir ideias que pareciam opostas: o discurso moderno e



técnico dos organismos internacionais convivia perfeitamente com a exigência de um professor “missionário”. Assim, as seções do BEP revelam como o regime utilizou o periódico para construir uma imagem de união e transformar os professores nos executores de um projeto de modernização, desenvolvimento e progresso da nação.

Referências

BOLETÍN de educación paraguaya. Asunción: Ministerio de Educación y Culto. Coleção digitalizada. Consultadas as edições de 1956-1959 e 1963-1971.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ECO, Umberto. *Lector in fabula*: la cooperación interpretativa en el texto narrativo. Barcelona: Lumen, 1993.

RIVAROLA, Domingo M. *La reforma educativa en el Paraguay*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

SOLER, Lorena. Redes y organizaciones anticomunistas en Paraguay. La XII Conferencia Anual de la Liga Anticomunista Mundial, realizada en Asunción en 1979. *Páginas*, v. 10, n. 24, p. 55-73, 2018. <https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>

EDUCAÇÃO, IMPRENSA E ANTICOMUNISMO NO PROJETO DE ACCIÓN CULTURAL POPULAR E EM SEU JORNAL *EL CAMPESINO* (1958–1974)

Sara Evelin Urrea Quintero

Eixo temático: Imprensa e educação anticomunista no século XX



Resumo expandido

Com o objetivo de oferecer educação à população adulta das zonas rurais da Colômbia, o padre José Joaquín Salcedo fundou, em 1947, em Sutatenza, a emissora Radio Sutatenza. Em 1949, a iniciativa passou a constituir a Acción Cultural Popular (ACPO), instituição que desenvolveu um projeto de Educação Fundamental Integral inspirado na proposta de Educação Fundamental difundida pela UNESCO e articulado aos princípios doutrinários da Igreja Católica. Sua proposta educativa apoiava-se no uso combinado de diferentes meios de comunicação (rádio, correspondências, livros, materiais impressos e periódicos) concebidos não de forma isolada, mas como componentes articulados de uma estratégia mais ampla de formação social, cultural e moral do campesinato colombiano. Nesse contexto, o uso dos meios de comunicação assumiu centralidade, não apenas como recurso metodológico para a alfabetização e a difusão de conteúdos educativos, mas também como instrumento de orientação política e construção de determinadas concepções sobre a realidade social.

Entre os diferentes meios utilizados pela instituição, o jornal *El Campesino*, lançado em 1958, consolidou-se como um dos principais instrumentos de circulação de informações e educação destinados ao meio rural colombiano. Além de atuar como suporte às atividades educativas desenvolvidas pela ACPO, o periódico assumiu funções relacionadas à alfabetização, à orientação moral e religiosa e à mediação entre a população camponesa e outros setores da sociedade colombiana.

O presente trabalho busca analisar os discursos anticomunistas construídos e difundidos pelo periódico *El Campesino* entre os anos de 1958 e 1974 e compreender sua função no interior do projeto educativo desenvolvido pela ACPO. Embora estudos dedicados à instituição reconheçam a presença do anticomunismo em sua proposta formativa, esse elemento aparece frequentemente de forma secundária, não sendo tomado como objeto central de investigação. Nesse sentido, o problema que orienta a pesquisa consiste em compreender de que maneira os discursos anticomunistas foram produzidos e mobilizados pedagogicamente e quais representações sobre o campesinato, os conflitos rurais e as formas de organização popular foram construídas a partir deles.



O recorte temporal compreende o período entre o início da circulação do periódico, em 1958, e o ano de 1974, considerado momento de inflexão na trajetória institucional da ACPO. Trata-se também de um contexto marcado por profundas transformações políticas e sociais na Colômbia. No plano nacional, o país vivia os desdobramentos de *La Violencia*, a implementação do pacto político do Frente Nacional e a permanência de conflitos agrários que atravessavam o campo colombiano. Em âmbito internacional, a Guerra Fria produzia disputas ideológicas que fortaleciam discursos anticomunistas vinculados à defesa da democracia liberal, do desenvolvimento econômico e dos valores cristãos.

A investigação utiliza como fonte principal o periódico *El Campesino*, compreendido não apenas como veículo informativo, mas como instrumento educativo e espaço de produção de sentidos sociais. Além do jornal, são mobilizados documentos institucionais produzidos pela própria ACPO, relatórios de atividades e estudos críticos sobre a instituição. A análise fundamenta-se em uma perspectiva inspirada em Antonio Gramsci e Raymond Williams. A partir de Gramsci, o periódico é compreendido como instrumento de produção de hegemonia, por meio do qual a visão católica conservadora-modernizante presente na ACPO buscava constituir-se como “sentido comum”, apresentando o comunismo como ameaça moral, política e cultural e aproximando ao comunismo diferentes perspectivas divergentes de sua posição política. Em diálogo com Raymond Williams, busca-se compreender como essa disputa discursiva evidencia a atuação da hegemonia católica e os processos de construção e circulação de significados produzidos em torno do campesinato, da educação e da organização social.

As análises realizadas indicam que o anticomunismo operou como elemento estruturante da proposta educativa desenvolvida pela instituição. Em reportagens, editoriais e artigos de opinião, o comunismo foi frequentemente representado como ameaça religiosa, política e moral, associado à violência, ao ateísmo, à desordem social e à destruição dos valores cristãos. Entretanto, a análise das fontes permite observar que a construção dessa ameaça ultrapassava a oposição direta ao comunismo enquanto doutrina política. Organizações camponesas, sindicatos e reivindicações relacionadas à questão agrária aparecem frequentemente associados à ideia de infiltração comunista, produzindo processos de deslegitimação de determinadas formas de organização popular. Paralelamente, estabelecia-se uma relação entre analfabetismo,



ignorância e vulnerabilidade política, fazendo com que a educação cristã fosse apresentada como principal mecanismo de enfrentamento dessas influências. Nesse sentido, a análise do periódico permite observar que a luta contra o comunismo foi frequentemente apresentada como uma luta contra a ignorância, produzindo interpretações específicas sobre os conflitos rurais e sobre os limites considerados legítimos para a atuação política dos sujeitos do campo.

Os resultados sugerem que *El Campesino* desempenhou uma função que ultrapassava o papel de simples veículo informativo ou recurso pedagógico complementar. Inserido no projeto educativo da ACPO, o periódico atuou como instrumento de formação política e cultural, participando da construção de determinadas representações sobre o campesinato, seus problemas e suas formas legítimas de organização social.

Palavras-chave: *El Campesino*; anticomunismo; educação rural; campesinato; ACPO.



Eixo 5: Impresses e Humor

O humor na imprensa estudantil: moralização e controle na revista *O Ginásio* na cidade de Campo Grande (Mato Grosso, Brasil) nas décadas de 1930 e 1940

Infância e Educação no e pelos impressos
Jaíne Massirer da Silva

Introdução



O presente trabalho analisa a presença do humor na revista estudantil *O Ginásio*: Orgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco¹⁶, de Campo Grande, sul do antigo Mato Grosso¹⁷, entre as décadas de 1930 e 1940. O periódico contava com a organização e colaboração dos estudantes da instituição e também era vigiado pela direção, principalmente pelos padres salesianos. Sua circulação se dava no ambiente institucional, sendo sua assinatura obrigatória à todos os estudantes do curso secundário e de admissão, e também fora do espaço escolar, visto que havia publicação de propagandas de alguns comércios da cidade de Campo Grande.

O Ginásio Municipal Dom Bosco, instituição privada e católica administrada pela Missão Salesiana de Mato Grosso, oferecia os cursos primário, admissão, ginásial e comercial, sendo o ensino ginásial ofertado nas modalidades de internato e externato, somente para o público masculino. Segundo Jéssica Urbietta (2022, p. 77), o processo educacional salesiano visava apresentar a formação de “‘bons cristãos’ e ‘homens cidadãos’”. O periódico *O Ginásio* se definia como parte “da imprensa estudantina [...] veículo de preparação dos moços”, visando os “moços de boa vontade para com a Religião e a Pátria” e mantendo “os olhos fitos na Pátria de amanhã — no Brasil Cristão” (Silva, 2026, p. 135), dessa maneira, o impresso fornece indícios da vida escolar e da cultura juvenil. A revista operou como espaço de práticas educativas, nos quais os alunos podiam explorar processos de socialização mediados pela escrita, ainda que sob certo controle institucional.

A análise permitiu identificar seções humorísticas, especialmente *O Caruncho – Diário da Crilada*, recorrente entre as edições de 1938 e 1940 (números 12 a 14, 16 a 18, 24, 25, 27 e 29). Esta seção era possivelmente escrita pelos estudantes, considerando seu formato e conteúdo, além de alguns estarem assinados por pseudônimos. Buscou-se compreender de que maneira o humor expresso nesse periódico serviu à moralização, correção de desvios e reforço das normas institucionais. Diferentemente de outros periódicos estudantis (Amaral, 2003; Werle, 2013), *O Ginásio* direcionou seu humor aos próprios estudantes, jamais a professores, padres ou à direção.

¹⁶ A revista foi localizada no Acervo de Obras Raras da Biblioteca Padre Félix da Universidade Católica Dom Bosco na cidade de Campo Grande, capital do atual estado de Mato Grosso do Sul, totalizando 35 edições publicadas entre 1937 e 1945.

¹⁷ A divisão territorial de Mato Grosso ocorreu em 1977, com a Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro, dando origem ao estado de Mato Grosso do Sul. A cidade de Campo Grande foi eleita a capital do novo estado.



Como expõe Chartier (2002), as representações construídas expressam visões de mundo orientadas por interesses e normas. No caso de *O Ginásio*, essa noção se aplica ao humor empregado na seção *O Caruncho*, as representações humorísticas dos comportamentos indesejados dos alunos eram orientadas para moralização das regras institucionais. O humor funcionava, assim, como correção de condutas e contribuir com a formação dos estudantes e divulgação dos ideais educacionais e religiosos que a revista se propunha a difundir.

Como referencial para as análises, mobilizam-se os estudos de Guerino Casasanta (1939), cujo manual sobre jornais escolares prescrevia as características do humor permitido nos “jornaizinhos”; Flávia Obino Corrêa Werle (2013), que investigou o humor nos impressos estudantis de escolas rurais; e Marco Aurélio Ferreira da Silva (2018), que analisou o humor como instrumento de correção dos costumes.

O humor na imprensa estudantil: prescrições e funções corretivas

No caso de *O Ginásio*, o humor revelou-se normativo e consentido, não ultrapassando os limites impostos pela direção salesiana. Essa característica dialoga com as prescrições de Casasanta (1939, p. 105), o humor deve “constituir uma seção dos jornaizinhos”, sendo “não ponto de discórdia, mas motivo, apenas, de diversão”, com anedotas, caricaturas e trocadilhos, “contanto que não ofendam” (Casasanta, 1939, p. 105). A expressão “contanto que não ofendam” revela que o humor permitido não deveria ferir suscetibilidades nem questionar autoridades. A crítica, quando existisse, deveria ser direcionada aos pares, em tom leve, tendo como finalidade a diversão, não a confrontação. A seção *O Caruncho* de *O Ginásio* alinhou-se a essa orientação, os alvos eram os colegas estudantes, e as críticas, ainda que irônicas, não ultrapassavam o tom da brincadeira entre iguais.

Silva (2018, p. 3), demonstra que a linguagem humorística foi utilizada como “arma para controlar e/ou impor costumes civilizados”. O riso tem função corretiva, “ocorre no caso para corrigir o desvio”, sendo uma “espécie de trote social” que visa “flexibilizar o desvio social” (Silva, 2018, p. 10). Na revista *O Ginásio*, o humor direcionado aos colegas, o repetente, o atleta azarado, o pão duro, não visava à exclusão, mas à correção, ajustando condutas aos padrões educacionais salesianos.



As seções humorísticas de *O Ginásio*

A revista mantinha seções como, “Humor”, “O Caruncho” e “Seção Recreativa”, com piadas curtas, sátiras de sala de aula e perfis irônicos de colegas. O tom era cuidadosamente dosado para não ferir a hierarquia institucional, padres e professores não eram alvos dessas seções. As escritas humorísticas seguiam um padrão, exposição de um comportamento questionável, seguida da demarcação de um limite.

Em “Pode e não pode”, evidenciou-se em tom humorístico os comportamentos considerados exemplares em alguns estudante, sendo utilizado como forma de controle, como por exemplo: “O João Froença, fazer bem suas tarefas de Português, pode, e tem razão” ou “O nosso novato amigo Cesar saber as lições pode porque é inteligente” (*O Ginásio*, n. 28, maio/1941).

No entanto, identificou-se um indício de comportamento dissidente que pode ter escapado ao controle. “O Baiano ir ao bar Bom-Gosto tomar completo gelado pode” (*O Ginásio*, n. 28, maio/1941), esse trecho revelou uma característica de um aluno que extrapolava o comportamento esperado de um estudante salesiano católico, o limite, porém, foi estabelecido na sequência, com o que não se podia: “ficar empenhado lá, ainda mais sendo tesoureiro geral do Grêmio, isto não pode...” (*O Ginásio*, n. 28, maio/1941).

Ao utilizar o tom sarcástico, o periódico sinalizou que um estudante salesiano até podia frequentar o bar, mas não era aceitável permanecer muito tempo nesse espaço, sobretudo sendo um representante do Grêmio. Tratava-se, portanto, de um aluno com visibilidade na cena juvenil campo-grandense que, além de pertencer ao Colégio Municipal Dom Bosco, também representava os valores da classe estudantil. A crítica, nesse sentido, recaiu sobre o que se esperava de um aluno pertencente à associação estudantil: uma conduta correta e exemplar.

A seção *O Caruncho* expunha colegas à zombaria por desempenho escolar insatisfatório. Na edição n. 12 (maio-jun./1938), “Segue o curso ginasial / É um estudante de arromba / Pois já é a terceira vez, / Que no 1.º ano leva bomba [...] / É um atleta vigoroso / Pratica todos os esportes / Mas quando entra em campo / É só pra dar má sorte” (*O Ginásio*, n. 12, maio-jun./1938). O humor operou como um mecanismo de controle pelos pares, reforçando



ideais de sucesso e competência. Conforme Silva (2018, p. 10), esse riso tem por intuito a correção social ao expor o indivíduo.

Na edição n. 17 (jul.-ago./1939), identificou-se a exposição irônica de características pessoais, “Em Leilão” listava “O sal que o J. Junior esqueceu de misturar à suas piadas” e “O sorriso que o Elpídio não dá”, além de criticar a falta de compromisso, “As mensalidades do Grêmio que o Baroni não paga” e “As coleções coloridas que o Joel prometeu a biblioteca” (*O Ginásio*, n. 17, jul.-ago./1939). A crítica branda indicava comportamentos esperados, o aluno que não sorri, que não paga mensalidades, que promete e não cumpre eram expostos para que tais condutas fossem evitadas.

Em versões mais atuais ou digitais dos dicionários da língua portuguesa, Caruncho, é um substantivo masculino, uma designação genérica dos insetos e/ou suas larvas que perfuram madeiras, livros e cereais”. O nome “Caruncho” é particularmente sugestivo, refere-se a um inseto que corrói madeiras; em sentido figurado, descreve algo que “mina” ou destrói lentamente por dentro. Metaforicamente, o humor de *O Caruncho* buscava corroer os maus hábitos e comportamentos inadequados dos estudantes, usando de ironia para indicar o que poderia ser eliminado do ambiente escolar.

Com os professores, contudo, isso não ocorreu, nos diálogos professor-aluno, a autoridade docente não era questionada. Na edição n. 6 (jul.-ago./1937), “Prof.: Qual é a parte mais importante do corpo? Aluno: os pés. [...] Prof.: Quero o porquê. Aluno: Porque ama ao professor. Prof.: — Distinção” (*O Ginásio*, n. 6, jul.-ago./1937). O aluno escapava da reprovação lisonjeando o professor, mas a hierarquia era mantida. Na edição n. 7 (set./1937), “Prof.: O que aconteceu em 1500? / Aluno: Pedro Alvares Cabral descobriu o Brasil. / Prof.: E em 1503? / Aluno: O Brasil fazia três anos de descoberto. / Prof.: Você vem atrasado e ainda se apresenta com essa cara... / Aluno: É que estive procurando outra cara e não achei, por isso atrasei-me Sr. Professor” (*O Ginásio*, n. 7, set./1937), a resposta gerava humor sem ridicularizar o mestre.

Em diálogo com Silva (2018, p. 5), os estudantes escritores d’*O Ginásio* podem ser caracterizados como “guardiões da moral e da ordem”, expondo e satirizando comportamentos indesejados à cultura juvenil salesiana.



Considerações finais

O humor na imprensa estudantil do Ginásio Municipal Dom Bosco, especificamente na revista *O Ginásio* e em sua seção *O Caruncho*, não teve qualquer propósito subversivo ou de questionamento da hierarquia institucional. Ao contrário, funcionou como um mecanismo de moralização e controle social, direcionado exclusivamente aos pares, com o objetivo de corrigir desvios de comportamento e reafirmar as normas esperadas pela formação salesiana. Pode-se afirmar que o humor em *O Ginásio* se enquadra no “humor de costume” descrito por Silva (2018, p. 5): uma prática cômica que “buscava por meio do riso corrigir, regular e modelar hábitos”, ou seja, um “riso com a função de correção e de flexibilização do desvio social” (Silva, 2018, p. 20), não de transgressão. O humor analisado dialoga também com a prescrição de Casasanta (1939, p. 105) de que o humor deveria ser motivo apenas de diversão e não ofender a hierarquia ou os pares.

A análise da revista *O Ginásio* indica que a produção de impressos estudantis pode ser também um espaço de reforço da disciplina e de internalização das normas, revelando que os próprios alunos se incumbiam de vigiar e corrigir seus colegas. Como observa Amaral (2003, p. 124), “os impressos estudantis são produzidos, postos a circular e apropriados pelos sujeitos envolvidos no processo”; em instituições confessionais salesianas, com forte controle disciplinar, o humor foi utilizado como ferramenta de manutenção da ordem, não como espaço de escape ou contestação.

Referências

AMARAL, Giana Lange do. *Gatos pelados x galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas décadas de 1930 a 1960*. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2003.

CASASANTA, Guerino. *Jornais escolares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 3.^a, Atualidades Pedagógicas, vol. 32).

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.



SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. “Corrige os Costumes Rindo”: humor, riso e decore na cidade de Fortaleza (1850-1900). *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/452>. Acesso em: 10 maio. 2026.

O GINÁSIO: Orgão dos estudantes do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 4, abr., 1937.

O GINÁSIO: Orgão dos estudantes do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 7, set., 1937.

O GINÁSIO: Orgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 12, maio-jun., 1938.

O GINÁSIO: Orgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 17, jul.-ago., 1939.

O GINÁSIO: Orgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 28, maio, 1941.

SILVA, Jaíne Massirer da. Representações de estudantes na imprensa estudantil secundarista e em Campo Grande/MT: o Vida Escolar e O Ginásio, nas décadas de 1930 e 1940. 2026. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2026.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Humor e irreverência nos impressos estudantis de escolas normais rurais (RS, 1945-1983). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 291-317, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/vRv8JLmCh7TgQv3vmcL3s3b/?lang=pt>

CHIQUINHO E BUSTER BROWN: HUMOR, VIOLÊNCIA E CIVILIDADE, UMA ANÁLISE TRANSNACIONAL (REVISTA ‘O TICO-TICO’, 1905-1906)

Paulo Eduardo Santos de FARIA

Raquel Discini de CAMPOS

Infância e Educação no e pelos impressos

Em estrita confluência com as discussões que tematizam a infância e a educação no e



pelos impressos, a presente investigação elege como objeto central o cotejamento dialógico entre a revista ilustrada brasileira *O Tico-Tico*, em seu recorte temporal inicial correspondente aos anos de 1905 e 1906, e o periódico estadunidense *The New York Herald*. O foco analítico incide sobre o processo de apropriação e reconfiguração da personagem norte-americana *Buster Brown*, criada por Richard Felton Outcault, para a sua subsequente derivação no contexto da imprensa nacional sob a figura de Chiquinho.

Distanciando-se de abordagens historiográficas tradicionais que tendem a classificar a produção infanto-juvenil periférica como mera recepção passiva, este estudo adota a perspectiva da História Transnacional como uma janela interpretativa e metodológica privilegiada. Sob esse prisma, as transferências culturais são compreendidas a partir de dinâmicas de apropriação e transformação não subalternizadas, que rejeitam a lógica binária de centro e periferia cultural (Boto, 2025). Tal abordagem transnacional viabiliza a superação das metanarrativas rígidas de modernização, ao rastrear as traduções, hibridizações e fluxos de forças externas que cruzam, tensionam e ressignificam as fronteiras geopolíticas pressupostas pelo Estado-Nação (Lowande 2018).

Os artefatos impressos direcionados ao público infantil — e, colateralmente, aos adultos que mediavam sua leitura — são tratados nesta pesquisa como "impressos que educam" (Galvão; Moreira, 2021). Essa abordagem ancora-se nos pressupostos da História Cultural, campo que concebe a educação em uma dimensão ampliada, processada por meio de artefatos da cultura material que circulam no tecido social, constituindo as mentalidades de uma época ao mesmo tempo em que são por elas constituídos. Desse modo, o exame das trajetórias transatlânticas dessas narrativas gráficas permite desvelar como a apropriação desses dispositivos mediou as profundas contradições e tensões inerentes aos projetos cívico-pedagógicos republicanos em diferentes coordenadas geográficas e políticas.

A formulação do problema de pesquisa parte da constatação de uma lacuna analítica persistente na fortuna crítica dedicada à história das histórias em quadrinhos e dos impressos educacionais no Brasil. Embora a literatura especializada nacional — representada por estudos seminais — reconheça de forma unânime a filiação direta de Chiquinho em relação à matriz de *Buster Brown* (Cagnin, 2005; Chinen, 2005; Moretti, 2005; Vergueiro, 1999), observa-se uma escassez de investigações que se dediquem ao exame empírico, morfológico e iconográfico



sistemático do processo de decalque.

Estudos anteriores avançam ao situar as páginas de O Tico-Tico e a atuação de caricaturistas no âmbito da pedagogia da subjetividade moderna e da formação da infância no Brasil republicano (Gonçalves, 2000; Reis, 2010). Contudo, a historiografia tendeu a negligenciar o cotejamento analítico minucioso, realizado lado a lado, entre as pranchas originais veiculadas no jornal nova-iorquino e as reconfigurações textuais e visuais processadas na revista carioca.

O trabalho demonstra as dinâmicas de tradução e transformação cultural que operaram no trânsito entre o modelo decalcado e o decalque nacional. Propõe-se aqui o recurso à categoria oswaldiana de antropofagia, rearticulada na chave de uma "antropofagia texto-visual" (Vargas, 2019), para descrever esse fenômeno: uma operação crítica de deglutição da alteridade que transforma o elemento importado em uma substância radicalmente distinta, ajustada às demandas e fraturas do projeto de modernidade para formação social brasileira (Campos, 2004).

O problema central da pesquisa localiza-se, portanto, no tensionamento entre dois projetos civilizatórios republicanos que operavam em temporalidades históricas marcadamente disjuntas. De um lado, a narrativa de Outcault, por meio de *Buster Brown*, no jornal *The New York Herald* dialogava com uma ordem republicana estadunidense já consolidada e secularizada, circulando na metrópole industrial e cosmopolita de Nova Iorque (Saguisag, 2019).

De outro lado, Chiquinho emergia no Rio de Janeiro sob a égide da recém-instaurada Primeira República brasileira (1889), um regime em vias de consolidação marcado por ilusões de progresso e astúcias da ordem, que buscava normatizar as condutas urbanas (Sevcenko, 1998a). Por meio de reformas estruturais e pedagógicas autoritárias, pretendia-se acertar os ponteiros do relógio nacional com a modernidade ocidental. Os periódicos sob análise funcionaram como complexos dispositivos disciplinares que recorriam ao humor gráfico cômico para produzir e realocar sentidos sobre a violência corporal, delineando o que se define teoricamente como uma "pedagogia da sova" (Faria, 2026).

Para a operacionalização do cotejo discursivo, a pesquisa selecionou um corpus documental homólogo e cronologicamente correlato. Utiliza-se como matriz a prancha *Buster Brown starts for his Grandma's but only gets as far as the train*, publicada no suplemento



dominical do jornal *The New York Herald* em 3 de maio de 1903. Em contrapartida, analisa-se o decalque brasileiro correspondente, intitulado *As Desventuras do Chiquinho — Uma Viagem*, veiculado de forma fragmentada na edição nº 0035 do Ano 1906 de *O Tico-Tico*, ocupando as páginas 10 (Parte I) e 16 (Parte II).

A primeira divergência fundamental entre as fontes reside na própria materialidade e ecologia de seus suportes de difusão, conforme as balizas metodológicas da história do livro e da cultura impressa (Darnton, 1990; Luca, 1999). Enquanto *Buster Brown* se estruturava como um suplemento dominical colorido inserido em um diário de grande circulação voltado ao consumo familiar amplo, *Chiquinho* era impresso no formato de uma revista semanal especificamente direcionada ao público infantojuvenil. Essa transição de suporte de jornal para revista impôs profundas alterações na morfologia e na temporalidade da narrativa gráfica. No suporte nova-iorquino, a peripécia infantil era disposta de maneira autônoma, esgotando sua legibilidade e resolução espacial na extensão de uma única página. No semanário carioca, a direção editorial optou pelo fracionamento da narrativa original em arcos distintos distribuídos na mesma edição ou em números subsequentes. Esse procedimento técnico de segmentação aproxima a leitura dos quadrinhos da estrutura do romance de folhetim oitocentista, mobilizando noções de representações das práticas e práticas da representação (Chartier; Guimarães, 2021). Ao introduzir um hiato físico e temporal no fluxo da ação, o editor suspende a catarse humorística e dilata a expectativa do leitor, operando o que se pode designar como uma técnica de "revolução suspensa". A travessura da criança permanece temporariamente sem desfecho no imaginário do público leitor, intensificando o engajamento comercial e ideológico com o artefato impresso.

A clivagem analítica mais contundente revela-se no exame iconográfico e textual dos quadros de encerramento de ambas as historietas, onde se manifesta a radical diferenciação nas pedagogias do castigo. Na narrativa original do *The New York Herald*, as travessuras de *Buster Brown* culminam em uma mediação reflexiva centralizada no próprio protagonista. Outcault encerrava invariavelmente suas pranchas desenhando um pergaminho no qual o protagonista redigia suas célebres *Resolutions*. Nessas linhas, escritas sob um tom de ironia refinada e distanciamento crítico, a criança interiorizava discursivamente a norma civilizatória burguesa, ponderando sobre as consequências sociais de seus atos e sobre a legitimidade da autoridade



adulta. O texto escrito atuava como um dispositivo de subjetivação racional.

Em contraste, o projeto editorial de *O Tico-Tico* suprimia integralmente as resoluções textuais do protagonista norte-americano. A versão carioca eliminava o fechamento reflexivo do herói mirim, fazendo com que a narrativa visual convergisse e culminasse na exibição explícita da punição física corporal: a sova nua e crua administrada pela autoridade adulta sobre o corpo infantil. Ao amputar a agência discursiva da personagem sobre o seu próprio erro, o impresso brasileiro transferia a elaboração moral do castigo físico para a agência interpretativa exclusiva do leitor.

A reiteração exaustiva dessa violência física sem mediação textual, longe de constituir um índice de eficácia pedagógica totalitária, atesta as profundas contradições e os limites estruturais do projeto civilizatório da Primeira República. O humor gráfico cômico opera em uma dupla chave (Bakhtin, 1993; Elias, 1994; Foucault, 2014a). Ao mesmo tempo em que atua como um mecanismo disciplinador que expõe o corpo infantil ao rigor da correção física para moldá-lo ao espaço urbano moderno, a sua repetição mecânica e hiperbólica; desvela o fracasso crônico da instauração de uma autêntica civilidade interiorizada. Abrem-se, por conseguinte, brechas táticas na recepção para que a infância subverta o sentido normalizador pretendido pela pedagogia oficial (Campos; Guillier, 2024), confirmando a advertência de que não se pode estabelecer uma correspondência linear entre os conteúdos normativos projetados pelas instâncias de produção editorial e as táticas heterogêneas de apropriação efetivadas pelos sujeitos históricos no cotidiano da leitura (Galvão; Moreira, 2021).

A análise comparativa e sistemática realizada entre a prancha original de *Buster Brown* (1903) e o decalque de Chiquinho em *O Tico-Tico* (1906) permite inferir que o processo de transferência cultural transnacional não se reduziu a uma imitação servil, mas configurou uma complexa operação de refração ideológica e formal. A supressão das *Resolutions* textuais norte-americanas e a concomitante reiteração texto-visual da punição corporal no semanário brasileiro evidenciam o descompasso estrutural entre os projetos de modernidade dos dois países. Enquanto o suporte nova-iorquino apostava em um modelo pedagógico baseado na interiorização cívica do erro e na autorregulação discursiva do sujeito infantil, o impresso carioca retrocedia à coerção física direta sobre o corpo, indexando o caráter autocrático e excludente da modernização conservadora levada a cabo pela Primeira República brasileira.



Por fim, o fracionamento da prancha sequencial unificada em múltiplos blocos textuais na revista nacional demonstra como as injunções materiais do suporte alteraram a própria economia da leitura, mimetizando as estruturas temporais do folhetim para fidelizar um público consumidor em formação. O riso provocado pelas desventuras de Chiquinho funcionava, portanto, de modo ambivalente: operava como um forte dispositivo de normatização pedagógica que visava disciplinar a infância urbana e, simultaneamente, revelava a fragilidade irônica constitutiva dessa mesma ordem institucional que dependia da repetição da violência física para se fazer notar. Em última análise, este estudo demonstra que a história dos quadrinhos no Brasil, quando lida sob o viés transnacional, constitui um observatório privilegiado para desvelar as fraturas, as táticas de recepção e as traduções culturais que definiram os projetos educacionais e cívicos na aurora da modernidade republicana brasileira.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Possui também apoio do PPGED/UFU, PPGEd/UFPA e CNPq/MCTI, Chamada n. 10/2023-Universal.

Referências:

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara F. Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BOTO, Carlota (org.). **Bibliotecas, livros e leituras sob clivagem transnacional**. São Paulo: FEUSP, 2025. e-book. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1598>. Acesso em: 15 mai. 2026.

CAGNIN, Antonio Luiz. Chiquinho, Buster Brown, a mais brasileira das personagens americanas. In: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos (orgs.). **O TICO-TICO – 100 anos**: Centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil. Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005. p. 29-34.

CAMPOS, Raquel Discini. **A "princesa do sertão" na modernidade republicana**: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920. 1. ed. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004. 186 p.

CAMPOS, Raquel Discini; GUILLIER, Bénédicte. Subversão e reiteração na representação do mundo na imprensa infantil franco-brasileira: considerações sobre La semaine de suzette e O tico-tico em 1905. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 28, p. e133853, 2024. DOI:



10.1590/2236-3459/133853. Acesso em: 11 nov. 2025.

CHARTIER, Roger; GUIMARÃES, Valéria Santos. Representações das PRÁTICAS e PRÁTICAS da representação. In: **MIDIACULT História & Cultura Midiática**. YouTube, 22 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/live/Y3B_DgEOK1g. Acesso em: 07 abr. 2023.

CHINEN, Nobu. Os personagens de quadrinhos estrangeiros na revista O Tico-Tico. In: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos (orgs.). **O TICO-TICO – 100 anos**: Centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil. Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005. p. 103-112.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, v. 1: Uma História dos Costumes. Tradução Ruy Jungmann; Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 277 p.

FARIA, Paulo E. S. **Pedagogia da Sova**: humor, violência e civilidade nas histórias em quadrinhos de Chiquinho (revista O Tico-Tico, 1905-1920). 2026. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, em elaboração.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MOREIRA, Kênia Hilda. Apresentação: impressos que educam? In: MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (org.). **Impressos que educam**, volume 1. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 13-23.

GONÇALVES, Roberta Ferreira. **As aventuras d'O Tico-Tico**: formação infantil no Brasil republicano (1905-1962). 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista De Teoria Da História**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 219–245, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>. Acesso em: 15 maio 2026.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. 1. reimpr. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Prismas).

MORETTI, Fernando. Cem anos de Buster Brown... no Brasil: Chiquinho. In: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos (orgs.). **O TICO-TICO – 100 anos**: Centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil. Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005. p. 51-



54.

REIS, Miguel Mendes. **Alfredo Storni e seu Zé Macaco**: a pedagogia da subjetividade moderna nas historietas de O Tico Tico. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAGUISAG, Lara. **Incorrigibles and innocents**: constructing childhood and citizenship in progressive era comics. New Brunswick: Rutgers University Press, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil 3**: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 7-48.

VARGAS, Alexander Linck. De Buster Brown a Burroughs: introdução a uma genealogia irônica dos quadrinhos brasileiros. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 31, p. 9–24, jan./jun. 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro C. S. A odisseia dos quadrinhos infantis brasileiros: De O Tico-Tico aos quadrinhos Disney a predominância dos personagens importados. **Revista Latinoamericana de Estudos sobre a Historieta**, v. 1, n. 1, p. 23-38, 1999.



Eixo 6: Morte e Educação para a Morte pelos Impressos

Os retiros espirituais do/no Ginásio Imaculada Conceição de Corumbá/MT nas páginas do periódico *O Imaculada* na década de 1940

Cristian Lopez Gomes – Universidade Federal da Grande Dourados
Eixo: Morte e educação para a morte pelos impressos

O Imaculada, foi uma revista produzida entre 1941 a 1943, com 12 a 20 páginas, com textos majoritariamente escritos pelas estudantes do curso ginásial, mas também contava com textos produzidos pelas alunas do primário e pelas professoras do Ginásio Imaculada Conceição de Corumbá, sul de Mato Grosso. O Ginásio Imaculada Conceição foi fundado em 1904 pelas Filhas de Maria Auxiliadora – ala feminina dos salesianos – e se propunha a educar as moças das frações das classes médias e altas em moldes católicos, tendo em vista que era um colégio privado, católico, e que ofertava escolarização somente as mulheres (Andrade, 2021).



Neste recorte e proposição, objetivamos analisar as textualidades da revista *O Imaculada* acerca de uma atividade religiosa que havia no Ginásio Imaculada Conceição: os retiros espirituais. Riolando Azzi (2002; 2003) destaca que essa atividade esteve presente ao longo do século XX nos colégios salesianos femininos e objetivava embutir comportamentos em harmonia com o ideário católico. Geralmente, essa atividade era anual. Além disso, cada retiro girava em torno de um tema, porém cada colégio salesiano feminino construía uma tradição, no Ginásio Imaculada Conceição, a partir de 1941: “[...] anualmente as alunas participavam de três dias de retiro espiritual, onde, através de pregações diárias, feitas pelos sacerdotes adrede escolhidos, eram exortadas a manterem-se fiéis a prática dos deveres cristãos, tanto em termo de crença, como de conduta moral” (Azzi, 2002, p. 221). Nesse sentido, observamos a diferença do tratamento e das menções dadas aos retiros espirituais de 1941 e 1942, de dois números diferentes (*O Imaculada*, n. 2, 1941; *O Imaculada*, n. 7, 1942).

Atentos para a compreensão de que analisar um periódico escolar ou estudantil que possui a escrita de estudantes requer o entendimento de que havia uma crença de autonomia estudantil nas décadas de 1930 e 1940 como um processo pedagógico por meio do qual os estudantes poderiam ser formados para o cumprimento das futuras atividades, consequentemente favorecia “[...] o desenvolvimento nos alunos do governo de si”. Logo, entendemos que o espaço social de produção dos periódicos era “[...] um espaço de ‘liberdade autorizada’ aos alunos e, por isso, controlada” (Costa, 2016, p. 233). Observamos que, por meio da mobilização do método indiciário de Carlo Ginzburg (2011) e da construção de um banco de dados acerca das 13 edições¹⁸ de *O Imaculada*, há tensões, escorregadelas, contradições e ambiguidades em diversos discursos sobre atividades do cotidiano escolar, principalmente o de autoria das estudantes. Neste recorte, há um enfoque nos retiros espirituais. Nesta direção, questionamos: a revista pode ter sido um espaço de arena de disputas em torno da legitimidade dos discursos em relação às atividades do cotidiano escolar? Por um lado, identificamos a intencionalidade da instituição escolar em divulgá-la nas páginas do impresso de forma ufanista, consequentemente projetá-la no cenário educacional como instituição “exemplar”; por outro, as resistências estudantis em demonstrar que o cotidiano escolar não era plenamente harmônico. Nessa perspectiva, pretendemos mobilizar um diálogo com Michel de Certeau

¹⁸ Representam o total das edições localizadas das revistas no acervo da Biblioteca Nacional/RJ.



(2019) com a noção de tática, que possibilita discutir as micro resistências por parte daqueles que não ocupam espaços de poder formal, mas estão na linha de frente como subalternos, no caso dessa investigação, as alunas que se ocupavam da escrita de textualidades para os impressos e que passavam pela dominação do patriarcado, como mulheres, da escola, como estudantes, e da religião católica, como religiosas.

Ao nos depararmos com as textualidades presentes nos impressos acerca dos retiros espirituais, produzimos uma série de questões: eram somente as alunas do ginásio que participavam desta atividade? As alunas do primário participavam também? As alunas ficavam recolhidas na instituição escolar? Os retiros espirituais eram em torno de um tema? Como era feita a seleção dos padres que pregavam nos retiros espirituais?

O texto “retiro espiritual” (O Imaculada, n. 2, 1941, p. 2-3), da aluna Gladys Martinez da 5.^a série ginásial, não menciona de qual série as alunas eram, porém relata que passaram 3 dias em recolhimento interno no colégio para o retiro espiritual de 1941, refletindo sobre “[...] a grandeza de Deus e na pequenez do homem; na imortalidade da alma; e, em tantas outras cousas sérias” (O Imaculada, n. 2, 1941, p. 2). No discurso, houve a construção de uma percepção de que as alunas aderiram aos ensinamentos compreendidos por meio do retiro, no qual a estudante discursa em nome do grupo estudantil: “Depois do retiro empreendemos vida nova. Começamos cumprir com boa vontade, tudo quanto nos foi ensinado” (O Imaculada, n. 2, 1941, p. 2). Ao final do texto, a autora destaca que o Padre Valentim, que ministrou o retiro ao longo dos dias, deixa como lembranças quatro cumprimentos para praticar virtudes destacadas por Dom Bosco após o retiro: “[...] 1 – Bondade para com os pobres. 2 – Obediência aos pais e mestras. 3 – Solicitude nos próprios deveres. 4 – Caridade para com as colegas. 5 – Oração bem feita” (O Imaculada, n. 2, 1941, p. 2-3).

Nesse mesmo número da revista, também consta outro texto sobre o retiro, intitulado “Agradecimento” (O Imaculada, n. 2, 1941), sendo uma alocução feita pela aluna Nedí Leite de Barros, da 4.^a série ginásial, no dia do encerramento do retiro. O texto agradece ao Padre Valentim e o exalta, também sinaliza que a escolha por ele foi feita pela Irmã diretora do colégio, Angela Vitale. Igualmente ao outro texto, a aluna, representando as alunas, destaca que o retiro foi recheado de “elevados ensinamentos” (O Imaculada, n. 2, 1941, p. 3).



Observamos por meio desses indícios, que os retiros espirituais no Ginásio Imaculada Conceição foram planejados e executados por parte das FMA, de forma estratégica (Certeau, 2014), para educar as moças em consonância com o ideário católico, tanto na construção de um *ethos* como na questão comportamental. Os textos de 1941 trazem indícios da aderência das estudantes à ideia e à vivência religiosa; porém, nos impressos de 1942, identificamos que não houve um texto específico que se debruçasse sobre o retiro, somente há uma menção em um parágrafo de uma seção fixa no impresso, denominada “Notas de Família”¹⁹, escrita pela aluna Ygeni Seade, da 4.^a série ginasial, qual seja:

Mês de Março [...] 5 – Dia de retiro da Boa Morte... As alunas experimentam pensar no transe final **embora isto não lhes seja muito agradável, no pleno vigor de seus verdes anos, entretanto...**” (O Imaculada, n. 7, 1942, p. 9, grifo nosso).

Diante desse excerto, entendemos que houve um tensionamento em torno da aderência das estudantes aos retiros espirituais, em específico, em 1942, ao tema do retiro, e os discursos de 1941 não deixam explícito se houve um “tema geral” do retiro; porém, em 1942, as estudantes mencionam a “Boa Morte”. Localizamos no acervo pessoal de uma ex-aluna do Ginásio Imaculada Conceição, que estudou de meados da década de 1930 até 1952, ou seja, abrange o período de produção e circulação do periódico *O Imaculada*, uma fonte que nos possibilita tecer nexos, qual seja, “A joven instruida na pratica de seus deveres religiosos”, livro de autoria de Dom Bosco²⁰ (1929), que era uma obra de apoio estudantil das alunas do Ginásio Imaculada Conceição. Nesse livro, identificamos a concepção de “boa morte” e a justificativa da necessidade de se ensinar sobre a morte para a juventude feminina católica. Dessa forma podemos obter indícios da crença em torno da morte e da necessidade de se falar sobre a morte para as jovens em um retiro no Ginásio Imaculada Conceição.

Dom Bosco (1929, p. 49), ao se debruçar sobre a morte sinaliza as jovens que a morte é quando a alma se separa do corpo, e que, embora “[...] seja incerto o lugar e incerta a hora de

¹⁹ Essa seção é escrita pelas alunas ginasianas e, em cada número, é escrita por uma aluna diferente.

²⁰ Cabe ressaltar que Dom Bosco foi o fundador da congregação salesiana e idealizador de uma juventude formada em moldes católicos, possuindo uma crença em torno de si de autoridade religiosa e educador nas instituições escolares salesianas, como no Ginásio Imaculada Conceição.



tua morte, é porém muito certo que a morte ha de vir”. Nesse sentido, Dom Bosco (1929) assevera que as jovens podem morrer a qualquer momento por uma doença ou de um acidente; dessa maneira, as jovens necessitam estar vinculadas à “graça de Deus” e “distantes dos pecados”, para evitar a destinação “fatal ao inferno”. Nesse sentido, a “boa morte”, é uma morte sem pecados. Ainda, o religioso menciona que, se a jovem morrer em pecado, mesmo que não esteja ciente de todos, poderá ver

[...] si amaste o teu Deus ou si o desprezaste; si honraste o seu santo nome ou si blasfemaste; has de ver os dias santos profanados, as missas deixadas, as desobediencias aos superiores, os maus exemplos dados ás companheiras; verás aquella soberba, aquella orgulho que te lisongeava [...] (Bosco, 1929, p. 50).

Para evitar a perda da salvação, Dom Bosco (1929, p. 133) prescreve uma “pratica mensal” às jovens católicas para o exercício da “boa morte”, que em um dia do mês as jovens façam uma reflexão sobre a morte, como se esta estivesse prestes a ocorrer e as jovens estivessem próximas do “tribunal de Deus”. Dessa forma, analisariam a sua consciência e observariam se houvesse pecados em suas práticas.

Questionamos se o retiro espiritual de 1942 do Ginásio Imaculada Conceição pode ter feito esse exercício de reflexão para as jovens, pois há menção de que “[...] as alunas experimentam pensar no transe final” (O Imaculada, n. 7, 1942).

Consideramos que, ao nos atermos às textualidades que abordam os retiros espirituais, uma zona menos privilegiada, mas não menos importante, dos discursos que constam nos 13 números da revista *O Imaculada*, obtemos indícios de uma ação religiosa promovida pelo colégio, a qual, no ano de 1942, não foi de pleno agrado das estudantes, e isso respingou na escrita de um texto no impresso. Destacamos que, ainda que seja uma crítica sutil, há uma elucidação em demonstrar, por meio desse texto, as resistências estudantis em torno de uma atividade escolar que objetivava inculcar uma moral católica em relação à morte. Como bem sinaliza Dominique Julia (2001) acerca da cultura escolar: “[...] todos sabem que os professores não conhecem tudo o que se passa nos pátios de recreio, que existe, há séculos [...]”, ou seja, a lógica de inculcação de comportamentos que há nas instituições escolares encontra resistência na cultura dos estudantes.



Referências

AZZI, Riolando. **As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história 2º volume** – A consolidação do instituto (1917-1942). São Paulo: Editora Salesiana, 2002.

AZZI, Riolando. **As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história 3º volume** – A expansão do Instituto (1942-1967). São Paulo: Editora Salesiana, 2003.

ANDRADE, Heloíse Vargas de. **Cultura escolar católica no sul do antigo Mato Grosso: em foco o curso secundário nas instituições salesianas (1931-1961)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021,

BOSCO; João Melchior Bosco. **A joven instruida na pratica de seus deveres religiosos**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1929.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**. Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa. **Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas na Era Vargas (1930 - 1945)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso: 15 jan. 2026.

O IMACULADA – Órgão das alunas do Ginásio Imaculada Conceição. Corumbá, Mato Grosso, n.2, maio./jun./jul., 1941.

O IMACULADA – Órgão das alunas do Ginásio Imaculada Conceição. Corumbá, Mato Grosso, n.7, mar./abr., 1942.



Entre obituários e esperança: representações do morrer na cultura impressa adventista

Michela Walevein

Eixo temático: Morte e educação para a morte nos impressos

Resumo

O presente estudo analisa as representações da finitude nos impressos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com ênfase na seção obituária intitulada “Dormiram no Senhor”. A pesquisa parte da compreensão de que os impressos religiosos não atuam apenas como instrumentos informativos, mas também como dispositivos de formação doutrinária, construção de memória e orientação simbólica das experiências humanas, incluindo o morrer. Busca-se compreender de que maneira os obituários adventistas contribuíram para a constituição de uma pedagogia religiosa do morrer, articulando elementos de esperança escatológica, identidade comunitária e consolação espiritual. O trabalho fundamenta-se nos pressupostos da História Cultural, especialmente nas contribuições de Roger Chartier acerca das práticas de leitura e circulação



de impressos, bem como nas reflexões de Michel de Certeau sobre usos e apropriações dos discursos religiosos. Dialoga, ainda, com Philippe Ariès e Michel Vovelle, no campo da história da morte, e com Michel-Rolph Trouillot, no que se refere aos processos de silenciamento presentes na produção histórica. A análise evidencia que os obituários adventistas ultrapassam a função de simples registro memorialístico, operando como instrumentos educativos que orientam emocional, espiritual e coletivamente os leitores diante da experiência da perda e da finitude humana. Além disso, a pesquisa problematiza quais sujeitos são visibilizados nesses registros e quais experiências permanecem marginalizadas, especialmente no que se refere às relações de gênero e às hierarquias institucionais.

Palavras-chave:

Finitude; Impressos religiosos; Adventismo; Obituários; História Cultural.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a experiência da finitude assumiu diferentes significados culturais, religiosos e sociais, revelando formas particulares de compreender o morrer, o luto e a permanência da memória. Mais do que um acontecimento biológico, a morte constituiu-se como experiência simbólica atravessada por crenças, sensibilidades e práticas coletivas. Nesse contexto, os discursos religiosos desempenharam papel fundamental na elaboração de explicações sobre a experiência da perda, oferecendo narrativas de esperança, consolo e continuidade.

No interior do protestantismo, e particularmente na tradição adventista, o morrer é compreendido a partir de uma perspectiva escatológica vinculada à esperança da ressurreição e ao retorno de Cristo. Essa compreensão não se limita ao campo doutrinário, mas manifesta-se em práticas, rituais e discursos difundidos por meio dos impressos religiosos. Entre esses discursos, destacam-se os obituários publicados na seção “Dormiram no Senhor”, presentes em periódicos adventistas e responsáveis por narrar trajetórias de vida e construir representações específicas acerca da finitude.

Sob essa perspectiva, os impressos religiosos podem ser compreendidos não apenas como meios de comunicação institucional, mas como instrumentos de formação cultural e religiosa. Conforme argumenta Roger Chartier (1990), os impressos participam ativamente da construção de representações sociais, sendo apropriados pelos leitores em diferentes contextos históricos.



Assim, os obituários adventistas não apenas informam o falecimento de membros da comunidade, mas produzem sentidos sobre o morrer, orientam emocionalmente os leitores e reforçam valores compartilhados pela coletividade religiosa.

Mais do que registros memorialísticos, os obituários adventistas podem ser compreendidos como dispositivos discursivos que educam emocional e espiritualmente os sujeitos diante da finitude, produzindo representações específicas sobre o morrer, a salvação e a memória religiosa. Nessa direção, o presente trabalho busca analisar de que maneira os obituários adventistas atuaram como narrativas formativas sobre o morrer, produzindo modelos de comportamento, esperança e interpretação da experiência da perda. A pesquisa procura compreender como esses impressos articulam memória, identidade religiosa e pedagogia espiritual, bem como identificar possíveis silenciamentos presentes na construção dessas narrativas.

2 IMPRESSOS RELIGIOSOS E REPRESENTAÇÕES DA FINITUDE

Os impressos religiosos ocuparam lugar estratégico na difusão de ideias, doutrinas e valores no interior das tradições protestantes. No caso adventista, a circulação de periódicos, revistas, folhetos e livros constituiu elemento fundamental para a consolidação institucional e para a formação de identidades religiosas. Conforme destaca Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (2007; 2021), a cultura impressa desempenhou papel central na expansão protestante, articulando práticas educativas, redes de sociabilidade e formas de disciplinamento religioso.

A pesquisa utiliza como fontes periódicos adventistas publicados entre as primeiras décadas do século XX e o início do século XXI, especialmente aqueles que continham a seção “Dormiram no Senhor”, permitindo observar permanências e transformações nas representações religiosas da finitude. Entre os periódicos analisados, destacam-se revistas e jornais confessionais adventistas que continham seções obituárias voltadas à memória institucional e comunitária.

As formas de interpretar a finitude modificaram-se significativamente ao longo do tempo, acompanhando transformações culturais, religiosas e sociais. Philippe Ariès (2012), ao investigar historicamente as atitudes humanas diante do morrer, demonstra que as formas de lidar com a experiência da perda modificaram-se significativamente ao longo do tempo. Segundo o autor, durante a Idade Média — especialmente por volta do século XII — o morrer



era percebido como parte integrante da existência humana e social, sendo vivenciado com relativa naturalidade. O temor não estava necessariamente relacionado ao fim da vida, mas à possibilidade de que ele ocorresse sem aviso prévio, impedindo que o indivíduo organizasse seus assuntos terrenos e espirituais.

A proximidade do morrer era identificada por sinais considerados naturais, permitindo ao moribundo preparar-se para a despedida por meio de reconciliações, rituais coletivos e manifestações públicas. A experiência funerária ocorria no ambiente doméstico, reunindo familiares, amigos e membros da comunidade. Ariès define essa relação como “morte domada”, marcada pela familiaridade social com a finitude e pela aceitação do morrer como parte do ciclo da vida. Diferentemente da contemporaneidade, não havia forte ocultamento emocional da perda nem tentativas sistemáticas de afastar crianças e familiares desse processo.

Entretanto, entre os séculos XIII e XVIII, as representações sobre a morte passaram por mudanças significativas. A emergência de iconografias macabras, associadas ao juízo final e ao julgamento moral das ações humanas, deslocou a percepção do morrer para uma dimensão mais individualizada. A preocupação com a salvação da alma e com a avaliação da trajetória pessoal passou a ocupar lugar central nas experiências religiosas relacionadas à finitude.

Sob uma perspectiva crítica, percebe-se que tais transformações não se restringiram ao campo da espiritualidade, mas contribuíram para a produção de formas específicas de disciplinamento moral. A construção de discursos sobre “boa morte”, salvação e julgamento operou também como mecanismo de normatização das condutas, estabelecendo modelos socialmente legítimos de viver e morrer. Desse modo, as representações da finitude revelam não apenas sensibilidades religiosas, mas também relações de poder que atravessam a cultura e as formas de organização social.

A partir das reflexões de Pierre Nora (1993), os obituários adventistas podem ser compreendidos como “lugares de memória”, isto é, espaços simbólicos produzidos para preservar experiências, identidades e lembranças diante do enfraquecimento das formas tradicionais de transmissão da memória coletiva. Sob essa perspectiva, a seção “Dormiram no Senhor” ultrapassa a função de simples registro funerário, participando ativamente da construção de uma memória religiosa institucionalizada, na qual determinadas trajetórias são selecionadas e legitimadas como exemplares para a coletividade adventista.



Nesse contexto, os obituários operam como narrativas pedagógicas que orientam os leitores acerca do significado religioso do morrer. A recorrência de expressões como “fiel servo”, “aguardando a volta de Cristo” e “descanso no Senhor” evidencia a construção de uma linguagem marcada pela esperança escatológica e pela valorização da fidelidade religiosa. Dessa forma, os impressos não apenas comunicam o falecimento de indivíduos, mas também produzem sensibilidades, organizam formas de pertencimento e reforçam modelos simbólicos de enfrentamento da finitude no interior da cultura impressa adventista.

Nesse aspecto, os impressos religiosos podem ser compreendidos como instrumentos de educação para a morte. Philippe Ariès (2012) demonstra que diferentes sociedades produziram pedagogias específicas do morrer, organizando emocional e simbolicamente a experiência da perda. No adventismo, essa pedagogia estrutura-se a partir da compreensão doutrinária da morte como estado temporário até a ressurreição final. Assim, os obituários não apenas confortam os vivos, mas reforçam crenças, valores e expectativas espirituais compartilhadas pela comunidade.

Michel Vovelle (1997) contribui ao afirmar que as representações da morte revelam sensibilidades coletivas e estruturas culturais específicas. Dessa forma, a análise dos obituários adventistas possibilita compreender como a comunidade religiosa construiu sentidos sobre a finitude, selecionando determinados elementos biográficos e silenciando outros. As narrativas frequentemente enfatizam fidelidade, serviço religioso, atuação missionária e perseverança espiritual, produzindo modelos exemplares de conduta e consolidando representações da “boa morte”, associadas à fidelidade doutrinária e à esperança escatológica.

Os obituários não apenas preservam lembranças individuais, mas constroem memórias exemplares, selecionando trajetórias consideradas espiritualmente legítimas e dignas de permanência no interior da narrativa institucional. Além disso, esses impressos também participam da construção de sensibilidades religiosas, orientando emoções coletivas relacionadas ao luto, à perda e à esperança.

Assim, os impressos religiosos não apenas comunicam o falecimento de indivíduos, mas atuam como instrumentos formativos que orientam os leitores sobre modos socialmente e religiosamente legitimados de compreender a finitude. Nessa perspectiva, os obituários adventistas podem ser interpretados como continuidades contemporâneas de pedagogias



religiosas do morrer, ressignificadas pela escatologia protestante e pela expectativa da ressurreição, produzindo modelos simbólicos de enfrentamento da finitude e de elaboração comunitária da perda.

3 MEMÓRIA, SILÊNCIOS E GÊNERO NOS OBITUÁRIOS ADVENTISTAS

Ao analisar os obituários religiosos, torna-se necessário considerar não apenas aquilo que é narrado, mas também o que permanece ausente. Michel-Rolph Trouillot (1995) argumenta que a produção da história envolve processos de silenciamento que operam desde a constituição dos registros até sua transformação em narrativa histórica. Sob essa perspectiva, os obituários podem ser compreendidos como espaços seletivos de memória, nos quais determinadas trajetórias recebem visibilidade enquanto outras permanecem marginalizadas.

A questão de gênero evidencia de forma significativa esses processos de silenciamento. Michelle Perrot (2005) destaca que a história das mulheres é marcada por ausências decorrentes de sua exclusão dos espaços de poder e de registro. No mesmo sentido, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007) demonstram que a historiografia tradicional frequentemente invisibilizou experiências femininas, privilegiando sujeitos masculinos e posições institucionais de maior prestígio.

No caso dos obituários adventistas, embora muitas mulheres tenham desempenhado funções fundamentais na vida religiosa — atuando em ministérios, atividades missionárias e circulação de impressos — suas trajetórias nem sempre recebem o mesmo destaque conferido aos homens. Em diversos registros, as mulheres aparecem associadas à vida familiar, ao cuidado doméstico e ao apoio espiritual, enquanto figuras masculinas tendem a ser lembradas por cargos e funções institucionais.

Essa dinâmica evidencia a atuação do poder simbólico descrito por Pierre Bourdieu (1989), no qual determinadas formas de reconhecimento são naturalizadas socialmente. Assim, os obituários adventistas não apenas preservam lembranças coletivas, mas também revelam hierarquias, disputas simbólicas e critérios de legitimidade presentes no interior da comunidade religiosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da seção “Dormiram no Senhor” permite compreender que os obituários adventistas ultrapassam a função de simples registros memorialísticos. Inseridos no contexto da cultura



imprensa religiosa, esses textos operam como instrumentos de educação para a morte, orientando emocional, espiritual e coletivamente os leitores diante da finitude humana.

Ao produzir narrativas marcadas pela esperança escatológica, os impressos adventistas reforçam valores doutrinários, constroem identidades religiosas e oferecem modelos de comportamento considerados exemplares. Ao mesmo tempo, revelam processos seletivos de memória, evidenciando que a produção das narrativas sobre o morrer também é atravessada por relações de poder e silenciamento.

Assim, os obituários adventistas revelam que os impressos religiosos não se limitaram ao registro da morte, mas participaram ativamente da construção de pedagogias do morrer, da organização das sensibilidades coletivas e da elaboração simbólica da esperança religiosa. Dessa forma, o estudo dos obituários religiosos contribui para ampliar as discussões sobre cultura escrita, memória, religião e representações da finitude, evidenciando a importância dos impressos como fontes privilegiadas para compreender as sensibilidades e práticas sociais no interior do protestantismo adventista.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CPB. Obituário – Falecimentos - Dormiram no Senhor - **Revista Adventista**: Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra/busca?q=obitu%C3%A1rio&page=1&mode=auto>. Acesso em: 20 maio 2026.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. Maceió: EDUFAL; Aracaju: UNIT, 2007.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Brasil, Inglaterra e Portugal: circulação de impressos protestantes no nordeste brasileiro. **Educação, Escola & Sociedade**, Montes Claros, v. 14, n. 16, p. 1–17, 2021.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.



PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281–300, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1997.



Eixo 7: Impressos Pedagógicos e Manuais Escolares

**ESCOLA PRIMÁRIA RURAL, IMPRENSA PEDAGÓGICA E CIRCULAÇÃO DE
IDEIAS: A *REVISTA DE PEDAGOGÍA* (1922-1936), MADRID/ESPANHA**

Agnes Iara Domingos Moraes²¹

Eixo temático: Infância e Educação no e pelos impressos

Neste resumo expandido, apresentam-se resultados de pesquisa de Pós-Doutorado vinculada ao Departamento de Pedagogía e Didáctica, da Faculdade de Ciencias da Educación,

²¹ Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba/MS – agnes.moraes@uems.br.



da Universidade de Santiago de Compostela/Espanha, realizada entre abril de 2023 e abril de 2024, sob a supervisão do Prof. Dr. Antón Costa Rico.

Tem-se como objetivo geral, neste resumo, analisar artigos sobre a escola primária rural publicados na Revista de Pedagogía, entre 1922 e 1936. Trata-se de uma temática relevante e que demanda aprofundamento de pesquisas, seja em relação à escola primária rural (Souza-Chaloba; Moraes, 2022) seja em relação à temática da imprensa pedagógica (Hernández Díaz, 2021). Hernández Díaz (2021, p. 46, grifo nosso) destaca a relevância da imprensa pedagógica para o campo da pesquisa histórica:

Es indudable que ante la prensa pedagógica de alta divulgación nos encontramos ante un *instrumento de poder e influencia ideológica* sobre la educación, utilizado y a veces instrumentalizado por todas las fuerzas intervinientes, cada una de ellas barriendo para su casa. [...] El llamado *cuarto poder pedagógico*, esta prensa, requiere su análisis y repercusión sobre el conjunto del sistema educativo de nuestro tiempo. Es legítimo y necesario.

A relevância das revistas é corroborada pelos apontamentos de Sirinelli (2003, p. 249, grifo nosso), que destaca:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da *sociabilidade de microcosmos intelectuais*, elas são aliás um lugar precioso para análise do *movimento das idéias*. Em suma, uma revista é antes de tudo lugar de *fermentação intelectual* e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.

Assim, partindo do entendimento de Sirinelli (2003), considera-se relevante analisar a Revista de Pedagogía, por ser um importante impresso, utilizado sobretudo por educadores espanhóis para propagar suas ideias. Essa Revista foi um espaço privilegiado de “sociabilidade de microcosmos intelectuais”, que possibilitou a “fermentação intelectual” de diferentes educadores e que propiciou o “movimento das idéias” em âmbitos nacional e internacional, tema que demanda aprofundamento de pesquisa e para o qual este resumo pretende ser uma singela contribuição.

A Revista de Pedagogía foi sediada em Madrid/Espanha e publicou de forma mensal 175 números, entre janeiro de 1922 e julho de 1936. Seu director-fundador foi Lorenzo



Luzuriaga, um dos principais renovadores da educação na Espanha durante a primeira metade do século XX. O objetivo da Revista de Pedagogía (1936), apresentado em seu cabeçalho, era:

[...] reflejar el movimiento pedagógico contemporáneo y, en la medida de sus fuerzas, a contribuir a desarrollo. Dotada de la amplitud de espíritu que requiere el estudio científico, está alejada de toda parcialidad y exclusivismo, e inspirada em el sentido unitário de la obra educativa, dirige su atención a todos los problemas de la enseñanza.

Além desse objetivo, a Revista de Pedagogía destacava que buscava manter os leitores informados sobre a “vida pedagógica mundial”, sendo organizada nas seguintes seções: “Artículos originales. Consultorio pedagógico. Notas del mes. Educación Nueva. Informaciones. Noticias. Libros. Revistas. Bibliografía reciente. Servicio bibliográfico”.

Foram selecionados para análise 48 textos, publicados entre 1922 e 1936 nesse periódico. Destaca-se que houve publicações sobre a escola rural em todos os anos, porém, em 1933 foram publicados sete textos e no ano de 1934, 10. No restante do período delimitado, foram publicados, sobre a escola primária rural, entre um e cinco textos por ano.

Em relação aos autores dos textos selecionados, destacam-se Agustín Nogués Sardá, Antonio Ballesteros, Antonio J. Onieva, Concepción S. Amor, David Bayón, Eladio García, Félix Sáenz, Fernando Sáinz, Francisco García Alcón, Francisco González Martínez, Isabel Fry., Isidoro Boix Chaler, Jesús Hernández Tavera, Juan Capó, Julio Fuster, Luis Bello, Luis Diego Cuscoy, Luis Santullano, Manuel Vías Sáenz-Diez, María Cruz Gil Febrel, Mercedes Mejías, R. W. Ffennell e Salvador Carbó y Sancho.

Ainda sobre esses autores, destacam-se Antonio Ballesteros, Inspector de primera enseñanza de Segovia, Concepción S. Amor, Diretora de escuela nacional en Barcelona, Fernando Sáinz, Inspector de primera enseñanza de Granada, e María Cruz Gil Febrel, Inspectora de primera enseñanza de Soria, que escreveram, individualmente, mais de um texto.

As principais temáticas abordadas nos textos selecionados foram: magistério rural; escolas rurais na Austrália, Espanha, EUA, França, Itália, México e “Prússia”; escola rural ativa; ensino de leitura nas escolas rurais; granja escolar; a vida rural e a escola; iniciação agrícola; e problemas das escolas rurais.

A escola primária nos contextos rurais, segundo a Revista de Pedagogía, enfrentou significativos problemas e carências, sendo considerada, conforme apontamentos de Civera



Cerecedo e Costa Rico (2018), a “Cenicienta de la educación”, expressão essa que indica a histórica precariedade das escolas rurais, característica – resguardadas as devidas especificidades em termos de momentos históricos e de territórios – comum a diversos países, inclusive ao Brasil.

Em diversos textos analisados os problemas das escolas rurais são denunciados, como, por exemplo, no texto de Herminio Almendros (1934, p. 7), Inspector de primera enseñanza de Barcelona, que destaca:

La escuela rural sigue siendo una institución sin fisonomía sustantiva. [...] La pobre y denigrada escuela rural continúa ofreciendo el resumen de la desdichada trama de la obra educadora organizada por el Estado y que sería preciso desorganizar radicalmente si se quiere pensar con seriedad en los destinos del pueblo.

Conforme mencionado, a imprensa pedagógica configura-se como “instrumento de poder e de influência ideológica sobre a educação”, como uma espécie de “quarto poder pedagógico” (Hernández Díaz, 2021). A título de finalização deste resumo, destaca-se que Lorenzo Luzuriaga e os demais autores dos textos analisados sabiam desse potencial e a Revista de Pedagogía foi estrategicamente utilizada como tática para corroborar para o processo de democratização educativa e de renovação pedagógica, inclusive da escola primária rural.

Referências:

CERECEDO, Alicia Civera; RICO, Antón Costa. Desde la Historia de la Educación: educación y mundo rural. *Revista Historia y Memoria de la Educación*, La Laguna, n. 7, p. 9-45, 2018.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. Revistas pedagógicas de divulgación en España. Salamanca, *Aula*, Salamanca, n. 27, p. 33-47, 2021. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/0214-3402/article/view/aula2021273347/25821>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Trad. Dora Rocha. São Paulo: FGV. 2003. p. 231-269.

SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima; MORAES, Agnes Iara Domingos. 200 anos de educação rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, n. 46, mai./ago. 2022, p. 61-85. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/6627/4203>. Acesso em: 10 ago. 2025.



Representação docente em Revistas Pedagógicas (1927-1970)

Laís Niz dos Reis

Eixo: Infância e Educação no e pelos impressos

Considerando a afirmação de Roger Chartier de que “todo o escrito obedece a categorias de pensamento e formas de apreensão do real e que ao ‘representarem’ uma dada situação, também os textos criam realidades” (Chartier, 1988, p. 61), e de Certeau (2011) esclarecer que o trabalho historiográfico não é apenas um exercício de memória, mas um processo ativo de construção de sentido, que transforma os resíduos da realidade em linguagem e interpretação,



a presente pesquisa²², tem como objetivo investigar as representações sobre a formação docente e o "ser professor" veiculadas em revistas pedagógicas encontradas no acervo datadas do período que compõem o acervo doado pela Câmara Municipal de Ponta Porã-MS ao Laboratório de História e Memória da Educação LADHEME²³.

Assim, o trabalho em andamento, concentra-se na aproximação com as fontes, e no caso deste resumo expandido, a partir das revistas selecionadas para a pesquisa, como observado no quadro abaixo:

Quadro 1: Revistas encontradas no acervo doado ao LADHEME

Nome da revista	Número de exemplares	Ano (volume) / data	Obs
Atualidades Pedagógicas	5	* Ano IV - nº24 - Novembro/Dezembro de 1953; * Revista sem ano e número - Julho/Agosto de 1953 * Ano III - nº15 - Maio/Junho de 1952 - dois exemplares * Ano III - nº18 - Novembro/Dezembro de 1952	Julho/Agosto de 1953 - Capa extraviada. Ano III - nº18 - Novembro/Dezembro de 1952 - dois exemplares.
Carta Mensal	4	* Ano IV - nº 37 - Abril de 1958; * Ano IV - nº 38 - Maio de 1958; * Ano V - nº 50 - Maio de 1959; * Ano VI - nº 69 - Dezembro de 1960;	Ano V - nº 50 - Maio de 1959 - mudança de capa.
EBSA - Documentário do Ensino	14	* Ano I – nº 7 – Maio de 1948; * Ano II – nº 21 – Julho de 1949; * Ano V – nº 60 – Outubro de 1952; * Ano VI – nº 62 – Dezembro de 1952; * Ano VI – nº 66 – Abril de 1953; * Ano VI – nº 67 – Maio de 1953; * Ano VII – nº 77 – Março de 1954; * Ano VII – nº 82 – Agosto de 1954; * Ano VII – nº 83 – Setembro de 1954;	

²² Trata-se de uma pesquisa em estágio de desenvolvimento a nível de Mestrado, vinculada a linha "História da Educação, Memória e Sociedade" (PPGEdu/UFGD).

²³ O Laboratório de Documentação em História da Educação e Memória (LADHEME), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), tem como objetivo democratizar e ampliar o acesso de pesquisadores a documentos históricos, disponibilizando em seu site os catálogos de seu acervo digital. Além disso, oferece estrutura, recursos pedagógicos e serviços de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em parceria com o Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES) e demais grupos da FAED. Mais informações podem ser acessadas em: <https://portal.ufgd.edu.br/laboratorio/ladheme/index>.

seminário de pesquisa
**IMPRESSOS QUE EDUCARAM
 NO SÉCULO XX**

9 a 11 de julho de 2026



Literatura: Linguagens, História e Memórias



PPGEdu
Programa de Pós-Graduação
em Educação



		* Ano VIII – nº 88 – Fevereiro de 1955; * Ano VIII – nº 93 – Julho de 1955; * Ano VIII – nº 95 – Setembro de 1955; * Ano VIII – nº 98 – Dezembro de 1955; * Ano IX – nº 99 – Janeiro de 1956;	
Educação	4	* Vol. I – nº 2 – Novembro de 1927; * Vol. VI – ns. 1-2 – Janeiro/Fevereiro de 1929; * Vol. X – nº 1 – Janeiro/Março de 1930; * Vol. XI – nº 2 – Maio de 1930;	
Escola Nova	4	* Vol. I – nº 1 – Outubro de 1930; * Vol. I – nº 2 e 3 – Novembro/Dezembro de 1930; * Vol. II – nº 3 e 4 – Março e Abril de 1931; * Vol. III – Maio/Junho de 1931;	Vol. I – nº 2 e 3 – Novembro/Dezembro de 1930 – Carimbo do Curso Normal Regional. Vol. III – Maio/Junho de 1931 – sem número e encontrada somente a capa.
Filosofia, Ciências e Letras	3	* Ano I – nº 2 – Agosto de 1936; * Ano I – nº 2 (ex. 2) – Agosto de 1936; * Ano I – nº 2 (ex. 3) – Agosto de 1936;	Todas as revistas possuem o carimbo do Curso Normal Regional de Ponta Porã.
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	7	* Ano V – nº 47 – Julho de 1930; * Ano VI – nºs 53, 54, 55 – Janeiro, Fevereiro e Março de 1931; * Ano VI – nºs 56, 57, 58 – Abril, Maio e Junho de 1931; Ano VII – nº 83 – 1 de Março de 1933;	Ano VI – nºs 56, 57, 58 – Abril, Maio e Junho de 1931 – Sem capa.
Revista de Educação	7 (10+ em volumes agrupados) ²⁴	* Vol. IV – nº 4 – Dezembro de 1933; * Vol. VIII – nº 8 – Dezembro de 1934; * Vols. XVII e XVIII – nºs 17 e 18 – Março e Junho de 1937; * Vols. XXI e XXII – nºs 21 e 22 – Março e Junho de 1938; * Vols. XXIII e XXVI – nºs 23 a 26 – Setembro-Dezembro / Março-Junho de 1939; * Vol. XXIX – nºs 30 a 39 – Março de 1941 a Junho de 1943; * Vol. XXX – nºs 40 e 41 – Julho a Dezembro de 1943;	Vols. XXIII e XXVI – nºs 23 a 26 – Setembro-Dezembro / Março-Junho de 1939 - Possuem o carimbo do Curso Normal Regional de Ponta Porã.
Revista do Ensino	4	* Ano V – nº 47 – Julho de 1930; * Ano VI – nºs 53, 54, 55 – Janeiro, Fevereiro e Março de 1931; * Ano VI – nºs 56, 57, 58 – Abril, Maio e Junho de 1931; * Ano VII – nº 83 – 1º de Março de 1933;	Ano VI – nºs 56, 57, 58 – Abril, Maio e Junho de 1931 – Sem capa.

²⁴ São 7 exemplares, contudo, cada um possui publicado na mesma revista mais de um volume.



Expressão Política	1	Sem volume - nº 3 - Julho;	Sem maiores informações sobre o ano de publicação.
TOTAL		53 exemplares	

Fonte: Elaborado pelo autora (2025).

Para compreender as transformações e as nuances da formação docente e da circulação de ideias pedagógicas no início do século XX para este resumo, com o intuito de atender ao critério, foi selecionado a Revista Educação - órgão da Directoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo. De periodicidade mensal e com números disponíveis no acervo publicados desde outubro de 1927 até 1930.

A análise foi feita a partir da análise da capa, contracapa e construção dos sumários e consulta aos textos, funcionando como um mapeamento do período, o que revelou um esforço explícito de articulação e fortalecimento da cultura pedagógica nacional ao acolher contribuições tanto de professores quanto de intelectuais do campo educativo, como demonstra a própria fonte.

Um exemplo marcante documental encontra-se na edição de Jan/Fev de 1929 (Vol. VI, Ns. 1-2), cujo sumário indicia a forte ligação entre o discurso higienista e a racionalização prática do ensino, através de artigos como "A educação sanitária em São Paulo" (p. 48), "A escola e a Educação Sanitária" (p. 60), "O ensino da Puericultura" (p. 69), "A Orientação Profissional" (p. 87) e "Educação Sanitária" (p. 104), complementados por orientações didáticas diretas em "Inquérito: Como ensinar a ler?" (p. 143) e "Planos de lições primárias" (p. 153).

Ao analisar a capa e a contracapa da edição em questão, embora as edições mais recentes consultadas tenham substituído o longo texto institucional da contracapa por notas práticas sobre remessas e assinaturas, manteve-se inalterada a abertura à colaboração de educadores, “desde que submetida à avaliação prévia da Comissão de Redação” (Revista Educação, 1929, vol VI, Ns. 1-2, p.1), o que reforça o estatuto da revista como um espaço regulado de produção intelectual, e compromisso do impresso com a formação crítica e com a vigilância dos saberes em circulação

A relevância desta fonte cresce substancialmente em 1930, momento em que ocorre a transição da Revista Educação para a revista Escola Nova, identificado na própria revista. Na



capa, a continuidade entre os periódicos foi assegurada pela adição do subtítulo “Segunda phase da revista ‘Educação’”. Contudo, essa transição foi acompanhada por uma profunda reconfiguração da sua missão editorial, que passou a conferir maior centralidade à iniciação ao estudo dos testes e a outras práticas pedagógicas inovadoras voltadas para a modernização do ensino.

Ao examinar a contracapa da revista Escola Nova, constata-se a permanência dos princípios doutrinários da fase anterior no que toca à promoção de um ensino de qualidade e à abertura aos debates prementes da época. No entanto, o caráter de ruptura ideológica e engajamento cívico manifesta-se de forma única logo na primeira matéria desta nova fase, de autoria de Lourenço Filho, então Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo. Intitulado significativamente como “Escola Nova”, o texto da primeira matéria dessa nova ‘phase’ encerra-se com um forte apelo nacionalista: “Mestres de S. Paulo! de pé, pelo Brasil Novo.” (1930, p. 7). Este pronunciamento transforma esse elemento da revista num autêntico monumento discursivo e num dispositivo de modelação da identidade docente.

Apesar do potencial analítico dessas fontes, assim como observado no fragmento da Revista Educação e Escola Nova, a continuidade e o aprofundamento do trabalho sinalizam problemas e desafios metodológicos que exigirão rigor analítico no horizonte da pesquisa. O primeiro grande obstáculo reside nas lacunas e na fragmentação física do acervo coletado, uma vez que existem exemplares que resistiram ao tempo sem a capa original ou edições das quais se encontrou unicamente a capa, o que limita uma análise comparativa contínua da apresentação gráfica de todo o período. Outro fator complexo diz respeito à organização dos dados, decorrente do agrupamento de múltiplos números em volumes encadernados e da aparente sobreposição cronológica de circulação entre diferentes títulos, o que demanda atenção redobrada para evitar anacronismos ou distorções quantitativas na hora de sistematizar o corpus. Há também o desafio interpretativo de lidar com discursos carregados de forte apelo institucional, político e doutrinário, exigindo que seja mantido o distanciamento crítico para não absorver termos de forma subjetiva, garantindo a neutralidade exigida pela historiografia. Por fim, diante de um total substancial de 53 exemplares distribuídos entre oito revistas diferentes, o principal desafio analítico consistirá em conseguir aprofundar o exame qualitativo dos sumários e das seções temáticas sem que o texto se perca em uma descrição superficial,



articulando cada achado empírico à totalidade do contexto histórico e educacional da Era Vargas.

Referências

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2011 [1982]. p. 45-114.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1).

EDUCAÇÃO. São Paulo: Directoria Geral da Instrução Pública; Sociedade de Educação de São Paulo, 1927-1930. 4 exemplares (Vol. I, n. 2, nov. 1927; Vol. VI, n. 1-2, jan./fev. 1929; Vol. X, n. 1, jan./mar. 1930; Vol. XI, n. 2, maio 1930). Acervo do Laboratório de História e Memória da Educação (LADHEME/UFGD), proveniente de doação da Câmara Municipal de Ponta Porã-MS.

ESCOLA NOVA: Segunda phase da revista "Educação". São Paulo: Directoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, 1930-1931. 4 exemplares (Vol. I, n. 1, out. 1930; Vol. I, n. 2-3, nov./dez. 1930; Vol. II, n. 3-4, mar./abr. 1931; Vol. III, maio/jun. 1931). Possui carimbo do Curso Normal Regional. Acervo do Laboratório de História e Memória da Educação (LADHEME/UFGD), proveniente de doação da Câmara Municipal de Ponta Porã-MS.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Edunicamp, 2006.

Manuais escolares de História no ensino fundamental do Haiti: uma análise do processo de descolonização entre o final do século XX e o início do século XXI

Wadner Belvy (UFGD)

Eixo temático: Infância e educação no e pelos impressos



Esta pesquisa tem como fonte os manuais escolares de história do ensino fundamental haitiano publicados entre 1979 e 2019, com vistas a examinar em que medida esses impressos expressam, reproduzem ou contestam as marcas coloniais que estruturaram historicamente o sistema educativo do Haiti. O primeiro marco normativo é a Reforma Bernard, formalizada pela lei orgânica do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (MENFP, 1979), que introduziu o crioulo haitiano como língua de instrução ao lado do francês, constituindo a primeira ruptura formal com o monopólio cultural da língua colonial. “Pela primeira vez, a reforma reconhece oficialmente o crioulo como língua de ensino e de aprendizagem, no mesmo nível que o francês: essa é sua inovação mais forte e mais inovadora.” (Saint-Germain, 1989, p. 22).

O segundo marco normativo, é o Programa de Competências Mínimas, instituído pelo Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (MENFP) do Haiti, em 2019 que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades considerados fundamentais para cada etapa da escolarização, com a finalidade de orientar o currículo nacional e promover maior equidade no sistema educacional haitiano. Esses dois documentos delimitam uma trajetória de quarenta anos de política educativa e permitem examinar, de modo comparado, a evolução dos conteúdos históricos ensinados no ensino fundamental.

O Haiti ocupa um lugar singular na história do mundo atlântico: foi a primeira nação a proclamar a independência por meio de uma revolução escrava vitoriosa, em 1804 (Dubois, 2012). Essa singularidade, contudo, não eliminou as hierarquias epistêmicas herdadas da colonização francesa. A noção de descolonização que orienta esta pesquisa não se reduz à emancipação política: ela implica um questionamento profundo das formas de produção e de legitimação do conhecimento. No plano curricular, descolonizar significa questionar quem narra a história, em nome de quem e a serviço de quais interesses. É nesse sentido que Achille Mbembe escreve:

Descolonizar é, antes de tudo, sair do que se poderia chamar de ‘a jaula ocidental’. Isso pressupõe que deixemos de considerar o Ocidente como o centro do mundo, o único criador de conhecimentos e a medida de todas as coisas. Descolonizar os currículos não significa rejeitar a ciência ocidental, mas abri-la a outras tradições de pensamento. (Mbembe, 2013, p. 174).



A produção de manuais escolares em crioulo haitiano acompanhou o processo de valorização da língua materna no Haiti. Após a Reforma Bernard (1979-1980), foram publicados livros como *Pol ak Anita*²⁵ (1980) e *M'ap li ak kè kontan*²⁶ (1982), que contribuíram para o ensino em crioulo. No início dos anos 2000, novos materiais didáticos fortaleceram o ensino da língua. Em 7 de abril de 2014, foi criada a Academia do Crioulo Haitiano, responsável pela promoção e padronização do crioulo. Posteriormente, obras como *Kreyòl pale, kreyòl ekri*²⁷ e o Livro Único em Crioulo Haitiano reforçaram o uso do crioulo como língua de ensino nas escolas de educação fundamental.

No entanto, no Haiti, as hierarquias epistêmicas coloniais continuam a estruturar o sistema educativo muito além da emancipação política. Os manuais escolares de História constituem um campo privilegiado para observar essa permanência, uma vez que funcionam simultaneamente como instrumentos de transmissão do saber e como dispositivos de construção da identidade e da memória nacional. Conforme Choppin (2004, p. 553), esses impressos exercem quatro funções essenciais: referencial, instrumental, ideológica e cultural, e documental. No contexto haitiano, a função ideológica é a que carrega o peso analítico mais significativo: é por meio dela que o manual define quem pertence à nação, quais sujeitos merecem visibilidade e de que modo o passado colonial é narrado. Durante décadas, essa função operou em continuidade com o que Quijano (2000), denomina colonialidade do poder e persistência das hierarquias raciais e epistemológicas produzidas pelo colonialismo para além de sua dissolução política formal.

Desde a Reforma Bernard de 1979, o ensino fundamental haitiano estrutura-se em três ciclos progressivos, reorganizados pelo Decreto de 30 de março de 1982 (MENFP, 1982), que estabeleceu um ensino fundamental de 9 anos como espinha dorsal do sistema educativo nacional.

²⁵ Tradução livre: Paulo e Anita

²⁶ Tradução livre: Aprendo a ler com alegria

²⁷ Tradução livre: Falar crioulo, escrever crioulo



Como esta pesquisa analisa os livros didáticos de História do ensino fundamental haitiano, é importante apresentar a organização desse nível de ensino e a inserção da disciplina História em sua estrutura curricular. Essa estrutura permanece vigente até hoje.

Tabela 1- Estrutura dos ciclos do ensino fundamental haitiano (desde 1982)

Ciclo	Anos	Faixa etária	Disciplina
1º ciclo	1º ao 3º	6–9 anos	História do Haiti, Educação Cívica, Geografia
2º ciclo	4º ao 6º	9–12 anos	História do Haiti e Educação Cívica
3º ciclo	7º ao 9º	12–15 anos	História do Haiti

Fonte: elaborado pelo autor

A investigação organiza-se em torno de uma análise documental, histórica e discursiva. Ela incide sobre seis manuais de História do ensino fundamental, dois por ciclo: um referente ao período de 1979-2000 e outro ao período de 2001-2019, selecionados segundo critérios temáticos (ao menos 50% de conteúdo dedicado à história nacional haitiana) e cronológicos. Do ponto de vista linguístico, os manuais do 2º e do 3º ciclos são redigidos integralmente em francês; os do 1º ciclo adotam um formato bilíngue francês-crioulo, reflexo parcial da Reforma Bernard.

Tabela 2- Livros didáticos selecionados

Ciclo	Ano	Título (língua original) / Tradução	Autor(es)	Publ.
1º	1º	Mon livre d'éveil d'histoire et géographie ²⁸	Fombrum Odette Roy	2014
1º	3º	Histoire de mon pays Haïti ²⁹ FIC	Geneviève D. Auguste	2006
2º	5º	Histoire d'Haïti ³⁰	Fombrum Odette Roy	1994
2º	6º	Histoire de mon pays Haïti ³¹ FIC	Geneviève D. Auguste	2010
3º	8º	Histoire sociale ³²	Eddy Bastien	2019
3º	7º	Histoire, Géographie et Éducation Civique ³³	Laguerre Étienne	2018

²⁸ Tradução livre: Meu livro de descoberta da história e da geografia

²⁹ Tradução livre: História do meu país Haiti (FIC)

³⁰ Tradução livre: História do Haiti

³¹ Tradução livre: História do meu país Haiti (FIC)

³² Tradução livre: História social

³³ Tradução livre: História, Geografia e Educação cívica



Fonte: elaborado pelo autor

Entre os autores dos seis manuais encontra-se, duas mulheres, Odette Roy Fombrum e Geneviève D. Auguste, que assinam quatro dos seis volumes e dois homens Eddy Bastien e Laguerre Étienne.

Como registramos acima dois manuais foram produzidos pelos Frères de l'Instruction Chrétienne (FIC)³⁴, congregação religiosa fundada em 1819 em Ploërmel, Bretanha (França), pelos abades Jean-Marie de la Mennais e Gabriel Deshayes, com o propósito de educar crianças das classes populares por meio de mestres cristãos. Os FIC chegaram ao Haiti em 13 de maio de 1864, tornando-se, ao longo de 150 anos, uma das principais instituições de produção e de difusão de impressos pedagógicos no país (FIC, 2014). Sua presença editorial no ensino fundamental haitiano é, portanto, inseparável da própria história da escolarização nacional.

Esta pesquisa dialoga com uma produção intelectual haitiana que, embora ainda restrita, constitui referência indispensável. Jacques-Michel Gourgues é, nesse campo, a voz mais sistemática. Ao escrever: *Os manuais escolares no Haiti: instrumentos da colonialidade* ele demonstra que os manuais de ciências sociais fabricam e perpetuam referências mentais que favorecem uma epistemologia eurocêntrica e a aceitação de uma dominação neocolonial; em *Crítica decolonial da escola haitiana* o autor aprofunda essa análise ao propor opções concretas para uma educação haitiana descolonizada, discutindo seus fundamentos teóricos, seus componentes ideológicos e suas consequências de longo prazo para a construção de uma sociedade mais equitativa (Gourgues, 2016). Seu trabalho, que se apoia explicitamente nos conceitos de colonialidade do saber de Mignolo e Quijano, confirma que a questão dos conteúdos históricos dos manuais haitianos não é apenas pedagógica: mas também política e identitária.

Os textos legislativos e os currículos receberão tratamento de análise documental, para identificar as prescrições sobre períodos históricos, figuras nacionais e referências epistemológicas. Os manuais serão analisados a partir das categorias do pensamento decolonial em especial a colonialidade do saber (Quijano, 2000; Mignolo, 2000) e da pedagogia crítica

³⁴ Tradução livre: Irmãos da Instrução Cristã.



(Freire, 1968), com atenção às escolhas lexicais, às vozes enunciativas e ao enquadramento temporal de cada narrativa. A análise crítica do discurso (Fairclough, 2001) permitirá identificar estratégias de reprodução ou de contestação da colonialidade do conhecimento como o uso de "descoberta" em lugar de "conquista" e o lugar reservado às populações escravizadas como sujeitos históricos ou como massa anônima.

A leitura inicial dos manuais permite expor algumas indicações analíticas. No manual *Histoire d'Haïti* (Fombrum, 1994), destinado ao 5º ano e redigido integralmente em francês, a independência haitiana de 1804 é narrada quase exclusivamente pelo prisma dos líderes militares. O capítulo sobre Toussaint Louverture mobiliza uma retórica de heroísmo individual que obscurece a dimensão coletiva da revolta escrava: as populações escravizadas figuram como massa anônima, e não como os sujeitos históricos que forjaram a primeira república negra do mundo.

Quarenta anos de política educativa não foram suficientes para alinhar a reforma linguística a uma transformação equivalente dos conteúdos. A Reforma Bernard de 1979 abriu a escola ao crioulo, mas o saber histórico que circulou nessa escola continuou, em grande medida, a silenciar sujeitos coletivos e a reproduzir uma narrativa de matriz europeia. Os *Programmes de compétences minimales* de 2019 (MENFP, 2019) também não alteraram esse quadro de modo substantivo. Esse descompasso é o achado central desta pesquisa: a descolonização da escola haitiana não é um processo automático nem linear, mas um campo de tensão permanente entre projetos distintos de nação, entre memórias em disputa, entre a língua que se fala na sala de aula e o saber que se considera legítimo.

Referências

- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas*: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.
- DUBOIS, Laurent. *Haiti: The Aftershocks of History*. New York: Metropolitan Books, 2012.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FOMBRUM, Odette Roy. *Histoire d'Haïti*. Port-au-Prince, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.



GOURGUES, Jacques-Michel. *Critique décoloniale de l'école haïtienne*. Montréal: Éditions science et bien commun, 2022.

GOURGUES, Jacques-Michel. *Les manuels scolaires en Haïti: outils de la colonialité*. Paris: L'harmattan, 2016.

MBEMBE, Achille. *Critique de la raison nègre*. Paris: Éditions La Découverte, 2013.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento fronteiriço*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

SAINT-GERMAIN, Michel. *Analyse de quelques facteurs relatifs au volet linguistique de la réforme de l'éducation en Haïti*. *Revue Education canadienne et internationale*, vol. 18, n. 2, 1989.